

Estudo Complementar - Projeto de Implantação do Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon

Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

Referência: 0401916

www.erm.com

Banco Interamericano de Desenvolvimento
(BID)
Marechal Cândido Rondon, Paraná, Brasil

Estudo Complementar - Projeto de Implantação do Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon

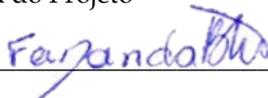
Julho, 2017

Referência: 0401916

Verificado por: Fernanda Britto

Coordenadora do Projeto

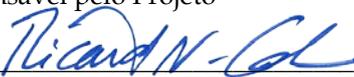
Assinatura: _____



Autorizado por: Ricardo Calvo

Sócio Responsável pelo Projeto

Assinatura: _____



Environmental Resources Management
Av. Eng. Luis Carlos Berrini, 105
Conj. 171 - Thera Corporate
Cidade Monções - São Paulo - SP - Brasil
(11) 5095-7900
www.erm.com

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	2
2	DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA	2
3	INFORMAÇÕES GERAIS SOBRE O PROJETO	4
3.1	LOCALIZAÇÃO	4
3.2	DESCRIÇÃO	6
3.3	MARCOS REGULATÓRIOS E ESTUDOS AMBIENTAIS	8
4	LINHA DE BASE	23
4.1	LINHA DE BASE AMBIENTAL	23
4.2	LINHA DE BASE SOCIAL	27
5	IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS IDENTIFICADOS	32
5.1	ANÁLISE CRÍTICA DOS IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS RELACIONADOS NOS ESTUDOS AMBIENTAIS	33
5.2	COMPLEMENTAÇÃO DOS IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS IDENTIFICADOS	35
5.3	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO	37
5.4	ANÁLISE CRÍTICA DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DEFINIDAS	39
5.5	MEDIDAS DE MITIGAÇÃO COMPLEMENTARES E PROPOSTAS PARA MELHORIAS	41
6	PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS PARA O PROJETO	47
6.1	PLANO DE AÇÃO DE GÊNERO	48
6.2	PLANO DE AÇÃO PARA REASSENTAMENTO	50
6.3	MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES	70
6.4	AVALIAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES	73
7	CONCLUSÃO	81
ANEXO A	RELATÓRIO DAS CONSULTAS	
ANEXO B	MATRIZ PRELIMINAR DE PARTES INTERESSADAS	
ANEXO C	MAPA DE COBERTURA VEGETAL	

INTRODUÇÃO

Este documento visa atender à solicitação da equipe técnica do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) responsável pela avaliação do Programa BID I Integração, pleiteado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná (SEIL/PR), referente à complementação de avaliações ambientais dos empreendimentos elencados na Amostra Representativa do Programa.

Os Estudos Complementares foram elaborados a partir de uma análise crítica dos Estudos Ambientais preparados durante o processo de licenciamento ambiental da amostra representativa dos projetos previstos no Programa BID I Integração e complementados com informação gerada no processo de consultas públicas realizadas nas áreas de influência direta (AID) dos projetos.

Adicionalmente, os estudos complementares contêm os Planos de Ação específicos para os projetos: Plano de Ação de Gênero, Plano de Ação para Reassentamento, Mecanismo de Queixas e Avaliação de Riscos e Desastres.

O presente Estudo Ambiental Complementar avalia os documentos produzidos no escopo do Projeto de Implantação do Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon e aponta os Planos de Ação temáticos a serem desenvolvidos visando à gestão dos impactos e riscos identificados e o atendimento às Políticas Operacionais (OPs) do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

DESCRIÇÃO GERAL DO PROGRAMA

O objetivo geral do Programa de Obras Múltiplas – BID I é aumentar a conectividade entre as populações urbanas e rurais, enquanto os seus objetivos específicos são ampliar a eficiência e a produtividade competitiva, melhorar a integração regional e contribuir para o desenvolvimento da infraestrutura.

O Programa contempla a elaboração do Plano Diretor Rodoviário, que em conjunto com os Planos Aeroviário e Hidroviário do Estado, finalizados no início de 2015, permitirá ainda dentro do Programa a execução de um Plano Estratégico de Logística e Transportes - PELT, e de um Plano de Desenvolvimento de Centros Logísticos Intermodais. Quando implantados, esses mecanismos irão orientar a administração pública do Estado nas suas atividades de planejamento e definição de políticas na programação de recursos para investimentos no sistema de transportes do Paraná.

No que tange ao sistema rodoviário, o Programa contempla três tipos de obras: (i) construção, incluindo terraplenagem e pavimentação de sete ligações

em terrenos naturais (*greenfield*), totalizando 71,70 km; (ii) pavimentação de sete rodovias não pavimentadas existentes em trechos que somam 218,49 km, e (iii) restauração e expansão de vias de dez estradas pavimentadas, no total de 125,75 km. Nesse momento, o Programa envolve um total de 24 projetos a serem executados ao longo do período 2018 a 2022.

Por meio do Programa, o Estado do Paraná busca ampliar a capacidade dos corredores rodoviários, melhorando a oferta, a condição de trafegabilidade, a sustentabilidade ambiental e a segurança das rodovias que atendem ao escoamento de cargas geradas pelas atividades econômicas no Estado, incluindo também o acesso ao seu sistema portuário. Desse modo, são previstas ações, como obras de construção de terceiras faixas, acostamentos, alargamentos de pontes, interseções em desnível e duplicações pontuais, além da restauração de trecho existente, pavimentação e implantação de novas rodovias.

A pavimentação das rodovias apontadas no Programa garantirá, ainda, o acesso das populações dos municípios a serem beneficiados aos serviços públicos disponíveis nos centros urbanos de maior estrutura.

Para a primeira fase, foram selecionados seis projetos relacionados no Quadro 2.1 – equivalentes a 30% do Programa – que compõem a Amostra Representativa.

Quadro 2.1 *Projetos pertencentes à Amostra do Programa*

Rodovia	Trecho	Área	Extensão (km)
Contorno	Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Rural	6
PR-239	Pavimentação: Pitanga - Mato Rico	Rural	43,15 km
PR-090	Pavimentação: Acesso do Contorno de Castro	Rural	2,65
PR-912	Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Mista (Urbana e Rural)	27,02
PR-364	Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	Mista (Urbana e Rural)	47,71
PR-417	Ampl. Cap.: Curitiba - Colombo (Lote 1)	Urbana	3,86
TOTAL			130,39

No presente Estudo Ambiental serão apresentadas informações referentes ao projeto de construção de contorno localizado no município de Marechal Cândido Rondon, em trecho compreendido entre o km 27 da rodovia estadual PR-467 e o km 293 da rodovia federal BR-163.

3.1*LOCALIZAÇÃO*

O Projeto de Implantação do Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon localiza-se em trecho compreendido entre o km 27 da rodovia estadual PR-467 e o km 293 da rodovia federal BR-163, totalizando 6 km de extensão, inserido no município paranaense de Marechal Cândido Rondon. Destaca-se que o projeto encontra-se próximo à área de futura instalação do Frigorífico Fisbrasil.

De acordo com o Plano Diretor de Marechal Cândido Rondon (Lei Complementar N° 053/2008), o Projeto encontra-se na Zona de Expansão Secundária, inserida na Macrozona de Expansão Urbana.

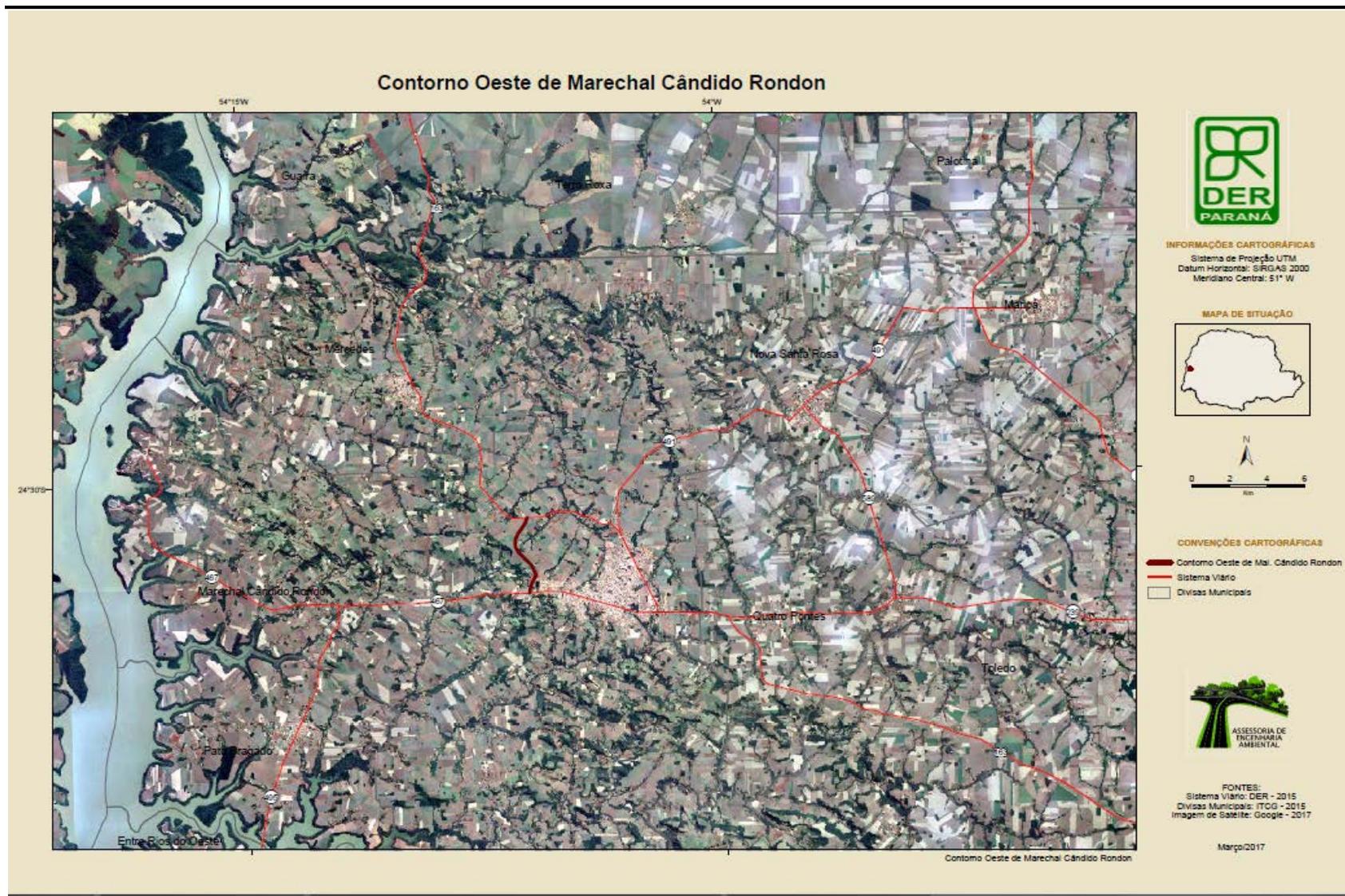
Marechal Cândido Rondon situa-se na Mesorregião Geográfica Oeste Paranaense, precisamente, na Microrregião Geográfica Toledo, distante 584 km da capital do Estado do Paraná, Curitiba. São municípios limítrofes a Marechal Cândido Rondon: ao norte, Mercedes; a nordeste, Nova Santa Rosa; a leste, Quatro Pontes; a sudeste, Toledo e Ouro Verde do Oeste; a sudoeste, Pato Bragado, e ao sul, São José das Palmeiras e Entre Rios do Oeste. A oeste, o município faz divisa com a República do Paraguai (Lago Itaipu).

O município possui área territorial de 748 km² e está dividido em oito distritos: Marechal Cândido Rondon, Bom Jardim, Iguiporã, Margarida, Novo Horizonte, Novo Três Passos, Porto Me¹.

Na Figura 3.1, a seguir, constam as localizações do Projeto e do município Marechal Cândido Rondon em relação ao Estado do Paraná.

¹ Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (IPARDES). Caderno Estatístico: Município de Marechal Cândido Rondon. Abril de 2017.

Figura 3.1 Localização do Projeto e do Município de Marechal Cândido Rondon



3.2 DESCRIÇÃO

3.2.1 O Projeto

O Projeto consiste na implantação de um contorno no município de Marechal Cândido Rondon, em trecho de 6 km, de modo a retirar o tráfego pesado de caminhões das ruas inseridas na área urbana do município.

O desvio do tráfego tem por intuito evitar prejuízos ao município causados pela movimentação desses veículos na área urbana de Marechal Cândido Rondon, que por sua vez, não suporta tamanho fluxo de veículos pesados.

Para que o Projeto possa ser executado, foram desenvolvidos os seguintes projetos e estudos complementares:

- Projeto Geométrico, com base nos critérios técnicos preconizados nos documentos “Características Técnicas Básicas para Rodovias Estaduais” (DER/PR) e “Instruções para Projeto Geométrico de Rodovias Rurais” do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Edição 1999;
- Projeto de Terraplenagem;
- Projeto de Pavimentação;
- Projeto de Interseções
- Projeto de Sinalização;
- Projeto de Desapropriação;
- Projeto de Obras de Arte Especiais;
- Projeto de Obras Complementares;
- Projeto de Drenagem; e
- Iluminação Pública.

O trecho em questão terá pistas simples - trechos em tangentes: 2 faixas de rolamento de 3,50 m, abaulamento transversal de 2% para cada lado do eixo, acostamento em ambos os lados de 2,50 m, abaulamento transversal de 5% para cada lado e faixa de segurança em ambos os lados de 2,00m de largura, abaulamento transversal de 5% para cada lado.

Também estão previstos no Projeto de Obras de Artes Especiais os seguintes serviços complementares:

- Execução de meio-fios;

- Revestimento dos taludes e canteiros;
- Calçada de circulação compartilhada em cbuq; e
- Construção de cercas.

Por sua vez, a sinalização será implementada de acordo com as normas do Manual de Sinalização Rodoviária (1999) do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT), e Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN). Embora não estejam previstos redutores de velocidade ao longo da extensão da via, as placas regulamentadoras de velocidade indicativa do trecho estarão posicionadas de forma a orientar o usuário.

3.2.2 *Estruturas Associadas às Obras*

As estruturas associadas às obras são aquelas utilizadas para apoiar as atividades de implantação do Projeto, e consistem nas seguintes áreas: canteiro de obras; alojamento de trabalhadores; áreas de empréstimo de materiais; áreas de bota-fora, e de disposição final de resíduos, áreas para acúmulo de recursos naturais tais como rochas, solos e restos vegetais.

Para o presente Projeto, até o momento, não há definição de nenhuma dessas áreas de apoio. Essas áreas deverão ser definidas e seus custos estimados, pela empresa responsável pela execução das obras. Portanto, ainda não foram identificados e avaliados os impactos e riscos relacionados a essas estruturas para o meio ambiente local, bem como para as populações residentes.

Por esse motivo, é fundamental que a empresa executora realize um estudo prévio para levantamento das áreas a serem mobilizadas para a instalação dessas estruturas, de modo que gerem o mínimo de impacto para o meio ambiente e para as populações residentes, e que os impactos inevitáveis sejam facilmente mitigados por meio da adoção de medidas e ações corretivas. Esse estudo deverá conter os principais impactos e riscos associados a cada uma das alternativas cogitadas, e deverá ser escolhida aquela que gere menos pressão e transtornos.

Um ponto importante a se considerar é o total de mão de obra a ser mobilizado e a duração da fase de maior concentração, pois isso representará maior movimentação de trabalhadores, o que poderá causar tanto incômodos às populações locais, quanto pressão no meio ambiente local.

Especificamente para o canteiro de obras, a orientação do DER/PR é que a empresa contratada para execução das obras preveja em seu orçamento a locação e a manutenção de *containers* que servirão de instalações de apoio (escritório, instalações sanitárias, refeitório etc.).

O desenvolvimento do Programa BID I – Integração é regido por um conjunto de regulamentações que guiam as atividades para maximizar a eficiência e efetividade do processo, na medida em que minimizam os riscos e impactos associados.

Nos níveis federal, estadual e municipal, o Programa é regido por um marco jurídico e normativo o qual define os requisitos legais necessários para que os Projetos recebam e mantenham as licenças necessárias para seu desenvolvimento.

No nível municipal, o marco regulatório será variável de acordo com a localização do projeto. Neste estudo, são apresentados os dispositivos legais dos municípios de São Mateus, Rebouças e Irati.

3.3.1 *Marcos Regulatórios*

3.3.1.1 Legislação Federal

Na esfera federal, a Constituição Brasileira destaca a proteção ambiental em seu art. 225: “*todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações*”.

Quanto às exigências para as licenças, no âmbito da legislação federal infraconstitucional, a Lei nº 6.938/81 dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente - PNMA, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. Cria o Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA, do qual passam a fazer parte os órgãos e entidades da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como as Fundações instituídas pelo Poder Público, responsáveis pela proteção e melhoria da qualidade ambiental.

O SISNAMA é composto pelos seguintes órgãos: Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo; Conselho de Governo, um órgão superior de assessoria ao Presidente da República; o Ministério do Meio Ambiente (MMA) como órgão central; o IBAMA como órgão executor, e os órgãos seccionais (entidades estaduais responsáveis pela execução de programas, projetos e pelo controle e fiscalização de atividades capazes de provocar a degradação ambiental) e locais (entidades municipais, responsáveis pelo controle e fiscalização dessas atividades, nas suas respectivas jurisdições).

No Brasil, são as resoluções do CONAMA que estabelecem normas e padrões compatíveis com o meio ambiente ecologicamente equilibrado.

Os Quadros 3.1, 3.2, 3.3, 3.4 e 3.5, a seguir, apresentam, os requisitos legais da legislação federal aplicáveis ao Programa BID I - Integração.

Legislação Federal

Quadro 3.1 *Leis Federais*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Lei nº 3.924/1961	Monumentos arqueológicos	Dispõe sobre monumentos arqueológicos e pré-históricos. Define como crime qualquer ato que importe na destruição ou mutilação de monumentos arqueológicos ou pré-históricos (art. 5º).
Lei nº 5.197/1967	Fauna	Dispõe sobre a proteção à fauna, e dá outras providências.
Lei nº 6.513/1977	Áreas protegidas	Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural.
Lei nº 6.938/1981	Política ambiental	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismo de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei Federal nº 6.902/1981	Áreas protegidas	Dispõe sobre a criação de Estações Ecológicas, Áreas de Proteção Ambiental, e dá outras providências.
Lei nº 9.605/1998	Crimes ambientais	Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências.
Lei nº 9.795/1999	Educação ambiental	Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
Lei nº 9.985/2000	Áreas protegidas	Institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e dá outras providências.
Lei nº 9.966/2000	Poluição água	Dispõe sobre a prevenção, o controle e a fiscalização da poluição causada por lançamento de óleo e outras substâncias nocivas ou perigosas em águas sob jurisdição nacional, e dá outras providências.
Lei nº 11.428/2006	Áreas protegidas	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
Lei nº 12.651/2012	Áreas protegidas	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.

Decretos Federais

Quadro 3.2 *Decretos Federais*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Decreto nº 227/1967	Recursos minerais	Código de Mineração: estabelece os regimes de aproveitamento das substâncias minerais. Permite extração, pelos órgãos da Administração Pública direta e indireta, de substâncias minerais de emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas, emprego imediato na construção civil, para uso exclusivo em obras públicas.
Decreto nº 86.176/1981	Áreas protegidas	Regulamenta a Lei nº 6.513/77 que dispõe sobre Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico.
Decreto nº 2.063/1983	Cargas perigosas	Dispõe sobre multas a serem aplicadas por infrações à regulamentação para a execução de transporte de cargas ou produtos perigosos.
Decreto nº 89.336/1984	Áreas protegidas	Dispõe sobre as Reservas Ecológicas e Áreas de Relevante Interesse Ecológico.
Decreto nº 96.044/1988	Cargas perigosas	Aprova o Regulamento para o Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos.
Decreto nº 99.274/1990	Áreas protegidas	Regulamenta as Leis Federais 6.902/81 e 6.938/81 no que tange também à criação de Estações Ecológicas e Áreas de Proteção Ambiental e sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, e dá outras providências.
Decreto nº 1.922/1996	Áreas protegidas	Dispõe sobre o reconhecimento das Reservas Particulares do Patrimônio Natural, e dá outras providências.
Decreto nº 4.281/2002	Educação Ambiental	Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências.
Decreto nº 4.339/2002	Biodiversidade	Institui princípios e diretrizes para a implementação da Política Nacional da Biodiversidade.
Decreto nº 4.340/2002	Áreas protegidas	Regulamenta artigos da Lei no 9.985, de 18 de julho de 2000, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza - SNUC, e dá outras providências.
Decreto nº 4.887/2003	Comunidades	Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos de que trata o art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.
Decreto nº 6.040/2007	Comunidades	Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais.
Decreto nº 6.660/2008	Áreas protegidas	Regulamenta os dispositivos da Lei nº 11.428, de 22 de dezembro de 2006, que dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica.
Decreto nº 6.848/2009	Áreas protegidas	Altera e acrescenta dispositivos ao Decreto no 4.340, de 22 de agosto de 2002, para regulamentar a compensação ambiental.
Portaria Interministerial nº 60 03/2015	Processo de Licenciamento	Define a forma de participação dos demais órgãos e entidades da administração pública federal processo de licenciamento.

Resoluções do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA

Quadro 3.3 Resoluções CONAMA

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Resolução nº 004/1985	Áreas protegidas	Estabelece definições e conceitos sobre Reservas Ecológicas.
Resolução nº 001/1986	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre os critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental.
Resolução nº 001-A/1986	Produtos perigosos	Dispõe sobre transporte de produtos perigosos em território nacional.
Resolução nº 009/1987	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre a realização de audiências públicas.
Resolução nº 003/1990	Qualidade do ar	Estabelece padrões de qualidade do ar e amplia o número de poluentes atmosféricos passíveis de monitoramento e controle.
Resolução nº 001/1990	Ruídos	Dispõe sobre padrões, critérios e diretrizes para a emissão de ruídos, em decorrência de qualquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas.
Resolução nº 002/1994	Desmatamento	Define formações vegetais primárias e estágios sucessionais de vegetação secundária, com finalidade de orientar os procedimentos de licenciamento de exploração da vegetação nativa no Paraná.
Resolução nº 237/1997	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre as atividades e empreendimentos sujeitas ao licenciamento ambiental a nível federal, estadual e municipal.
Resolução nº 249/1999	Biodiversidade	Aprova as Diretrizes para a Política de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Mata Atlântica.
Resolução nº 303/2002	Áreas protegidas	Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente.
Resolução nº 307/2002	Resíduos	Estabelece diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil.
Resolução nº 313/2002	Resíduos	Dispõe sobre o Inventário Nacional de Resíduos Sólidos Industriais.
Resolução nº 357/2005	Qualidade das águas	Dispõe sobre a classificação dos corpos de água e diretrizes ambientais para o seu enquadramento, bem como estabelece as condições e padrões de lançamento de efluentes, e dá outras providências.
Resolução nº 369/2006	Desmatamento	Dispõe sobre os casos excepcionais, de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Área de Preservação Permanente - APP.
Resolução nº 420/2009	Contaminação do solo	Dispõe sobre critérios e valores orientadores de qualidade do solo quanto à presença de substâncias químicas e estabelece diretrizes para o gerenciamento ambiental de áreas contaminadas por essas substâncias em decorrência de atividades antrópicas.
Resolução nº 429/2011	Áreas protegidas	Dispõe sobre a metodologia de recuperação das Áreas de Preservação Permanente - APP's.

Instruções Normativas e Resoluções do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA

Quadro 3.4 Instruções Normativas e Resoluções IBAMA

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Instrução Normativa nº 146/2007	Fauna	Estabelece critérios para procedimentos relativos ao manejo de fauna silvestre (levantamento, monitoramento, salvamento, resgate e destinação) em áreas de influência de empreendimentos e atividades consideradas efetiva ou potencialmente causadoras de impactos à fauna sujeitas ao licenciamento ambiental.
Resolução conjunta IBAMA-SEMA-IAP nº 007/2008	Desmatamento	Regulamenta a exploração eventual de espécies arbóreas nativas em remanescentes de vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, em ambientes agropastoril e em áreas urbanas.
Resolução Conjunta IBAMA-SEMA-IAP 05/2008	Áreas protegidas	Define critérios para avaliação das áreas úmidas e seus entornos protetivos, normatiza sua conservação e estabelece condicionantes para o licenciamento das atividades nelas permissíveis no Estado do Paraná.
Instrução Normativa IBAMA nº 5/2011	Desmatamento	Estabelece critérios para supressão vegetal nos termos do Decreto nº 6.660 de 2008-IBAMA.
Instrução Normativa IBAMA nº 013/2013	Fauna	Estabelece os procedimentos para padronização metodológica dos planos de amostragem de fauna exigidos nos estudos ambientais necessários para o licenciamento ambiental de rodovias e ferrovias.
Instrução Normativa IBAMA nº 22/2014	Desmatamento	Estabelece critérios para Anuência Prévia de Supressão Vegetal para o Bioma Mata Atlântica.
Instrução Normativa IBAMA nº 05/2015	Desmatamento	Define período de restrição das atividades de construção de estradas, pátios, corte, arraste e transporte na floresta no período chuvoso, para os Planos de Manejo Florestal Sustentável nas concessões florestais federais.

Portarias do Ministério do Meio Ambiente - MMA

Quadro 3.5 Ministério do Meio Ambiente (MMA)

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Portaria MMA nº 009/2007	Biodiversidade	Dispõe sobre as áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira.
Instrução Normativa nº 05/2009	Áreas protegidas	Dispõe sobre os procedimentos metodológicos para restauração e recuperação das Áreas de Preservação Permanentes e da Reserva Legal instituídas pela Lei no 4.771, de 15 de setembro de 1965.
Portaria Interministerial MMA/MT nº 288/2013	Rodovias sustentáveis	Institui o Programa de Rodovias Federais Ambientalmente Sustentáveis- PROFAS, para fins de regularização ambiental das rodovias federais, e revoga a Portaria Interministerial nº 423, de 26 de outubro de 2011.

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Portaria MMA n° 289/2013	Licenciamento ambiental rodovias	Dispõe sobre procedimentos a serem aplicados pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA no licenciamento ambiental de rodovias e na regularização ambiental de rodovias federais.
Portaria MMA n° 443/2014	Flora	Reconhece as espécies da flora brasileira ameaçadas de extinção.
Portaria MMA n° 444/2014	Fauna	Reconhece as espécies da fauna brasileira ameaçadas de extinção.
Portaria MMA n° 445/2014	Fauna	Reconhece espécies de peixes e invertebrados aquáticos da fauna brasileira ameaçadas de extinção.
Instrução Normativa n° 02/2015	Desmatamento	Estabelece novas regras para autorizar a supressão de vegetação em área de espécies da fauna e da flora ameaçadas de extinção.

3.3.1.2

Legislação Estadual

A Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA/PR) constitui órgão de primeiro nível hierárquico da administração estadual, de natureza substantiva, cuja finalidade é formular e executar as políticas de meio ambiente, de recursos hídricos, florestais, cartográficas, agrárias, fundiárias, de controle da erosão e de saneamento ambiental. A SEMA/PR atua com estrita observância aos critérios gerais fixados, quando a norma fundamental a permite.

Para executar a política estabelecida, a Secretaria conta com o corpo técnico do Instituto Ambiental do Paraná (IAP/PR), que possui estrutura técnica especializada e a atribuição de conceder licenciamento ambiental no âmbito da sua competência, além da Polícia Ambiental, para fins de controle e fiscalização.

Por sua vez, o Conselho Estadual do Meio Ambiente (CEMA) desempenha papel normativo recursal.

Todos esses órgãos técnicos têm participação efetiva no planejamento e no licenciamento ambiental, cada qual cumprindo as suas funções e observando as exigências dos programas e políticas públicas definidas pelo Governo do Estado.

A seguir, são apresentados os requisitos legais da legislação estadual aplicáveis ao Programa BID I - Integração.

Licenciamento Ambiental

O Instituto Ambiental do Paraná (IAP/PR) é o órgão responsável, entre outras atribuições e conforme Lei Estadual n° 10.066/1992, pelo licenciamento ambiental no âmbito estadual.

Especificamente para empreendimentos rodoviários, o licenciamento atende ao disposto na Resolução nº 046/2015 (junho de 2015), da Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Paraná (SEMA/PR), que alterou e revogou as Resoluções SEMA/PR nº 051/2013 e 013/2014, e que tem por finalidade estabelecer requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Rodoviários.

Para o requerimento de licenciamento ambiental junto ao IAP/PR, faz-se necessário apresentar documentação conforme dispõe a Resolução SEMA nº 046/2015. A documentação a ser apresentada depende da modalidade de licenciamento a ser requerida, conforme disposto nos Artigos 4º; 8º; 11º; 14º; 16º e 18º da referida Resolução

A Resolução mencionada determina que o licenciamento ambiental será efetuado por meio dos seguintes dispositivos: Dispensa de Licenciamento Ambiental Estadual - DLAE, Autorização Ambiental - AA, Licença Ambiental Simplificada - LAS, Licença Prévia - LP, Licença de Instalação - LI e Licença de Operação - LO.

Dessa forma, o IAP/PR passou a exigir EIA/RIMA para fins de licenciamento das atividades de novas rodovias ou obras, incluindo obras de artes, que extrapolem a faixa de domínio e com extensão superior a 50 km.

Já o Relatório Ambiental Simplificado - RAS é exigido para os empreendimentos rodoviários contemplados no caput do Artigo 13, com extensão de até 50 km ou obras que extrapolem a faixa de domínio e que não impliquem nos incisos de I a VI do caput do referido Artigo. Aplica-se, em tais casos, a Licença Prévia (LP), a qual será prosseguida de Licença de Instalação (LI) e Licença de Operação (LO).

Além do EIA/RIMA e do RAS, têm-se os estudos ambientais denominados Plano de Controle Ambiental Simplificado (PCAS) e Plano de Controle Ambiental (PCA), exigidos, respectivamente, nas modalidades de Autorização Ambiental - AA e Licença Ambiental Simplificada - LAS.

Fica definida, portanto, a aplicação do instrumento de licenciamento ambiental a todas as obras rodoviárias elencadas no Capítulo II da Resolução SEMA nº. 046/2015, quer se trate de implantação, de restauração ou de melhoria, entre outros, ficando o Departamento de Estradas e Rodagens do Estado do Paraná (DER/PR) obrigado a solicitar o licenciamento ambiental em cumprimento ao rito definido pela legislação ambiental vigente.

Por sua vez, é atribuição do órgão ambiental solicitar ao DER, quando necessária, a complementação de informações quanto à documentação apresentada no requerimento do licenciamento, bem como quanto ao estudo ambiental aplicado.

Os pedidos de Autorização Florestal (AF) para Supressão de Vegetação Nativa também devem ser providenciados junto ao órgão ambiental, pois a inexistência desta Autorização resulta em crime ambiental. As Instruções Normativas do IAP/PR definem os procedimentos e condições para a sua obtenção.

Legislação Estadual

Além da legislação federal apresentada anteriormente, o Programa e os projetos devem obedecer a uma série de leis, decretos, instruções e normas estaduais do Paraná. Os dispositivos aplicáveis ao Programa e aos projetos encontram-se nos Quadros 3.6, 3.7, 3.8, 3.9 e 3.10.

Quadro 3.6 *Legislação Estadual*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Lei nº 1.211 /1953	Patrimônio histórico	Dispõe sobre o Patrimônio Histórico, Artístico e Natural do Estado do Paraná. Elenca os bens que o constitui e a exigência de tombamento.
Lei nº 6.513 /1973	Qualidade das águas	Dispõe sobre a proteção dos recursos hídricos contra agentes poluidores.
Lei nº 7.109 /1979	Qualidade das Águas	Institui o Sistema de Proteção do Meio Ambiente prevendo ações contra qualquer agente poluidor ou perturbador, com aplicação e fiscalização pela Administração dos Recursos Hídricos - ARH.
Lei nº 8.014 /1984	Solo	Dispõe sobre a preservação do solo agrícola, contendo determinação quanto a tratamentos conservacionistas na construção e manutenção de estradas.
Lei nº 10.247 /1993	Flora e Fauna	Dispõe que é competência do IAP a fiscalização pelo cumprimento de normas de proteção da flora e da fauna no Estado do Paraná.
Lei nº 12.493 /1999	Resíduos	Estabelece princípios, procedimentos, normas e critérios referentes a geração, acondicionamento, armazenamento, coleta, transporte, tratamento e destinação final dos resíduos sólidos no Estado do Paraná. Define resíduos sólidos. Atribui responsabilidades às atividades geradoras de resíduos sólidos, de qualquer natureza.
Lei nº 16.755 /2010	Faixa de domínio rodovia	Dispõe sobre autorização para a concessão de uso do bem público denominado "faixa de domínio de rodovia", para pessoas físicas e jurídicas de direito público e privado, conforme específica.
Lei nº 17.445 de 27/2012	Faixa de domínio rodovia	Institui a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.

Decretos Estaduais

Quadro 3.7 *Decreto Estadual*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Decreto nº 6.120 /1985	Faixa de domínio rodovia	Regulamenta a Lei Estadual 8.014/84, define e contém determinações quanto a tratamentos conservacionistas na construção e manutenção de estradas.
Decreto nº 3.398 /97	Produtos perigosos	Cria o Programa Estadual de Controle do Transporte Rodoviário de Produtos Perigosos no Estado do Paraná.
Decreto nº 387 /99	Desmatamento	Institui o Sistema de Manutenção, Recuperação e Proteção de Reserva Florestal Legal e Áreas de Preservação Permanente. Atribui ao responsável por obra ou atividade de interesse social ou de utilidade pública a obrigação pela recuperação ou compensação de dano ambiental, em caso de supressão ou fragmentação de área de reserva florestal legal.
Decreto nº 4.475 /2005	DER	Aprova o Regulamento do Departamento de Estradas de Rodagem - DER.
Decreto nº. 1529 /2007	Biodiversidade	Dispõe sobre o Estatuto Estadual de Apoio à Conservação da Biodiversidade em Terras Privadas no Estado do Paraná, atualiza procedimentos para a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural - RPPN.
Decreto nº 7.969 /2013	Faixa de domínio rodovia	Regulamenta o disposto no artigo 1º da Lei nº 17.445, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.
Decreto nº 9.957 /2014	Qualidade das águas	Dispõe sobre o regime de outorga de direitos de uso de recursos hídricos e adota outras providências.
Decreto nº 140 /2015	Faixa de domínio rodovia	Altera o Decreto Estadual nº 7.969, de 16 abril de 2013, que regulamenta o disposto no artigo 1º da Lei nº 17.445, de 27 de dezembro de 2012, que dispõe sobre a Taxa de Fiscalização do Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias no Estado do Paraná, administradas pelo DER - Departamento de Estradas de Rodagem do Estado do Paraná.
Decreto nº 5899/2017	SEIL	Aprova o Sistema Rodoviário Estadual - 2016, elaborado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL.

Resoluções do Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA

Quadro 3.8 *Conselho Estadual do Meio Ambiente - CEMA*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Resolução nº 65 /2008	Licenciamento ambiental	Dispõe sobre o licenciamento ambiental, estabelece critérios e procedimentos a serem adotados para as atividades poluidoras, degradadoras e/ou modificadoras do meio ambiente e adota outras providências.

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Resolução nº 89 /2013	Licenciamento ambiental	Estabelece prazos de validade, diferenciados para o Licenciamento Ambiental de Empreendimentos Rodoviários considerados de utilidade pública, objetivando compatibilizar a natureza dos mesmos aos prazos de execução.

Portarias do Instituto Ambiental do Paraná - IAP

Quadro 3.9 *Instituto Ambiental do Paraná - IAP*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Portaria nº 193 /2006	Desmatamento	Estabelece critérios para corte de vegetação nativa em Estágio Inicial de Regeneração, Corte Isolado de Árvores Nativas e Aproveitamento de Material Lenhoso em Ambientes Florestais e Agropastoris nos imóveis rurais do Estado do Paraná.
Portaria nº 95 /2007	Biodiversidade	Reconhece a Lista Oficial de Espécies Exóticas Invasoras para o Estado do Paraná, estabelece normas de controle e dá outras providências.
Portaria nº 156 /2009	Licenciamento ambiental	Cria e estabelece diretrizes para o Licenciamento Ambiental para obras e serviços de conservação, manutenção, restauração e melhorias permanentes em Rodovias Estaduais e vias Municipais e dá outras providências.
Portaria nº 290 /2013	Recursos minerais	Estabelece critérios para licenciamento de pequenas cascalheiras de interesse de Prefeituras Municipais e Departamento de Estradas de Rodagem.

Resoluções da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)

Quadro 3.10 *Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos (SEMA)*

Requisito Legal	Assunto	Descrição
Resolução nº 51 / 2009	Licenciamento ambiental	Estabelece a dispensa do Licenciamento Ambiental Estadual para empreendimentos de pequeno porte e baixo impacto ambiental.
Resolução nº 46 /2015	Licenciamento ambiental	Estabelece requisitos, definições, critérios, diretrizes e procedimentos administrativos referentes ao Licenciamento Ambiental e Regularização Ambiental de empreendimentos viários e ferroviários terrestres, públicos e privados, a serem cumpridos no território do Estado do Paraná.

3.3.1.3 Legislação Municipal

A legislação municipal relacionada a esse Projeto referente ao município de Marechal Cândido Rondon encontra-se no Quadro 3.11, adiante.

Quadro 3.11 *Legislação Municipal*

Instrumento	Conteúdo
Nº 053/2008	Institui o Plano Diretor do Município de Marechal Cândido Rondon e dá outras providências.
Nº 054/2008	Define áreas urbanas, de expansão urbana e rural do município de Marechal Cândido Rondon - Plano Diretor

Instrumento	Conteúdo
Nº 056/2008	Dispõe sobre o Sistema Viário no Município de Marechal Cândido Rondon – Plano Diretor
Nº 058/2008	Regulamenta o Código de Obras de Iniciativa Privada e Pública no Município de Marechal Cândido Rondon – Plano Diretor
Fonte: Paralela Engenharia Consultiva, 2013.	

3.3.2

Políticas do BID Aplicáveis

O Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID é uma entidade financeira multilateral que estabeleceu salvaguardas e políticas ambientais e sociais para assegurar que os projetos financiados por ela sejam sustentáveis. As políticas e salvaguardas representam melhores práticas internacionais e são consistentes com os Princípios do Equador e com os Padrões de Desempenho da Corporação Financeira Internacional (IFC-OS, na sigla em inglês), no âmbito da gestão ambiental, social e de segurança.

Como parte da Linha Condicional de Crédito para Projetos de Desenvolvimento (CCLIP, na sigla em inglês), o BID requer que as atividades do Projeto cumpram com determinados padrões estabelecidos. Para tanto, estabelece algumas políticas de Meio Ambiente e de Gestão de Riscos de Desastres, que se constituem em marco coerente de salvaguardas e padrões de sustentabilidade que guiam o trabalho do Banco.

A seguir, são apresentadas de maneira resumida as políticas aplicáveis ao Programa de Obras Múltiplas, por serem recipientes de recursos financeiros do Banco.

Política de Acesso à Informação – OP-102

Esta política, que se aplica a toda a informação gerada pelo BID e a certa informação em seu poder, sujeita a uma lista de exceções, está baseada nos seguintes princípios:

Princípio 1: Máximo acesso à informação. O BID garante acesso a todos os documentos e às informações que produz e às informações geradas pelos projetos em sua supervisão, desde que não esteja na lista de exceções². O Banco, ainda, divulgará a informação incluída na lista de exceções, de acordo com os prazos e procedimentos estabelecidos para tal, sempre que não esteja legalmente impedido de fazê-lo.

Princípio 2: Exceções claras e delimitadas. Toda exceção de divulgação se baseará na possibilidade clara e delimitada de que a divulgação da informação seja mais prejudicial do que benéfica para os interesses, entidades ou partes

² Constituem a lista de exceções: informações pessoais; assuntos jurídicos, disciplinares ou investigativos; comunicações que impliquem os diretores executivos; informações que ponham em risco a segurança dos funcionários do Banco e de suas famílias, os consultores contratados e os contratados externos do Banco, os ativos do Banco e a segurança nacional dos países membros; informação confidencial disponibilizada e informações comerciais ou financeiras; informação administrativa institucional; informações deliberativas; informações financeiras que possam afetar as atividades do Banco nos mercados financeiros ou de capitais; informações confidenciais dos países, e informações relativas a operações sem garantia soberana.

afetadas, que o Banco esteja legalmente obrigado a se abster de divulgar a informação ou que esta tenha sido recebida em confidencialidade.

Princípio 3: Acesso simples e amplo à informação. O BID empregará todos os meios práticos para facilitar o acesso à informação.

Princípio 4: Explicações das decisões e direito à revisão. Nos casos em que o acesso à informação for negado, o Banco explicará sua decisão. Os solicitantes que considerem que houve violação na política ao lhes ser negado acesso à informação terão o direito de pedir que o Comitê de Acesso à Informação, de caráter interdepartamental, e presidido pelo Escritório da Presidência, revise a decisão. Caso o Comitê mantenha a negativa de acesso, poderá ser solicitada uma nova revisão da decisão por um painel externo designado pelo Banco para tal efeito.

De forma específica, entre os documentos de caráter ambiental e social que, de conformidade com esta política, devem ser postos à disposição do público no idioma das partes afetadas, estão: (i) Estratégia Ambiental e Social (ESS, na sigla em inglês); (ii) Estudo de Impacto Ambiental EIA, Estudo Ambiental Estratégico EAE e/ou Avaliação Ambiental AA, conforme seja o caso; e (iii) Informe de Gestão Ambiental e Social (IGAS ou ESMR, na sigla em inglês), que resume o mais relevante das avaliações ambientais e do Plano de Manejo e Gestão Ambiental dos projetos.

Política de Meio Ambiente e Cumprimento de Salvaguardas – OP-703

As Salvaguardas nesta política valem para todo o ciclo do projeto, com o propósito de assegurar a viabilidade ambiental dos investimentos do Banco. De acordo com as práticas de desenvolvimento sustentável, o Banco prioriza a prevenção e, quando necessário, a mitigação e a gestão plena de impactos negativos. As Avaliações Ambientais e seus Planos de Gestão estão desenhados como processos de identificação e atenção a tais impactos.

As Salvaguardas fornecem detalhes sobre que conteúdo e o escopo a ser considerado nas Avaliações como os Planos de Gestão, além de detalhes sobre temas importantes, como a legislação nacional, processos consultivos, supervisão e cumprimento entre outros.

Política de Gestão de Desastres Naturais e Inesperados – OP-704

Essa Política foi formulada para atender a vulnerabilidade elevada que sentem as populações em países em desenvolvimento, ao passar por um desastre natural ou inesperado. A Política atribui importância especial à redução de risco, buscando melhorar o marco institucional e o apoio à gestão de risco de desastre. As diretrizes para aplicação da Política de Risco de Desastres foram aprovadas no ano de 2008.

Essa Política deverá ser considerada no contexto deste Programa somando esforços junto a Defesa Civil no atendimento as comunidades afetadas por desastres naturais nas AID dos projetos.

Política de Reassentamento Involuntário - OP-710

Esta Política foi desenhada para atender os riscos e as vulnerabilidades associadas aos projetos que envolvam deslocamentos físicos involuntários. O intuito é evitar, minimizar ou gerir a necessidade de deslocamento físico e, se não for possível, reduzir ao máximo as mudanças que prejudicam o modo de vida das populações, tanto economicamente, quanto socialmente.

Essa Política deverá ser considerada na íntegra no contexto deste Programa nos casos em que houver necessidade de reassentamento involuntário, e em partes – principalmente no que tange aos monitoramentos – nos casos em que for adotado processo de desapropriação ou de negociação simples.

Política Operacional sobre Igualdade de Gênero no Desenvolvimento - OP 761

Baseada em extensas pesquisas sobre processos de desenvolvimento, a política busca integrar temas sobre vulnerabilidades associadas ao gênero feminino, ao processo de avaliação de impactos e a planos de gestão. Essa OP considera a experiência do Banco no apoio à integração das mulheres como líderes, participantes e beneficiárias do desenvolvimento.

No que se refere ao presente Programa, esta Política será direcionada, prioritariamente, às mulheres envolvidas nas obras de intervenção nos trechos rodoviários contemplados, e às mulheres identificadas como vulneráveis aos impactos e riscos de cada um dos projetos.

Política Operacional sobre Povos Indígenas - OP 765

O Banco busca apoiar processos de desenvolvimento socioculturalmente apropriados à economia e à governabilidade de Povos Indígenas, reconhecendo seus direitos, aspirações e necessidades.

Por meio dessa política busca-se minimizar a vulnerabilidade que estes grupos possam sentir ao enfrentar projetos de desenvolvimento em seus territórios, e apoiar o desenvolvimento pleno das comunidades indígenas na área de influência dos projetos.

3.3.3 *Estudos Ambientais e Demais Estudos*

3.3.3.1 *Estudos Ambientais*

Para a obtenção das licenças ambientais necessárias para a implantação do Projeto (Licença Prévia - LP e Licença de Instalação - LI), foram apresentados

ao órgão ambiental licenciador do Estado do Paraná, o Instituto Ambiental do Paraná (IAP), os seguintes documentos, apresentados no Quadro 3.12, a seguir.

Quadro 3.12 Estudos Ambientais

Tipo de Licença/ Autorização	Documentos Apresentados	Solicitações do Órgão Ambiental	Considerações Órgão Ambiental	Licença/ Autorização Concedida
Licença Prévia ³	<ul style="list-style-type: none"> • Requerimento de Licenciamento Ambiental – RLA; • Cadastro de Empreendimentos Viários – CEV; • Certidão do Município de Marechal Cândido Rondon quanto ao Uso e Ocupação do Solo; • Publicação do requerimento da LP; e • Comprovante de recolhimento de Taxa Ambiental. <p>Obs: Não solicitado Estudo Ambiental pelo IAP para o requerimento da LP</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Anuência do SAAE do município sobre o traçado proposto (apresentado para requerimento da LI); • Apresentação do Projeto de Conservação de Solos integrado com a rodovia (em elaboração pelo DER); • Apresentação de Relatório Ambiental Simplificado (RAS) (apresentado para o requerimento da LI); • Decreto de Utilidade Pública do traçado (o Decreto nº. 5468/2016 será apresentado ao IAP antes do início da obra); • Procedimento de corte da vegetação em formulário próprio do IAP, em essências plantadas e essências nativas, por meio de inventário florestal realizado por profissional habilitado (foi solicitado procedimento específico e a AF já foi emitida (AF nº. 34638 válida até 21/03/2018)); e • Outorga d'água expedida pelo Instituto das Águas do Paraná (em análise pelo Instituto das Águas). 	<ul style="list-style-type: none"> • A licença não autoriza a supressão vegetal de qualquer natureza; • A movimentação de terra deverá ser feita, preferencialmente, em locais desprovidos de cobertura vegetal arbórea; • Todo o material de pavimentação deverá ser oriundo de empreendimentos minerários devidamente licenciados pelo IAP; • Os resíduos da obra deverão ser dispostos adequadamente, sendo vedada a sua destinação para áreas de aterro de lixo urbano; • A obra não poderá propiciar a erosão para as propriedades lindeiras da referida estrada; e • O corpo receptor das águas da rodovia não poderá ter sua qualidade alterada pelo lançamento. 	LP Nº 31395, válida até 17/08/2017.
Licença de Instalação (LI) ⁴	Relatório Ambiental Simplificado (RAS)	<ul style="list-style-type: none"> • O projeto socioeconômico deverá tratar a questão “desapropriação” em um capítulo separado e de forma detalhada (a desenvolver); • A questão dos desmembramentos com a passagem da rodovia deverá ter um capítulo separado e de forma detalhada (a desenvolver); • As propriedades que possuem a reserva legal averbada deverão e houver coincidência de trechos da rodovia com áreas averbadas deverão, preferencialmente, ser desviadas e, caso não seja possível, efetuar a sua realocação no terreno no IAP e, finalmente, no cartório de registro de imóveis (a desenvolver); e • Deverão ser anexadas ao programa de fauna as plantas com a descrição e a devida localização de corredores/passagens para animais a fim de evitar atropelamentos (a desenvolver). <p>Deverá ser apresentado ao IAP, no prazo máximo de 120 dias, o projeto básico ambiental, já com as medidas compensatórias do empreendimento, com a discriminação dos seguintes programas (em elaboração):</p> <ul style="list-style-type: none"> • Programa de Comunicação Social; • Programa de Educação Ambiental; • Programa de Desapropriação de Terras e Imóveis; • Plano de Recuperação da Biodiversidade Local; • Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos da Construção Civil; • Programa de Monitoramento de Ruído; • Programa de Controle de Emissão de Gases; • Programa de Monitoramento da Qualidade Hídrica; e • Programa de Supervisão Ambiental. 	<ul style="list-style-type: none"> • As condicionantes foram atendidas parcialmente: outorga de água, apresentação do RAS, anuência do SAAE. A exceção ficou por conta da apresentação de projeto de conservação de solo integrado com a rodovia que ficou diluída no bojo do RAS e com a solicitação em ofício para a não apresentação deste projeto, uma vez que o DER atende às normas técnicas, incluindo projeto específico de drenagem que considera elementos ambientais dos Meios Físico e Biótico; • A desapropriação foi citada de forma superficial; • A questão dos desmembramentos de terras com a passagem da rodovia foi tratada de forma superficial; • Não foram citadas áreas (se é que existem) com reserva legal averbada que terão supressão florestal; • O Decreto de Utilidade Pública ainda não foi apresentado. A obra de instalação não poderá ter início até a apresentação do Decreto de Utilidade Pública (o Decreto nº. 5468/2016 será apresentado ao IAP antes do início da obra); • O procedimento de corte da vegetação deverá ser protocolado em formulário próprio do IAP, separado por essências plantadas e essências nativas através de inventário florestal, por profissional habilitado e com o recolhimento da ART (foi solicitado procedimento específico e a AF já foi emitida (AF nº. 34638 válida até 21/03/2018)); e • O corpo receptor das águas das rodovias não poderá ter a sua qualidade alterada pelo lançamento. 	LI Nº 20449, válida até 19/11/2020

³ A LP é o mecanismo do sistema de licenciamento ambiental brasileiro que aprova a localização e concepção do projeto, bem como atesta sua viabilidade ambiental. A LP, em geral, estabelece alguns requisitos básicos e condicionantes a serem atendidos nas próximas fases de implementação, não sendo permitida, até o presente momento, nenhuma interferência na área.

⁴ A LI é o mecanismo do sistema de licenciamento ambiental brasileiro que autoriza o início da instalação do empreendimento ou atividade de acordo com as especificações constantes dos planos, programas e projetos executivos aprovados, incluindo as medidas de controle ambiental e demais condicionantes. Neste momento não é autorizada a operacionalização do empreendimento, o que só ocorre após a emissão da Licença de Operação (LO).

3.3.3.1

Demais Estudos

- Inventário Florestal elaborado pelo DER/PR em Novembro de 2015 – Subsidiou o requerimento da AF, emitida sob nº. 34638, válida até 21/03/2018;
- Projeto Básico Ambiental – PBA – em elaboração, contendo o detalhamento dos Programas Ambientais e Sociais a serem executados; e
- Projeto de Conservação do Solo – em elaboração.

4

LINHA DE BASE

4.1

LINHA DE BASE AMBIENTAL

De acordo com a caracterização climática regional baseada no modelo de Köppen, os climas predominantes no Estado do Paraná são os Cfb e Cfa. Esses dois tipos de clima diferenciam-se, basicamente, pelo comportamento das temperaturas no verão e pelas estações frias. No Cfa, a temperatura média dos verões ultrapassa 22°C, enquanto no Cfb, as temperaturas se mantêm abaixo dos 22°C. Durante o inverno, o Cfb pode registrar geadas e no Cfa isso não é previsto.

A área estudada está compreendida em sua totalidade na área do Cfa, havendo registro de temperatura média acima de 22°C no ano. Os registros pluviométricos são bem definidos, com maior concentração de chuvas entre os meses de dezembro a fevereiro. Segundo o Instituto Agrônomo do Paraná – IAPAR, a média anual de chuvas de Marechal Cândido Rondon situa-se entre 1.600 mm a 1.800 mm ao ano.

A geologia de Marechal Cândido Rondon, conforme a descrição das Unidades Litoestratigráficas, é composta por solo Mesozóico, pró-inventor do Grupo São Bento. Esses solos caracterizam-se por derrames ocorridos através das grandes fissuras, originando a formação da Serra Geral.

A pedologia apresenta variações de tipos de solo em relação ao volume e forma de intemperismo que atuam sobre as áreas. Por sua vez, a saturação hídrica propicia a ocorrência de solos Hidromórficos ou Gleissolos. Na área diretamente afetada do projeto a divisão entre os solos identificados dá-se, basicamente, entre os latossos e nitossolos.

A vegetação de Marechal Cândido Rondon caracteriza-se pelos fragmentos de floresta Estacional Semidecidual FESD nas características de montana e submontana, sendo a variação aluvial um dos principais elementos que

interferem nas características de formação florestal.

A principal característica desta vegetação é a perda de suas folhas conforme a estação do ano. Nos períodos mais chuvosos, a sua fisionomia confunde-se com a de Floresta Ombrófila densa, porém nos períodos mais secos, a vegetação perde entre 20 e 50% de suas folhas.

4.1.1 **Biodiversidade: Comparativo Espécies Existentes x Lista Vermelha da IUCN**

Em 1964, a União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN) criou o que veio a se tornar o maior catálogo sobre o estado de conservação de espécie de plantas, animais, fungos e protozoários de todo o planeta: a Lista Vermelha de Espécies Ameaçadas (em inglês, *IUCN Red List* ou *Red Data List*).

Segundo a própria organização, esta compilação tem como objetivos: fornecer informações com base científica sobre o estado das espécies e subespécies em um nível global; chamar a atenção do público para a magnitude e a importância da biodiversidade ameaçada; influenciar legislações e políticas nacionais e internacionais; e fornecer informações para orientar as ações para conservar a diversidade biológica.

As espécies são classificadas em nove grupos, definidos através de critérios que incluem a taxa de declínio da população -- entendida como o número de indivíduos por espécie --o tamanho e distribuição da população, a área de distribuição geográfica e grau de fragmentação.

Os 9 grupos de classes são os seguintes: segura ou pouco preocupante (LC); quase ameaçada (NT); vulnerável (VU); em perigo (EN); em perigo crítico (CR); extinta na natureza (EW); extinta (EX); dados insuficientes (DD) e não avaliada (NE).

Segundo a bibliografia pesquisada a espécie da flora nativa do Paraná mais conhecida e que consta da lista da IUCN é a araucária, *araucaria angustifolia* (Bertol.) Kuntze, classificada na categoria "em perigo" ou EN (do inglês *endangered*). Outras espécies listadas são:

- Pottiaceae (*Erythrophyllostrum andinum*); Poaceae (*Thrasypopsis jurgensii*);
- Orchidaceae (*Phragmipedium vittatum*) (Sapatinho); Myrtaceae (*Plinia hatschbachii*);
- Moraceae (*Dorstenia tenuis*) (Violeta-da-montanha, violeta-montes);
Lejeuneaceae (*Myriocoleopsis fluviatilis*); Lauraceae (*Ocotea odorifera*)
(Canela-sassafrás, sassafráz);
- Dicksoniaceae (*Dicksonia sellowiana*) (Xaxim, xaxim-imperial);

- Bromeliaceae (*Vriesea pinottii*); Bromeliaceae (*Vriesea muelleri*) (Gravatá); e
- Bromeliaceae (*Vriesea brusquensis*) (Gravatá, monjola, bromélia); Asteraceae (*Viguiera paranensis*); Arecaceae (*Bactris hatschbachii*).

Com relação à fauna, segundo a SEMA-PR, encontram-se relacionadas na lista da IUCN 163 espécies ameaçadas para o Estado do Paraná, distribuídas em quatro categorias - extinta (EX), em perigo crítico (CR), em perigo (EN) e vulnerável (VU), sendo 69 aves, 32 mamíferos, 22 peixes, 18 abelhas, 15 lepidópteros, quatro anfíbios e três répteis. Este total inclui quatro espécies que já desapareceram no

Estado, três aves (gralhão, *Daptrius americanus*; uiraçu-falso, *Morphnus guianensis*; codorninha, *Taoniscus nanus*) e um mamífero (preguiça-de-três-dedos, *Bradypus variegatus*), indicando que os esforços de conservação devem ser incrementados para que outras espécies, principalmente aquelas que se encontram criticamente em perigo e que hoje representam uma parcela significativa das espécies ameaçadas (41 espécies ou 25% do total ameaçado) não venham também a desaparecer em um futuro próximo.

Foi feita uma comparação entre a lista de espécies de flora e fauna encontradas no município de Marechal Cândido Rondon com as espécies em estados de conservação da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação (UIC).

Foram identificadas espécies de fauna da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação (UIC). Para as espécies de flora foram utilizados dados de espécies encontradas no estado do Paraná com as espécies da Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação (UIC).

Quadro 4.1 *Espécies de Flora na Lista Vermelha da UIC*

Família	Espécie	Tendência da população	Status da Lista Vermelha
ARACEAE	<i>Anthurium sinuatum</i>	Decrescente	LC
PALMAE	<i>Butia eriospatha</i>	Não informado	VU
LAURACEAE	<i>Ocotea porosa</i>	Não informado	VU
ARAUCARIACEAE	<i>Araucaria angustifolia</i>	Desconhecido	CR

Legenda: Segura ou pouco preocupante (LC ou LR/lc); Quase ameaçada (NT ou LR/nt); Dependente de medidas de conservação (LR/cd); Vulnerável (VU); Em perigo (EN); Em perigo crítico (CR); Dados insuficientes (DD)

Quadro 4.2 *Espécies de Fauna Lista Vermelha da UIC*

Classe	Ordem	Família	Status da Lista Vermelha
ARACHNIDA	ARANEAE	NEPHILIDAE <i>sexpunctata</i>	LC
REPTILIA	SQUAMATA	DIPSADIDAE <i>undulata</i>	LC
REPTILIA	SQUAMATA	TEIIDAE <i>merianae</i>	LC

Classe	Ordem	Família	Status da Lista Vermelha
REPTILIA	SQUAMATA	VIPERIDAE itapetiningae	LC
Legenda: Segura ou pouco preocupante (LC ou LR/lc); Quase ameaçada (NT ou LR/nt); Dependente de medidas de conservação (LR/cd); Vulnerável (VU); Em perigo (EN); Em perigo crítico (CR); Dados insuficientes (DD)			

O objetivo desse comparativo é tentar evitar impactos a essas espécies. Uma boa prática internacional é a aplicação da "hierarquia de mitigação" que procura evitar os impactos sobre a biodiversidade, como primeira prioridade, em seguida, minimizar e restaurá-los. Esses conceitos são equivalentes a prevenção (evitar), mitigação (minimização) e compensação dos impactos que não podem ser mitigados.

Para atingir esse objetivo, se deve:

- Reduzir a Perturbação da Fauna (Evitar);
- Educação Ambiental (Evitar);
- Resgatar e Realocar Espécies Ameaçadas (Minimizar); e
- Reflorestar Áreas Impactadas (Compensar).

4.1.1.1 Reduzir a Perturbação da Fauna

Para reduzir a perturbação exercida sobre a vida selvagem, recomenda-se a aplicação das seguintes medidas:

- Procurar variações do traçado que evitem áreas sensíveis. Em áreas onde se cruzam áreas sensíveis, deve-se avaliar a possibilidade de fazer micro ajustes para evitar e minimizar a área a ser afetada;
- Evitar ruídos desnecessários gerados por apitos, buzinas, sirenes, e motores, entre outros;
- Instalar e manter silenciadores em equipamentos que utilizem motores, tais como veículos e máquinas;
- Coordenar o resgate de animais que entrem nas áreas de trabalho;
- Educar os trabalhadores em procedimentos para proteger a vida selvagem e evitar a caça furtiva;
- Controlar estritamente a caça furtiva, tanto por parte dos trabalhadores, quanto habitantes das comunidades vizinhas;
- Usar luzes específicas para estações de trabalho, impedindo a iluminação dos habitats da vida selvagem e usar a intensidade da luz mais baixa para um trabalho seguro; e

- Reduzir o risco de atropelamento instalando sinais em lugares relevantes como cruzamentos e mantendo estrito controle da velocidade adequada nas estradas.

4.1.1.2 *Educação Ambiental*

Recomenda-se a realização de um programa de educação que tenha como público os trabalhadores envolvidos nas obras. Normalmente, esses trabalhadores têm diferentes níveis de conhecimento sobre os valores ambientais e, particularmente, sobre a biodiversidade. Portanto, o objetivo desta medida é fornecer informações e conhecimentos sobre estes recursos e o que se deve fazer para preservá-los. Para executar este programa, são sugeridas as seguintes ações:

- Preparar um folheto explicativo sobre mamíferos, aves, anfíbios e répteis protegidos, e distribuí-los, tanto para as comunidades, quanto para os trabalhadores. Estes folhetos devem ser didáticos e em linguagem simplificada, de modo que possam ser entendidos por pessoas de diferentes níveis educacionais. Este material deve ser impresso e multiplicado para servir de apoio a jornadas educativas; e
- Realizar encontros com especialistas para treinar o pessoal envolvido, preferencialmente, *in situ*, ou seja, em campo.

4.1.3 *Resgate e Realocação de Espécies Ameaçadas*

É possível que durante a construção e operação do projeto, principalmente durante a limpeza da vegetação e movimentação de terra, a vida de alguns animais, especialmente aqueles de mobilidade limitada, sejam ameaçados. Para evitar ou mitigar qualquer dano direto a esses animais, recomenda-se um programa de afugentamento de fauna.

4.1.3.1 *Reflorestamento de Áreas Impactadas*

Caso existam impactos que não possam ser evitados, recomenda-se a realização de um inventário da área a ser afetada e a preparação de um plano de compensação focado em substituir o recurso perdido, como por exemplo, o reflorestamento equivalente. Durante o desenvolvimento deste relatório, a SEIL/DER informou que este inventário foi realizado, todavia seu resultado não pode ser fornecido em tempo para ser integrado a esta análise.

4.2 *LINHA DE BASE SOCIAL*

A constituição da Linha de Base Social é fundamental para a compreensão dos impactos socioeconômicos decorrentes do empreendimento, assim como a construção de conhecimento a respeito de todas as partes interessadas que possam ser, de alguma forma, afetadas e impactadas pelo Projeto, que possam

ter algum grau de influência sobre o Projeto e sobre outras partes interessadas, ou que tenham algum tipo de interesse em relação ao Projeto.

A construção da Linha de Base Social possibilita:

- Definição dos impactos e dos riscos, e, por consequência, implementação de medidas de gestão que garantam que as partes interessadas usufruam ao máximo dos impactos positivos decorrentes do Projeto, e que não sejam afetadas, ou o sejam o mínimo necessário, pelos seus impactos negativos e riscos;
- Estabelecimento de um perfil das partes interessadas e identificação de grupos vulneráveis que demandem ações específicas de gestão de impactos, relacionamento e engajamento;
- Definição das ações de relacionamento e de engajamento mais adequadas de acordo com cada público;
- Acompanhamento do histórico de relacionamento com as partes interessadas ao longo de todas as etapas do projeto; e
- Antecipar-se e evitar conflitos que possam ocorrer com as partes interessadas.

Para a constituição da Linha de Base Social do Projeto de Implantação do Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon foram utilizadas as seguintes referências:

- Relatório Ambiental Simplificado (RAS) elaborado em 2013 e apresentado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para obtenção de Licença de Instalação (LI);
- Questionário Socioeconômico aplicado com as famílias sujeitas ao processo de desapropriação;
- Relatórios gerados em decorrência do processo de consulta pública realizado em 24 de abril de 2017 e que contou com a presença de 163 pessoas. No **Anexo A** é apresentado relatório preliminar consolidado das consultas realizadas no âmbito do Projeto. A partir desses documentos foi gerada a Matriz Preliminar de Partes Interessadas que se encontra no **Anexo B**;
- Cadastro de Propriedades Rurais identificadas na área do Projeto; e
- Mapeamento Prévio de Partes Interessadas, contendo sua caracterização, impactos relacionados, histórico de relacionamento, grau de influência, grau de vulnerabilidade, autoridade e posicionamento. Vale ressaltar que todos esses critérios foram avaliados com base nas diretrizes descritas no

Plano de Consultas Públicas, inserido no Estudo Ambiental Estratégico (EAE). Esse mapeamento resultou na Matriz Preliminar de Partes Interessadas que se encontra no **Anexo B**. Nessa Matriz estão relacionadas as principais categorias de partes interessadas identificadas para este Projeto (proprietários de terras a serem desapropriadas, Poder Público, empresas, propriedades lindeiras, organizações da sociedade civil, entre outras), devidamente relacionadas aos impactos gerados pelo Projeto que possam afetá-las direta ou indiretamente.

Destaca-se que as consultas públicas foram realizadas pela SEIL/DER em atendimento às Políticas do BID, visando apresentar e discutir com a comunidade, com a sociedade civil organizada e com os demais representantes das áreas envolvidas, informações sobre os empreendimentos rodoviários a serem executados em parceria com este Banco.

O público alvo das Consultas Públicas foi a população diretamente afetada pelo Projeto (proprietários de áreas a serem desapropriadas) ou indiretamente afetada pelo projeto, entidades e associações representativas de diferentes grupos e setores, os quais foram descritos pelo poder público municipal e pelos escritórios regionais do DER.

As Consultas Públicas foram divulgadas através de convites nominais (Ofício Circular) direcionados às autoridades e representantes da sociedade nos municípios e também através de cartazes, spots de rádio e publicações em jornais regionais.

As consultas foram realizadas em formato de audiência pública, seguidas da aplicação e questionário para os proprietários das áreas afetadas presentes. Durante audiência pública, foram apresentadas informações sobre os aspectos técnicos relevantes do projeto, e respondidas pela equipe da SEIL/DER as perguntas feitas pelos participantes.

As principais questões dos participantes registradas durante os eventos de consultas consistiram em:

- Manifestações a respeito da via utilizada atualmente, que fica em trecho urbano onde estão localizadas estruturas urbanas – como escolas – suscetíveis aos riscos e impactos decorrentes de elevado fluxo de veículos de carga;
- Dúvidas a respeito do local escolhido para a implantação do Contorno, diante da existência de outros trechos no município que poderiam receber obra semelhante. O DER/PR ressaltou que o trecho foi escolhido por estar situado em área rural, o que reduz substancialmente os impactos a serem gerados; e
- Dúvidas sobre como será a qualidade da pavimentação e o acompanhamento e fiscalização das obras. O DER/PR garantiu que o

acompanhamento será feito com todo rigor, destacando a importância do papel do BID para tal.

Mais detalhes sobre as questões levantadas estão disponíveis no Anexo A deste relatório.

O município de Marechal Cândido Rondon está localizado na Mesorregião Oeste do Paraná, com área territorial de 748,003 km² distando 576 km da capital.

A implantação do Contorno tem por objetivo retirar o tráfego pesado de caminhões das ruas pertencentes à área urbana de Marechal Cândido Rondon. O principal tráfego é o proveniente da BR-163, com destino a PR-467 sentido sudoeste do Paraná. Além disso, o tráfego pesado causa prejuízos ao município e à comunidade, uma vez que as vias existentes em Marechal Cândido Rondon não comportam este volume de veículos pesados.

No município, o solo (terra roxa) é adequado ao plantio de cultivos agrícolas anuais. A topografia é considerada plana, sendo que 71% do solo, ou seja, 40.500 ha são mecanizáveis. Na pecuária, destaca-se a produção de aves de corte e criação de suínos. Destacam-se também as empresas de gêneros alimentícios, mecânica, têxtil, de produtos minerais não metálicos e da construção civil.

O município possui 46.819 habitantes, sendo 84% habitantes da zona urbana e 16% da zona rural. Do total de habitantes, 49% são homens e 51% são mulheres.

O IDHM (2010) do município é 0,774, superior à média do Estado (0,749), sendo o sétimo no ranking do Estado do Paraná e o 144º do Brasil.

Do total da população, apenas 2% encontra-se em Situação de Pobreza (aquelas em que a renda familiar per capita não ultrapassa ½ salário mínimo). A taxa de alfabetização do município é de 97%, apresentando 10.297 matrículas no ensino regular no município.

4.2.1 *Proprietários de Terras*

Está prevista no âmbito do Projeto de Implantação do Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon a desapropriação de 30 áreas, concentradas em 22 proprietários. Destaca-se que há proprietários que possuem mais de uma área. Uma vez que o Projeto ainda se encontra em fase preliminar de definições, é possível que esse número seja alterado.

Por se tratar de uma obra de implantação de rodovia, há demanda por desapropriação de uma área maior que os projetos considerados no Plano Diretor Rodoviário.

Informações detalhadas sobre esse público estão disponíveis no Plano Preliminar de Reassentamento (PPR) na seção 6.2.

4.2.2

Comunidades Tradicionais

No Brasil, as comunidades tradicionais são definidas e protegidas por meio do Decreto Federal nº. 6040/2007, que “Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais”.

De acordo com a definição presente no Art. 3º, Inciso I, do Decreto, Povos e Comunidades Tradicionais consistem em:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição.

Entre as comunidades tradicionais, enquadram-se os povos de cultura cigana, povos indígenas, quilombolas, caiçaras, faxinalenses, entre outros.

Em consulta realizada à base de dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI), verificou-se que o município de Marechal Cândido Rondon, ou seus vizinhos imediatos, não possuem terras indígenas em seus respectivos territórios. As comunidades indígenas mais próximas encontram-se nos municípios de Terra Roxa e Guaíra, a cerca de 300 km do empreendimento.

Em consulta realizada à base de dados da Fundação Cultural Palmares, verificou-se que o município de Marechal Cândido Rondon e seus vizinhos imediatos, não possuem comunidades quilombolas⁵ em seus territórios ou próximas.

Em pesquisa realizada à base de dados do Estado do Paraná, verifica-se que não existem faxinais localizados no município de Marechal Cândido Rondon, ou em seus vizinhos imediatos⁶.

⁵ No Brasil, a principal instituição pública voltada à promoção e preservação da arte e cultura afro-brasileira é a Fundação Cultural Palmares (FCP), que define as comunidades quilombolas como aquelas formadas por descendentes de africanos escravizados que mantêm suas tradições culturais, de subsistência e religiosa. A FCP é responsável por reconhecer e formalizar a existência dessas comunidades através da Certidão de Registro no Cadastro Geral das Comunidades Quilombolas, emitida pelo INCRA. Na Constituição Federal Brasileira, especificamente no Art. 68, fica assegurada a ocupação de terras pelos remanescentes das comunidades quilombolas, desde que reconhecido pelos Institutos legais com a devida emissão de título de propriedade.

⁶ Faxinais são comunidades rurais que se estabeleceram no centro-sul do Paraná e que se constituíram historicamente como mecanismo de autodefesa do campesinato local, buscando assegurar sua reprodução social em conjunturas de crise econômica, como a do tropeirismo, e durante o ciclo da erva-mate, ou seja, entre meados do século XIX e a década de 1930 do século XX.

Tais comunidades possuem formas peculiares de apropriação do território tradicional, baseadas no uso comunal das áreas de criadouros de animais, recursos florestais e hídricos e no uso privado das áreas de lavoura, onde é praticada a policultura alimentar de subsistência com venda de pequeno excedente. Baseados em normas de conduta e de uso ambiental próprias, sobretudo na combinação de uso comum e privado dos recursos naturais, os faxinais são considerados uma forma de organização camponesa diferenciada no sul do país (UFPR Universidade Federal do Paraná. Terra e Território Faxinalense no Paraná: notas sobre a busca de reconhecimento).

4.2.3

Demais Grupos Vulneráveis

A análise dos documentos consultados para a construção da Linha de Base Social não apontou a existência de nenhum outro grupo vulnerável.

Contudo, o Mapeamento de Partes Interessadas será periodicamente atualizado, e, caso identificado algum grupo vulnerável, este deverá ser inserido no Mapeamento e igualmente acompanhado.

5

IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS IDENTIFICADOS

No RAS apresentado para obtenção da Licença de Instalação para o Projeto, foram levantados alguns dos principais impactos e riscos ambientais e sociais associados às fases de execução e de operação do Projeto.

No Quadro 5.1 são apresentados esses impactos e riscos por meio, e as etapas do Projeto nas quais ocorrem.

Quadro 5.1 *Impactos e Riscos identificados no RAS para o Projeto de Implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon*

Meio	Fase de ocorrência	Impacto/risco
Físico	Somente Implantação	<ul style="list-style-type: none">• Aumento da poluição sonora ou índice de ruídos;• Aumento de partículas totais em suspensão;• Aumento de poluentes atmosféricos;• Contaminação do Solo;• Geração de resíduos sólidos de construção civil;• Geração de efluentes líquidos;• Alteração da estrutura do solo;• Criação de ambientes propícios à proliferação de agentes transmissores de doenças;• Erosão nas encostas; e• Obstrução de acessos dos pedestres e veículos.
	Implantação e Operação	<ul style="list-style-type: none">• Modificação da qualidade hídrica; e• Alteração das características topográficas e na paisagem em geral.
Físico	Somente Operação	<ul style="list-style-type: none">• Diminuição dos gases responsáveis pelo efeito-estufa.
Biótico	Somente Implantação	<ul style="list-style-type: none">• Aparecimento de vetores;• Risco de aumento do atropelamento de animais;• Diminuição de área de ocorrência de espécies nativas; e• Perda de cobertura vegetal.
	Implantação e Operação	-

Meio	Fase de ocorrência	Impacto/risco
	Somente Operação	<ul style="list-style-type: none"> • Modificação no comportamento da fauna; e • Adensamento dos componentes vegetais.
Socioeconômico	Somente Implantação	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração da área de atividades agrícolas e agropecuária; • Transtornos causados pela desapropriação de terras e imóveis; e • Aumento dos empregos temporários.
	Implantação e Operação	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração da qualidade de vida; • Alteração nas finanças municipais; • Alteração da organização social vigente; e • Especulação imobiliária.
	Somente Operação	<ul style="list-style-type: none"> • Melhoria advinda da indenização proveniente dos lotes desapropriados; • Redução da pressão de tráfego local e melhoria da organização; e • Modificação da taxa de acidentes.

Fonte: Paralela Engenharia Consultiva, 2013.

5.1 *ANÁLISE CRÍTICA DOS IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS RELACIONADOS NOS ESTUDOS AMBIENTAIS*

5.1.1 *Meio Físico*

A avaliação dos impactos de ruídos a serem gerados na fase de implantação não apresenta dados de medição da situação atual de ruídos locais antes das obras.

Os impactos sobre a qualidade do ar ocasionados pelas partículas em suspensão durante as obras não estão relacionados com a direção predominante dos ventos. Essa informação não está contemplada no estudo ambiental.

As possíveis fontes de impacto sobre a qualidade das águas foram identificadas no estudo ambiental, porém não foram apresentados dados de análise da situação atual de qualidade das águas.

Não foram identificados os passivos ambientais presentes na ADA e avaliados os seus respectivos impactos.

5.1.2 *Meio Biótico*

A avaliação dos impactos considerou as fases de implantação e operação envolvendo, principalmente, as interações negativas com a fauna local tais como afugentamento e atropelamento, e alterações nos habitats com a remoção de vegetação.

Nas ADA e AID não foram identificadas áreas protegidas ou sensíveis. As áreas ADA e AID foram em sua maior parte transformadas ao longo dos anos em campos agrícolas.

A área do projeto cruza principalmente áreas de cultivo. Perto do seu extremo sul, a via cruza uma faixa estreita de vegetação boscosa, afetando potencialmente 0.9 hectares de vegetação nativa, das quais 0.36 ha estão dentro de uma área de proteção permanente (APP) associada a uma drenagem natural (ver Quadro 5.2 e o mapa incluído no Anexo C).

Quadro 5.2 *Vegetação e Uso do Solo do Projeto Contorno de Mal. Candido Rondon* ⁷

Cobertura Vegetal e Uso do Solo na Área de Estudo (30 m do eixo)							
Descrição		em APP		fora APP		Total	
		ha	%	ha	%	ha	%
Cobertura Vegetal	Vegetação Nativa	0.36	1.06	0.53	1.57	0.89	2.63
	Reflorestamento	0.00	0.00	0.37	1.09	0.37	1.09
	Campo Antrópico	0.01	0.03	32.19	95.15	32.20	95.18
Uso do Solo	Área Rural	0.00	0.00	0.18	0.53	0.18	0.53
	Rodovia	0.00	0.00	0.19	0.56	0.19	0.56
Total		0.37	1.09	33.46	98.91	33.83	100.00

5.1.3 *Meio Socioeconômico*

A avaliação de impactos não contemplou a Fase de Planejamento, quando a notícia de implantação do Projeto gera expectativas que podem ocasionar outros impactos, como, por exemplo, especulação imobiliária, conflitos entre as partes interessadas e o empreendedor, entre outros.

Os efeitos relacionados à geração de expectativas na população encontram-se relacionados ao impacto “Alteração da Qualidade de Vida”. Contudo, tendo em vista os efeitos danosos que podem ser causados por conta da geração de expectativas na população – sejam elas positivas, ou negativas – recomenda-se que este impacto seja abordado, por si só, e que seja considerado nas Fases de Planejamento e Implementação.

Outro ponto de atenção em relação à avaliação elaborada é a não identificação das partes interessadas que serão, de fato, impactadas ou estarão sujeitas aos riscos levantados. O conhecimento preciso do público a ser afetado é essencial para a elaboração de medidas de gestão efetivas.

Por fim, os impactos da Operação foram avaliados na perspectiva do trecho que deixará de ser utilizado e, portanto, deixará de receber o tráfego que gera problemas, como, poluição atmosférica, incômodos à população local, riscos de atropelamentos, entre outros. Contudo, não foram identificados os

⁷ A área selecionada para a avaliação corresponde a um total de 60 metro que inclui a área da faixa de domínio e uma área adicional de potencial impacto. Na falta de um levantamento topográfico detalhado, 60 metros prove uma área que pode ser avaliada com as imagens aéreas disponíveis.

impactos e riscos da Operação para a população residente nas novas áreas onde o contorno será construído.

5.2 *COMPLEMENTAÇÃO DOS IMPACTOS E RISCOS AMBIENTAIS E SOCIAIS IDENTIFICADOS*

5.2.1 *Meio Físico*

Com base na análise crítica dos impactos e riscos apresentados no RAS para o Meio Físico, foram revistos, complementados ou adicionados os seguintes impactos, conforme consta no Quadro 5.3.

Quadro 5.3 *Impactos e Riscos revisados para o Meio Físico*

Impacto	Fase de Ocorrência	Avaliações Complementares	Complementação do Estudo Ambiental
Geração de ruídos	Implantação	Avaliação da situação atual de geração de ruídos	Realizar campanha de monitoramento de ruídos no entorno dos locais onde estará localizado o canteiro de obras (manutenção de máquinas e equipamentos) e ao longo do traçado em pontos estratégicos, por exemplo, nas proximidades de áreas residenciais e/ou comerciais.
Qualidade do ar	Implantação	Avaliação da dispersão de poeiras em suspensão	Determinar a direção predominante dos ventos no traçado das obras
Qualidade das águas	Implantação e Operação	Avaliação da qualidade das águas	Realizar campanha de amostragem e análise da qualidade das águas dos corpos d'água potencialmente mais impactados pelo traçado do projeto incluindo o canteiro de obras. As análises deverão determinar os parâmetros mínimos de qualidade das águas estabelecidos pela legislação ambiental, tais como a Resolução ANA 903/2013 (parâmetros mínimos de qualidade das águas) e a Resolução CONAMA 357/2005 (padrões de lançamento de efluentes)
Passivos ambientais	Implantação	Avaliação de passivos ambientais	Identificar os passivos ambientais existentes ao longo do traçado do projeto e ADA e avaliar os impactos associados aos passivos ambientais

5.2.3 *Meio Socioeconômico*

Com base na análise crítica dos impactos e riscos apresentados no RAS para o Meio Socioeconômico, foram revistos, complementados ou adicionados os seguintes impactos, conforme consta no Quadro 5.4.

Quadro 5.4 Impactos e Riscos revisados para o Meio Socioeconômico

Impacto	Fase de Ocorrência	Breve Descrição	Partes Afetadas
Geração de Expectativas na População	Planejamento e Implementação	<p>A construção do Contorno poderá gerar expectativas tanto positivas, quanto negativas, na população a ser diretamente afetada por suas atividades. As expectativas positivas relacionam-se, sobretudo, à ampliação de postos de trabalho para a população local e de arrecadação de impostos, o que poderá não se concretizar na proporção esperada e gerar frustrações.</p> <p>A especulação imobiliária que poderá surgir com o anúncio das obras afetará diretamente o valor dos imóveis e, por consequência, os proprietários que terão parte de suas propriedades desapropriada, visto que as áreas se tornarão de utilidade pública e as indenizações pagas poderão estar aquém do esperado por esses proprietários, gerando desgastes e, até mesmo, conflitos.</p> <p>Já os residentes, produtores ou trabalhadores das propriedades vizinhas ao Contorno poderão ter receio aos transtornos e aos riscos relacionados às etapas de obras e, posteriormente, de operação, da via.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proprietários de terras em áreas próximas ao local de construção do Contorno que terão suas terras desapropriadas para o Projeto; • Residentes, trabalhadores e produtores rurais situados nas áreas próximas aos locais de intervenção do Projeto (via, áreas de canteiro, bota-fora e empréstimo, entre outras); • Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas aos locais de intervenção do Projeto (via, áreas de canteiro, bota-fora e empréstimo, entre outras); e • Poder Público Municipal.
Especulação Imobiliária	Planejamento, Implementação e Operação	<p>A especulação imobiliária é considerada no RAS um impacto positivo. Se de um lado, a valorização dos imóveis é benéfica aos seus proprietários, de outro, poderá acarretar na saída de população com menor poder aquisitivo que não poderá arcar com os custos dos impostos na medida em que os imóveis forem valorizados.</p> <p>Além disso, conforme mencionado no impacto “Geração de Expectativas na População”, os proprietários de terras com áreas a serem desapropriadas em função do Projeto poderão sentir-se lesados durante o processo de negociação de indenização, o que dificultará a obtenção de áreas e gerará conflitos com o empreendedor.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Proprietários de terras em áreas próximas ao local de construção do Contorno que terão suas terras desapropriadas para o Projeto; • Residentes e produtores rurais situados nas áreas próximas à via; e • Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas à via.
Alteração na Qualidade de Vida	Operação	<p>No RAS, esse é um impacto positivo sob a perspectiva da população residente e dos comerciantes nas proximidades da via por onde atualmente ocorre o tráfego de veículos, uma vez que a redução da movimentação de veículos pesados no trecho reduziria o risco de acidentes, e impactos, como, ruídos, vibração, poluição atmosférica, fluxo de pessoas, entre outros. No entanto, é fundamental considerar que boa parte desses riscos e impactos passará a incidir na área do Contorno. Ainda que o</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Residentes e produtores rurais situados nas áreas próximas à via; e • Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas à via.

Impacto	Fase de Ocorrência	Breve Descrição	Partes Afetadas
		adensamento populacional seja bem menor do que na área anterior, deve-se considerar que há uma população sujeita a todos os riscos e impactos causados pela operação de um trecho rodoviário pelo qual transitarão diariamente e em alta velocidade, veículos de carga e de passeio.	
Melhoria advinda da indenização proveniente dos lotes desapropriados	Operação	Não é possível afirmar, de fato, se as indenizações pagas aos proprietários serão revertidas em melhorias. Uma forma de possibilitar que isso aconteça é fornecer a esses proprietários de terras, caso se verifique a real necessidade, noções de Educação Financeira ou orientá-los a respeito das possibilidades de investimentos na produção ou em outros bens, de acordo com as suas necessidades.	<ul style="list-style-type: none"> • Proprietários de terras em áreas próximas ao local de construção do Contorno que terão suas terras desapropriadas para o Projeto.
Redução da pressão de tráfego local e melhoria da organização	Operação	No RAS, esse impacto é considerado positivo, pois sua análise tem como referência da população residente e dos comerciantes nas proximidades da via por onde atualmente ocorre o tráfego de veículos. No entanto, situação oposta acontecerá na área onde o Contorno será construído, que passará a receber todo o tráfego que antes era destinado a essa área.	<ul style="list-style-type: none"> • Residentes e produtores rurais situados nas áreas próximas à via; e • Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas à via.
Modificação da taxa de acidentes	Operação	Da mesma maneira que o impacto anterior, esse impacto foi avaliado na perspectiva da população residente e dos comerciantes nas proximidades da via por onde atualmente ocorre o tráfego de veículos. Todavia, no caso dos residentes, produtores rurais, proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas às vias essa taxa de acidentes poderá aumentar.	<ul style="list-style-type: none"> • Residentes e produtores rurais situados nas áreas próximas à via; e • Proprietários e trabalhadores de estabelecimentos comerciais e industriais situados nas áreas próximas à via.

5.3 *MEDIDAS DE MITIGAÇÃO*

O RAS submetido ao órgão ambiental licenciador relacionou algumas medidas ambientais para mitigação dos impactos e dos riscos identificados para o Projeto. Por sua vez, essas medidas foram sistematizadas em Programas Ambientais, que se encontram no Quadro 5.5, adiante.

Quadro 5.5 *Programas e Impactos Relacionados, por meio de ocorrência*

Programa	Impactos relacionados	Meio
Programa de Comunicação Social	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração da área de atividades agrícolas e agropecuária; • Alteração da organização social vigente; • Transtornos causados pela desapropriação de terras e imóveis; • Melhoria advinda da indenização proveniente dos lotes desapropriados; • Especulação imobiliária; • Melhoria da qualidade de vida da população; e • Modificação da taxa de acidentes. 	Socioeconômico
Programa de Desapropriação de Terras e Imóveis	<ul style="list-style-type: none"> • Alteração da organização social vigente; e • Transtornos causados pela desapropriação de terras e imóveis. 	Socioeconômico
Programa de Educação Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento do risco de acidentes com animais peçonhentos; • Risco de aumento do atropelamento de animais; • Melhoria da qualidade de vida da população; e • Modificação da taxa de acidentes. 	Socioeconômico e Biótico
Plano de Recuperação da Biodiversidade Local	<ul style="list-style-type: none"> • Modificação no comportamento da fauna; • Adensamento dos componentes vegetais; • Diminuição de área de ocorrência de espécies nativas; e • Perda de cobertura vegetal. 	Biótico
Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Construção Civil (PGRSCC)	<ul style="list-style-type: none"> • Modificação da qualidade hídrica; • Contaminação do Solo; • Geração de Resíduos Sólidos de Construção Civil; • Alteração das características topográficas e na paisagem em geral; • Alteração da estrutura do solo; • Criação de ambientes propícios à proliferação de agentes transmissores de doenças; • Obstrução de acessos dos pedestres e veículos; • Aumento do risco de acidentes com animais peçonhentos; e • Aparecimento de vetores. 	Físico e Biótico
Programa de Monitoramento de Ruídos	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento da poluição sonora ou índice de ruídos; • Aumento de partículas totais em suspensão; • Aumento de poluentes atmosféricos; e • Alteração da qualidade de vida. 	Físico e Socioeconômico
Programa de Controle de Emissão de Gases	<ul style="list-style-type: none"> • Aumento de poluentes atmosféricos 	Físico
Programa de Monitoramento da Qualidade Hídrica	<ul style="list-style-type: none"> • Modificação da qualidade hídrica. 	Físico
Programa de Supervisão Ambiental	<ul style="list-style-type: none"> • Todos os impactos são endereçados por esse Programa. 	Físico, Biótico e Socioeconômico.
Plano de Sinalização do Canteiro de Obras	<ul style="list-style-type: none"> • Risco de aumento do atropelamento de animais; e • Modificação da taxa de acidentes. 	Biótico e Socioeconômico.

Fonte: Paralela Engenharia Consultiva, 2013.

No item 5.4, adiante, será apresentada análise crítica das medidas mitigadoras apresentadas no RAS, para que sejam propostas melhorias e complementações no item 5.5, que sejam eficientes para a gestão dos impactos e riscos

identificados, e que contemplem as políticas do BID.

Ressalta-se que, embora já tenham sido aprovadas pelo órgão ambiental licenciador, podem ser incorporadas melhorias que representem ganhos na eficácia das medidas previamente propostas. Somente em caso de redução de escopo que se faz necessária a comunicação formal ao órgão ambiental, que fornecerá seu parecer contrário ou favorável à alteração proposta.

5.4 *ANÁLISE CRÍTICA DAS MEDIDAS DE MITIGAÇÃO DEFINIDAS*

Esta análise crítica tem por objetivo verificar as medidas propostas no RAS, seu grau de aderência às políticas do BID e sua eficácia frente aos impactos e riscos identificados anteriormente.

5.4.1 *Programa de Comunicação Social*

O Programa de Comunicação Social conforme descrito no RAS não traz informações a respeito do público de interesse a ser contemplado com suas ações, e, por consequência, não define as ações específicas para cada público.

O Programa também não menciona a disponibilização de um mecanismo de queixas para que a população registre suas questões e reclamações, tampouco como deverão ocorrer as atividades planejadas em seu escopo, por fase do Projeto.

Adicionalmente, da maneira como é apresentado no RAS, falta o detalhamento executivo que contenha as diretrizes a serem seguidas para sua plena implementação, sempre de maneira integrada às etapas do Projeto. Esse detalhamento deverá estar concluído antes da Etapa de Planejamento, uma vez que as ações de Comunicação Social já têm início nesse momento.

5.4.2 *Programa de Desapropriação de Terras e Imóveis*

O Programa de Desapropriação de Terras e Imóveis é apresentado de maneira superficial e não traz algumas etapas fundamentais, como o monitoramento dos desapropriados após a conclusão do processo de desapropriação.

O Programa também não faz menção aos procedimentos adotados pela área de Desapropriação que atua na Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná (SEIL/PR).

A exemplo do Programa de Comunicação Social, não consta um detalhamento das ações das etapas a serem seguidas, que são apenas mencionadas.

5.4.3 *Programa de Educação Ambiental*

O Programa apresentado não traz detalhes a respeito dos públicos a serem contemplados, mencionando apenas os trabalhadores envolvidos nas obras de construção do Contorno, e a comunidade local.

Esse detalhamento dos públicos é fundamental para a definição dos conteúdos e dos temas a serem abordados e para a escolha das metodologias utilizadas para tal.

Este é um Programa que deverá interagir com outros Programas relacionados para os Meios Biótico e Físico, principalmente no que se refere a ações relacionadas à conservação de biodiversidade e geração de resíduos. Por contemplar o público externo, esse Programa também pode dar suporte ao relacionamento a ser estabelecido entre a população e o empreendedor.

Tal como no Programa de Comunicação Social, falta o detalhamento executivo para a operacionalização do Programa durante a Etapa de Implementação do Projeto.

5.4.4 *Plano de Recuperação da Biodiversidade Local*

O Plano de recuperação apresenta diretrizes gerais para revegetação de áreas impactadas pelo projeto. Falta um detalhamento do Plano para possibilitar sua implementação.

5.4.5 *Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Construção Civil (PGRSCC)*

Nesse momento, o Programa estabelece apenas diretrizes genéricas para gerenciamento dos resíduos a serem gerados durante as obras. O detalhamento das ações necessárias será realizado pela empresa responsável pela execução da obra.

5.4.6 *Programa de Monitoramento de Ruídos*

Apresentado como Programa contempla apenas as definições da legislação de ruído aplicável e a necessidade de cumprimento dessa legislação sem detalhamento de como será executado.

5.4.7 *Programa de Controle de Emissão de Gases*

O Programa apresentado para controle de emissão de gases não traz detalhes de como será realizado esse controle no dia a dia do andamento das obras.

No Programa falta determinar como serão efetivamente medidos os gases para cumprimento da legislação, qual o equipamento a ser utilizado para medição de opacidade e qual a frequência e periodicidade, e a dimensão da

amostragem de máquinas sujeitas ao controle.

Acrescentar ao controle de emissão de gases o controle de emissão de poeiras.

5.4.8 *Programa de Monitoramento da Qualidade Hídrica*

O Programa será executado nas fases de planejamento, implantação (obras) e operação (6 meses após as obras). Foram identificados os corpos d'água na AID do projeto: sanga Apepu, córrego Curvado, sanga Horizonte e sanga Horizontina. Falta um detalhamento estabelecendo obrigatoriamente a realização de uma campanha de amostragem de todos esses corpos d'água com análise de qualidade das águas antes do início das obras.

5.4.9 *Programa de Supervisão Ambiental*

O Programa de Supervisão Ambiental abrange o controle e supervisão de todos os programas ambientais e sociais previstos para o projeto. Devido à abrangência desse Programa, é necessário um detalhamento maior da atuação do Supervisor Ambiental.

5.4.10 *Plano de Sinalização do Canteiro de Obras*

No Plano de Sinalização do Canteiro de Obras está prevista a instalação de sinalização de segurança relacionada com a circulação de veículos e máquinas, tais como cruzamento de vias, indicação de entradas e saídas de acessos, etc., e sinalização relacionada com segurança do trabalho, tais como proteção de máquinas e equipamentos, trabalho em altura, içamentos, etc.

Falta incluir sinalização para alertar quanto aos cuidados de proteção ao meio ambiente em geral e da flora e fauna em particular.

5.5 *MEDIDAS DE MITIGAÇÃO COMPLEMENTARES E PROPOSTAS PARA MELHORIAS*

Com base na análise crítica das medidas de mitigação definidas, serão propostas neste item melhorias ou formas de complementação dos Programas Ambientais já apresentados ao órgão ambiental, e que deverão ser implementados quando o Projeto for iniciado.

Para tal, serão consideradas as políticas do BID e ações que garantam uma gestão mais eficaz dos impactos e riscos relacionados.

5.5.1 *Programa de Comunicação Social*

O Programa de Comunicação Social deverá ser detalhado, por etapa do Projeto e por público de interesse. As informações apresentadas no item 4.2. Linha de Base Social devem ser utilizadas como subsídios para a construção desse Programa e das atividades a serem desenvolvidas.

O Programa conterá um mecanismo de queixas que permita à população entrar em contato com os responsáveis pelo empreendimento para registrar suas questões, sejam elas dúvidas, críticas, sugestões e reclamações.

Para a elaboração desse mecanismo de queixas, deverão ser utilizadas como referências as diretrizes do BID, conforme será apresentado adiante no item 7.3. Mecanismo de Queixas. A estruturação do Programa também deverá considerar o Marco de Relações Comunitárias descrito na Avaliação Ambiental Estratégica do Programa.

5.5.2 *Programa de Desapropriação de Terras e Imóveis*

O Programa de Desapropriação de Terras e Imóveis deverá estar totalmente alinhado ao Plano de Ação para Reassentamento apresentado no item 7.2, adiante, e aos procedimentos adotados atualmente pela área de Desapropriação que atua na Secretaria de Infraestrutura e Logística do Estado do Paraná (SEIL/PR).

O Programa contemplará o detalhamento de cada uma das etapas de trabalho e considerará etapas posteriores ao pagamento da indenização para monitoramento de eventual alteração da qualidade de vida dos indenizados, e adoção de medidas corretivas, caso notada piora.

5.5.3 *Programa de Educação Ambiental*

Antes da execução do Programa, deverá ser feito detalhamento do seu escopo, por público de interesse, para garantir a sua plena execução.

Tal como o Programa de Comunicação Social, é necessário que o Programa de Educação Ambiental considere o Marco de Relações Comunitárias descrito na Avaliação Ambiental Estratégica do Programa.

5.5.4 *Plano de Recuperação da Biodiversidade Local*

Com o detalhamento do projeto do traçado será necessário revisar o Plano de Recuperação para inserir algumas medidas que visam minimizar os impactos na flora e fauna local.

Para minimizar os impactos na flora local algumas orientações básicas deverão ser seguidas:

- Antes do início das obras, deverá ser demarcada com cercas temporárias toda a vegetação que será preservada. Minimizar a remoção de vegetação para proteger os habitats e subsistência da fauna local;
- Proibir a entrada de máquinas ou trabalhadores em zonas adjacentes as obras, especialmente em corpos d'água, bosques ou qualquer outra área sensível;

- Todos os trabalhadores deverão ser informados a necessidade de evitar qualquer impacto negativo na vegetação natural nas áreas adjacentes as obras;
- Deverá ser verificado regularmente os limites das obras para assegurar que não estejam ocorrendo danos às áreas vizinhas ao projeto;
- Deverá ser proibido queimas ao ar livre durante as obras;
- Estabelecer um plano de contingência para o caso de ocorrer incêndios florestais;
- Deverão ser protegidos e demarcados os habitats onde se encontram espécies sensíveis ou em vias de extinção; e
- Caso seja necessário o uso de herbicidas estes deverão ser aprovados pelo Supervisor Ambiental da obra.

Para minimizar os impactos na fauna local algumas orientações básicas deverão ser seguidas:

- Caso seja necessário, deverá ser contratado um biólogo especializado em flora e fauna local para ajudar na localização de habitats de espécies importantes, endêmicas, protegidas ou em perigo de extinção;
- Deverão ser realizadas visitas noturnas as obras com objetivo de encontrar indícios de trânsito de fauna, escutar ruídos de movimentos, observar rotas de deslocamento, ninhos, tocas ou outros elementos que sirvam para confirmar a presença e a necessidade de resgatar e relocar as espécies presentes;
- Caso necessário, apresentar ao órgão ambiental um Plano de Resgate e Relocação de fauna;
- Será estritamente proibido a caça, pesca, envenenamento, compra de qualquer espécie silvestre, seu uso como alimento ou alimentar a fauna silvestre; e
- Não permitir a presença de gado ou animais domésticos nos locais de trabalho.

5.5.5

Programa de Gerenciamento de Resíduos Sólidos na Construção Civil (PGRSCC)

Com o detalhamento do projeto o Programa deverá incluir, entre outros:

- Identificação dos locais a serem utilizados para segregação e acúmulo temporário de resíduos;

- Os resíduos gerados na demolição de estruturas existentes deverão, na medida do possível, ser reutilizados na própria obra (por exemplo, como material de aterro na terraplenagem);
- Os materiais recicláveis como madeira utilizada nas formas e embalagens, vidro, alumínio, metais, plásticos, sucatas, etc., deverão ser, na medida do possível, reutilizados nos processos construtivos, ou destinados (vendidos) para empresas recicladoras; e
- Identificação de locais para disposição final de resíduos licenciados pelos órgãos ambientais.

5.5.6 *Programa de Monitoramento de Ruídos*

O Programa deverá ser detalhado de modo a contemplar entre outros:

- Identificação de máquinas e equipamentos e determinação dos respectivos níveis de geração de ruídos;
- Estabelecer um programa de manutenção incluindo a periodicidade de medição de ruídos;
- Mapeamento dos locais críticos receptores dos impactos de ruídos; e
- Restrição de horário para uso de máquinas em locais críticos, principalmente no caso de necessidade de execução de trabalhos noturnos.

5.5.7 *Programa de Controle de Emissão de Gases e de Poeiras*

Para o controle de gases deverá ser contemplado:

- Cadastramento de todas as máquinas e equipamentos que serão monitorados;
- Ajuste no plano de manutenção de máquinas e equipamentos para melhorar o desempenho no tocante as emissões de gases;
- Definição do método e do equipamento a ser utilizado no monitoramento; e
- Estabelecimento de periodicidade para medição de fumaça preta.

Para o controle de poeiras deverá ser contemplado:

- Minimizar a geração de poeira para evitar impactos nas comunidades vizinhas;

- Remover a vegetação em etapas para evitar que grandes áreas de terreno estejam expostas a ação do vento;
- Colocar telas contra poeiras especialmente nas áreas próximas as comunidades locais;
- Aspersão de água em vias sem pavimentação, cortes no terreno, e locais de armazenamento de solo. A aspersão deverá ser executada pelo menos duas vezes ao dia em dias de vento intenso e épocas secas. A frequência de aspersão de água deverá aumentar nas proximidades das comunidades locais e sempre que for necessário;
- Os veículos que transportem materiais a granel deverão estar cobertos por materiais impermeáveis como plástico e esses veículos não deverão estar sobrecarregados desse tipo de material;
- Caso necessário instalar nas obras unidades de moagem de materiais, plantas de produção de cimento, etc., essas deverão operar com dispositivos de controle de poeiras; e
- Os locais de armazenamento de materiais a granel (solo, areia, etc.) deverão estar cobertos por lonas plásticas ou equivalente.

5.5.8

Programa de Monitoramento da Qualidade Hídrica

O Programa deverá ser detalhado de modo a contemplar entre outros:

- Definição dos pontos de amostragem;
- Estabelecimento de periodicidade para coleta de amostras; e
- Amostragem adicional no período de chuvas.

Algumas orientações importantes para minimização de impactos sobre a qualidade das águas:

- Proibir estritamente a descarga de águas residuais diretamente nos corpos d'água, sejam estas domésticas ou geradas nas obras;
- Caso seja necessário o lançamento de efluentes nos corpos d'água essas descargas deverão ser controladas e em cumprimento com a legislação ambiental;
- Cobrir com lonas plásticas materiais a granel para evitar arraste para os corpos d'água; e
- Todas as obras nas proximidades dos corpos d'água deverão ser previamente aprovadas pelo Supervisor Ambiental da obra.

5.5.9

Programa de Supervisão Ambiental

A função do Supervisor Ambiental deverá ser detalhada para conter, entre outros:

- Verificar se o Contratado (obras) cumpre com os requisitos contratuais, incluindo a implementação das medidas de mitigação e sua efetividade;
- Verificar se o Contratado (obras) cumpre com as leis e regulamentações ambientais e sociais;
- Supervisionar diariamente as atividades construtivas e verificar se cumprem com as especificações ambientais estabelecidas no Plano de Gestão Ambiental e Social do projeto;
- Monitorar o nível de ruído próximos dos receptores sensíveis (como escolas, hospitais, casas de repouso, zonas residenciais, etc.) com equipamentos portáteis. O monitoramento deverá ser realizado quando ocorrerem atividades mais pesadas de construção como escavações, perfurações, transporte de materiais, construções noturnas (se for o caso) e durante toda e qualquer atividade que produza ruído excessivo;
- Realizar inspeções visuais para verificar a geração de poeiras durante as atividades tais como demolições, transporte de materiais a granel, tráfego de equipamentos em vias não pavimentadas próximas a comunidades, transporte de materiais que gerem particulados, etc;
- Realizar inspeções visuais para verificar a turbidez, odor, morte de peixes, etc. dos rios, córregos e sangas que possam ser afetadas pelas obras;
- Retirar amostras para determinar a qualidade das águas superficial e subterrânea;
- Parar obras que produzam efeitos adversos no meio ambiente. Essas atividades poderão continuar desde que sejam implementadas as medidas necessárias para corrigir o problema;
- Caso não se cumpra com as exigências ambientais, instruir a Contratada para tomar medidas corretivas dentro de um prazo estipulado. Caso não seja atendido tomar medidas legais contra a Contratada ou aqueles empregados que estejam infringindo as normas;
- Supervisionar regularmente o desempenho dos trabalhadores da Contratada nas situações envolvendo meio ambiente e/ou meio antrópico; e
- Investigar queixas dos empregados da Contratada.

5.5.10

Plano de Sinalização do Canteiro de Obras

No Plano de Sinalização do Canteiro de Obras falta incluir sinalização de proteção do meio ambiente em geral e da flora e fauna em particular. Alguns exemplos de sinalização aplicável:

- Proibido corte de árvores fora das áreas aprovadas;
- Proibido caça e pesca;
- Proibido captura de fauna silvestre;
- Proibido provocar incêndios;
- Proibido queima de restos da vegetação;
- Proibido lavar equipamentos e máquinas em córregos e rios;
- Proibido manutenção de equipamentos fora das áreas designadas; e
- Proibido disposição de resíduos fora dos locais autorizados.

6

PLANOS DE AÇÃO ESPECÍFICOS PARA O PROJETO

Com base nas informações apresentadas sobre as Linhas de Base Ambiental e Social do Projeto e da leitura crítica dos impactos e riscos identificados nos estudos ambientais e das medidas de mitigação propostas para gestão desses impactos e riscos, constatou-se a necessidade de elaborar planos de ação complementares com vistas ao atendimento das políticas específicas do BID para esse tipo de Projeto.

Os Planos de Ação aqui propostos focam em quatro temas:

- Gênero;
- Reassentamento;
- Mecanismo de Queixas; e
- Avaliação de Riscos e Desastres.

Todos os Planos de Ação específicos terão por base as diretrizes definidas no Estudo Ambiental Estratégico do Programa de Obras Múltiplas BID-1 e serão devidamente adequados à realidade de cada um dos projetos da amostra representativa.

O BID desenvolveu a OP-761 (Política Operativa sobre Igualdade de Gênero nos Países em Desenvolvimento) por compreender que a igualdade de gênero contribui para a redução da pobreza e resulta em maiores níveis de capital humano para as gerações futuras.

Por meio dessa Política, o BID reconhece que o avanço das mulheres é um objetivo prioritário do desenvolvimento e se compromete a apoiar os países membros em seus esforços para obter uma maior integração da mulher em todas as etapas do processo de desenvolvimento e a melhorar sua situação socioeconômica.

No contexto desta OP, igualdade de gênero significa que mulheres e homens tenham as mesmas condições e oportunidades para o exercício de seus direitos e para alcançar seu potencial em termos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Vale ressaltar que a igualdade de gênero conta com o apoio dos governos dos países da América Latina e do Caribe que respaldaram a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Convenção para Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) (1979), a Convenção Interamericana para Prevenir, Sancionar e Erradicar a Violência contra a Mulher (1994), o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (1994), a Plataforma de Ação da Quarta Conferência Mundial sobre a Mulher (1995) e os Objetivos do Desenvolvimento do Milênio (2000).

Embora no presente Projeto não tenham sido identificadas, até o momento, questões críticas no que se refere a gênero, diante da importância do tema para o BID e para a sociedade, faz-se necessária a elaboração e a implementação de um plano específico para gênero.

6.1.1

Linhas de Ação

A OP-761 reconhece duas linhas de ação:

- Ação proativa, que promove ativamente a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher por meio de todas as intervenções de desenvolvimento do Banco; e
- Ação preventiva, que integra salvaguardas com o objetivo de prevenir ou mitigar os impactos negativos sobre mulheres e homens por razões de gênero, como resultado da ação do Banco por meio de suas operações financeiras.

Para o presente Projeto, embora não tenha sido identificada, até o momento, nenhuma questão envolvendo o gênero, são recomendadas as duas linhas de ação apresentadas anteriormente.

As ações proativas podem ter como foco fomentar e incentivar a aplicação e a contratação de mulheres durante as obras de construção civil de implantação do Projeto, considerando-se o predomínio masculino no setor de construção civil no Brasil.

Por sua vez, as ações preventivas podem ser voltadas às mulheres proprietárias, residentes e trabalhadoras das propriedades lindeiras ao contorno a ser construído.

6.1.1.1 Linhas de Ação Proativa

No Brasil, ainda é reduzida a participação feminina na Construção Civil, embora desde 2012, a cada ano, ingresso de mulheres no setor tenha sido ampliado. Por esse motivo, são necessárias linhas de ação que envolvam os mais diversos setores (Poder Público Federal, Estadual e Municipal, iniciativa privada, organizações da sociedade civil etc.) para garantir o acesso e a permanência das mulheres nesse segmento.

No âmbito do Projeto, tendo em vista o seu caráter pontual, embora não seja possível contribuir para ações que alterem significativamente a condição das mulheres a nível federal, estadual ou até mesmo municipal, podem ser adotadas algumas boas práticas durante sua implantação, que, futuramente, podem ser replicadas a outros projetos e pelas próprias contratistas.

São exemplos de ações:

- Campanhas de sensibilização destinadas aos trabalhadores das obras para que adotem e mantenham postura respeitosa com suas colegas de trabalho;
- Campanhas de comunicação destinadas à população dos municípios de Marechal Cândido Rondon, com a divulgação das vagas de trabalho disponíveis e estimulando a candidatura de mulheres, desde que aptas para tal;
- Desenvolvimento de boas práticas, envolvendo instituições públicas e privadas locais em parcerias que permitam a criação de cursos de capacitação para mulheres para que atuem no setor da construção civil ou em outros setores relacionados, e que possam absorvê-las localmente;
- Exigir como cláusula contratual, sob possibilidade de rompimento de contrato, que contratistas cumpram com todos os direitos trabalhistas brasileiros de proteção à mulher; e

- Exigir que os contratistas monitorem práticas abusivas contra mulheres no local de trabalho, e, a qualquer sinal que ocorrência, tomem as providências cabíveis.

6.1.1.2 *Linhas de Ação Reativa*

Essa linha de ação tem como público preferencial as mulheres e meninas residentes ou trabalhadoras das áreas lindeiras aos locais de obras, as vizinhas às áreas de apoio – como canteiros, áreas de empréstimo e de bota-fora, e demais áreas onde é esperada circulação maior de trabalhadores.

Essas mulheres e meninas podem estar sujeitas a situações de assédio provocadas por trabalhadores envolvidos nas obras. Para evitar que isso aconteça, recomenda-se, de um lado, que sejam feitas ações de sensibilização voltadas aos trabalhadores a respeito da importância em se adotar uma postura respeitosa com as mulheres e meninas. Essas ações podem ocorrer por meio de campanhas e de inserções nos Diálogos Diários de Segurança (DDS).

De outro, deve ser feito o monitoramento permanente e o tratamento em caráter de urgência de quaisquer denúncias originadas do público feminino a respeito dos trabalhadores alocados no Projeto. Para tal, deve ser utilizado o Mecanismo de Queixas detalhado no item 7.3.

6.2 *PLANO DE AÇÃO PARA REASSENTAMENTO*

6.2.1 *Introdução*

A construção, ampliação e pavimentação de rodovias tem capacidade de gerar interferência em bens e imóveis privados e públicos que podem acarretar o deslocamento físico ou econômico das pessoas.

Isso ocorre porque a definição da faixa de domínio pode incidir sobre propriedades. Neste caso, é possível que a faixa interfira, total ou parcialmente, em residências, impedindo a permanência da família na mesma propriedade e/ou na geração de renda da família (quando, por exemplo, a parte afetada for área rural produtiva ou imóvel comercial).

O BID define na OP 710 todos os requisitos a serem atendidos no que diz respeito ao reassentamento involuntário de famílias. Por reassentamento involuntário, a OP 710 define todo deslocamento físico (realocação ou desalojamento) ou econômico (perda de bens ou de acesso a bens ocasionando perda de fontes de renda ou de outros meios de subsistência) involuntário de pessoas em decorrência de um projeto do Banco, sendo, portanto, aplicável a todas as operações financiadas pelo BID, tanto públicas, quanto privadas.

O deslocamento involuntário significa que o proprietário não tem direito de recusar a negociação. Isso ocorre nos casos em que é usada a prerrogativa do Decreto de Utilidade Pública - DUP.

Por meio de subsistência, devem ser entendidos todos os tipos de meios utilizados por indivíduos, famílias e comunidades para seu sustento, como renda salarial, agricultura, pesca, forragem, outros meios de subsistência baseados em recursos naturais, pequenos comércios e escambo.

O objetivo da política é minimizar alterações prejudiciais no modo de vida das pessoas que vivem na área de influência do projeto, evitando ou, ao menos, diminuindo, a necessidade de deslocamento físico. Nos casos em que esse deslocamento for necessário, a política busca garantir que as pessoas sejam tratadas de maneira equitativa e, quando possível, usufruam dos benefícios gerados pelos projetos que requerem o reassentamento.

Nos casos em que o reassentamento for inevitável para a continuidade do projeto, é fundamental a elaboração de um Plano de Reassentamento específico, com base neste Marco de Gestão, que considere as especificidades do projeto e das partes interessadas afetadas.

O Marco de Ação para Reassentamento Involuntário e Desapropriação contém as diretrizes e orientações para o desenvolvimento e implementação do Plano de Ação para o Reassentamento (PAR), que deverá ser desenvolvido para cada projeto que contar com casos de reassentamento.

O processo atualmente adotado pelo SEIL/DER busca atender aos requisitos legais brasileiros no que se refere à desapropriação e reintegração de posse. Todavia, como apontado na seção 6.2.4 abaixo, os requisitos do BID são mais restritivos que a legislação brasileira.

Dessa forma, todos os projetos com potencial de reassentamento físico ou econômico deverão considerar o Marco de Ação para Reassentamento Involuntário e Desapropriação para a elaboração e implementação do Plano de Ação para o Reassentamento Involuntário, PAR.

O documento Estudo Ambiental Estratégico contém informações sobre o atual processo adotado pelo SEIL/DER para desapropriação e integração de posse, descritos na Instrução Normativa nº 016 referente à Desapropriação, Liberação da Faixa de Domínio, última versão de 16.03.2015, em processo de revisão. Como o processo atual tem foco no atendimento aos requisitos nacionais, ainda não endereça todos os temas requeridos pelo BID.

Está prevista no âmbito do Projeto de Implantação do Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon a desapropriação de 30 áreas, concentradas em 22 proprietários. Destaca-se que há proprietários que possuem mais de uma área. Uma vez que o Projeto ainda se encontra em fase preliminar de definições, é possível que esse número seja alterado. O número de famílias potencialmente

afetadas ainda não foi identificado.

Dada a fase do desenvolvimento do projeto, não foi finalizado o Cadastro Socioeconômicos. O Cadastro Físico de Propriedade estava em processo de finalização durante o desenvolvimento deste relatório, e seus resultados não foram incorporados neste documento (ver Anexo A.2).

Sem as informações decorrentes desses cadastros não é possível desenvolver um Plano de Ação para o Reassentamento (PAR). Todavia, o BID requereu a SEIL/PR o desenvolvimento de um Plano Preliminar de Reassentamento (PPR) com as informações obtidas até o momento. Espera-se que, uma vez realizados os cadastros, esse documento seja revisado para gerar o PAR do projeto.

6.2.2 *Princípios do Plano Preliminar de Reassentamento (PPR)*

O PPR e o PAR são regidos pelos princípios de:

- Manter de padrões mínimos de vida e acesso à terra, recursos naturais e serviços, tais como água potável, saneamento, infraestrutura comunitária, titulação de terras, que sejam, ao menos, equivalentes ou superiores aos que as partes interessadas tinham anteriormente;
- Incluir o processo de reassentamento como uma oportunidade de desenvolvimento comunitário sustentável (meios e qualidade de vida da população deslocada sejam notavelmente melhorados);
- Incluir a promoção da restauração de atividades e bens afetados através da proporção de direitos de compensação justos, oportunos, preferencialmente em espécie, como recomendam as normas interacionais ou em dinheiro quando não houver tal alternativa;
- Incluir a identificação e apoio aos mais vulneráveis para que possam participar plenamente do processo e com igualdade de benefícios;
- Desenvolver um processo participativo com os afetados e autoridades competentes;
- Continuar apoiando os afetados após o deslocamento para assegurar a recomposição sustentável dos modos de vida e a melhoria da qualidade de vida; e
- Trabalhar de maneira global e culturalmente apropriada.

6.2.3 *Objetivo do Plano Preliminar de Reassentamento*

O objetivo do PPR e do PAR é estabelecer uma ferramenta para gestão dos impactos socioeconômicos resultantes do deslocamento físico e econômico das

pessoas afetadas. Posteriormente, esse documento deverá ser complementado com as informações mais detalhadas do Projeto, para então originar o Plano de Ação de Reassentamento.

6.2.4

Marco legal e institucional

O Plano de Ação de Reassentamento deve ser desenvolvido de acordo com o quadro legal e institucional listado abaixo e outros porventura identificados posteriormente.

- Legislação Federal
 - Constituição Federal Brasileira/1988, capítulo I – dos Direitos e Deveres Individuais e Coletivos;
 - Lei Federal 10.406/2001 – Código Civil, Livro III – regulamenta a posse e propriedade da terra e atribui direitos aqueles que não possuem escritura ou posse formal da terra;
 - Lei Federal 4.504/1964 - Dispõe sobre Estatuto da Terra, e dá outras providências;
 - Lei 6938/1981 - Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências;
 - Lei Federal nº 6.766/79 – Dispõe sobre o Parcelamento do Solo Urbano e dá outras Providências – área “Non aedificandi”;
 - Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, que dispõe sobre desapropriações por utilidade pública;
 - Decreto nº 62.504/68 – Dispõe sobre o Desmembramento em função da Desapropriação;
 - Decreto nº 6.040/07 - Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, que engloba parte da população afetada, tais como indígenas, pescadores e ribeirinhos. Tem como objetivo principal:
 - a. Garantia dos direitos costumeiros para a população tradicional, considerando suas características essenciais, acesso a recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;
 - b. Reconhecimento, proteção e promoção dos direitos dos povos e comunidades tradicionais sobre os seus conhecimentos, práticas e usos tradicionais; e

- c. Apoio e garantia da inclusão produtiva com a promoção de tecnologias adequadas, respeitando o sistema de organização social da comunidade.

Esses mecanismos jurídicos visam garantir que o grupo culturalmente diferenciado, e que é reconhecido como tal, mantenha suas formas próprias de organização social, de uso e ocupação dos territórios e os recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, bem como seus direitos costumeiros.

- Legislação Estadual
 - Decreto nº 5.445, de 31-07-89, que aprova o Regulamento e a Estrutura do Departamento de Estradas de Rodagem;
 - Lei nº 8.924, de 28-12-88, que dispõe sobre a cobrança da Contribuição e Melhorias;
 - Decreto nº 4.333 de 07-12-88, que regulamenta o uso da faixa de domínio de rodovias estaduais;
 - De acordo com o art. 5º, inc. VII da lei Complementar Estadual 40/87 (Lei Orgânica da PGE/PR) foram editados os Decretos Estaduais nº 703/83 e 1.047, de 23-06-83, que transfere à Procuradoria Geral do Estado as atribuições de representar em Juízo o Departamento de Estradas de Rodagem - DER e/ou o Estado do Paraná, nas ações de desapropriações diretas e indiretas, referentes a faixas de domínio para construção de rodovias e ações de usucapião, nos termos do seu artigo 3º;
 - Regimento Interno do SEIL/DER, Deliberação nº 622-89, 24-10-89. Provimento nº 260, da Corregedoria Geral do Estado;
 - Regulamento do SEIL/DER, Decreto nº 2458/2000;
 - A Decisão da Corregedoria Geral da Justiça do Estado do Paraná nos autos nº 214.0045902.8/000, obriga o poder público a elaborar a planta e o memorial descritivo apenas da área a ser desapropriada;
 - Manual Técnico - Procedimentos para Avaliação de Imóveis, de Março de 2017; e
 - Instrução Normativa nº 016, referente à Desapropriação, Liberação da Faixa de Domínio, última versão de 16.03.2015.

Requisitos do BID:

- OP-710 – Reassentamento Involuntário;

- OP-102 – Acesso à Informação;
- OP-761 – Igualdade de Gênero em Desenvolvimento; e
- OP-765 – Povos Indígenas.

Outras normas e referências e melhores práticas em reassentamento que foram importantes para a construção desse marco são:

- ABNT NBR 14653-3 – Avaliação de bens;
- ABNT – NBR 13.133 – Execução de levantamento topográfico;
- Padrões de desempenho sobre sustentabilidade ambiental, estabelecidos pela Corporação Financeira Internacional (IFC, 2012);
- Quadro legal geral do Brasil que decorre da ratificação da Convenção da ONU sobre Direitos Humanos (Declaração Universal de Direitos Humanos), Pacto sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais, e demais convenções que tratam de aspectos específicos relacionados à garantia de direitos humanos fundamentais, tais como a Convenção OIT nº 169/89;
- Princípios Orientadores para empresas sobre direitos humanos e Quadro de referência de reporte em direitos humanos (*UN Guiding Principles on Business and Human Rights* – Relatório Ruggie), iniciativa da ONU;
- Direitos humanos no setor de mineração: integrando a devida diligência relacionada a direitos humanos em processos de gestão de risco corporativo (*Integrating human rights due diligence into corporate risk management processes* – ICMM – *International Council on Mining and Metals*);
- RAFI – *Human Rights Reporting and Assurance Frameworks Initiative*;
- ISO 26000; e
- AA1000 *Stakeholder Engagement Standard* (AA1000SES).

Tanto o BID quanto a legislação brasileira requerem a avaliação socioeconômica dos afetados por um processo de reassentamento, a definição de uma linha de corte e os direitos de compensação aos afetados.

Em geral, os requerimentos do BID são mais restritivos que a legislação brasileira. A legislação brasileira não determina ações para minimizar ou evitar deslocamento físico ou econômico, especialmente em grupos vulneráveis. Tampouco há requisitos na legislação brasileira que requeiram um processo formal de identificação, consulta e engajamento com *stakeholders*.

Os processos participativos são em geral resumidos às audiências públicas durante os processos de licenciamento ou incluídos como condicionante de licenças. Não há especificamente na legislação brasileira o requerimento específico de um mecanismo de queixas e reclamações, embora este instrumento se apresente como demandas no âmbito das ações de comunicação social requeridas nos termos de referências dos processos de licenciamento ambiental.

No que se referem à elegibilidade, os requerimentos do BID recomendam que sejam considerados no processo de reassentamento os proprietários formais e informais. O Código Civil Brasileiro estabelece direitos para os ocupantes sem direitos formais a terra, desde que a posse seja prolongada, pacífica, ininterrupta, e nos prazos estabelecidos pela lei (usucapião). Todavia, dada a complexidade do arcabouço legal e consequente burocracia que o envolve, os requerimentos do BID tornam-se mais restritivos.

6.2.5 *Condições da Linha de Base do PPR*

A constituição da Linha de Base Social é fundamental para a construção de conhecimento a respeito de todas as partes interessadas que possam ser, de alguma forma, afetadas e impactadas pelo Projeto, que possam ter algum grau de influência sobre o Projeto e sobre outras partes interessadas, ou que tenham algum tipo de interesse em relação ao Projeto.

A construção da Linha de Base Social possibilita:

- Definição dos impactos e dos riscos, e, por consequência, implementação de medidas de gestão que garantam que as partes interessadas usufruam ao máximo dos impactos positivos decorrentes do Projeto, e que não sejam afetadas, ou o sejam o mínimo necessário, pelos seus impactos negativos e riscos;
- Estabelecimento de um perfil das partes afetadas e identificação de grupos vulneráveis que demandem ações específicas de gestão de impactos, relacionamento e engajamento;
- Definição das ações de relacionamento e de engajamento mais adequadas de acordo com cada público; e
- Antecipar-se e evitar conflitos que possam ocorrer com as partes afetadas.

Para a construção adequada da linha de base faz-se necessário o desenvolvimento do Cadastro Físico das Propriedades e do Cadastro Socioeconômico de seus moradores.

Dado o estágio do projeto, esses cadastros ainda não foram realizados e a linha de base somente poderá ser construída com o levantamento dessas informações.

Todavia, para a elaboração deste PPR, foi realizado um levantamento preliminar de informações dos afetados nos documentos descrito abaixo:

- Relatório Ambiental Simplificado (RAS) elaborado em 2013 e apresentado ao Instituto Ambiental do Paraná (IAP) para obtenção de Licença Ambiental Simplificada;
- Relatórios gerados em decorrência do processo de consulta pública realizado em 24 de abril de 2017 e que contou com a presença de 163 pessoas (**Anexo A**);
- Cadastro Preliminar de Propriedades Rurais identificadas na área do Projeto; e
- Mapeamento Prévio de Partes Interessadas, contendo sua caracterização, impactos relacionados, histórico de relacionamento, grau de influência, grau de vulnerabilidade, autoridade e posicionamento. Vale ressaltar que todos esses critérios foram avaliados com base nas diretrizes descritas no Plano de Consultas Públicas, inserido no Estudo Ambiental Estratégico (EAE) (**Anexo B**).

O Quadro 6.1, a seguir, contém informações resumidas do total de áreas afetadas.

Quadro 6.1 *Quadro resumo das áreas afetadas*

Total de proprietários	Área com matrícula	Área sem matrícula	Total de moradias
22	23	7	2

Entre as áreas para as quais existem dados, a propriedade proporcionalmente mais afetada possui pouco mais de 31 mil m², e terá 30,15% da área afetada. Outras propriedades de 44 mil m² e 300 mil m² terão, respectivamente, 16,66%, 16,06% da área afetada.

Em números absolutos, a maior área a ser desapropriada mede cerca de 30 mil m² o que representa 11% da área total desta propriedade afetada. A menor propriedade afetada tem 24 mil m² e terá 4,42% da sua área desapropriada. Todas as propriedades são de uso agrícola ou produção familiar.

Pelo menos três residências serão afetadas. Na primeira, o total da área a ser desapropriada é de 16 mil m² e não foi informada a área total da propriedade. A segunda casa a ser desapropriada está localizada em uma propriedade de 44,5 mil m² que terá 7,5 mil m² de área afetada. A terceira casa está localizada em uma propriedade de 149 mil m² que terá 5,2% de sua área afetada.

As informações levantadas até o momento indicam o potencial de deslocamento físico e econômico. Dada a extensão das propriedades, é possível considerar a hipótese de reconstrução das residências em outra área

na mesma propriedade ou de estabelecimento de uma compensação financeira pela área afetada.

Todavia, como as informações levantadas até o momento não permitem a elaboração de um perfil socioeconômico e a identificação do número de famílias afetadas, não é possível descartar a hipótese de existência de vulneráveis residindo informalmente ou formalmente nas propriedades afetadas.

Foram realizados dois cadastros preliminares com propriedades. As respostas indicam que em uma das propriedades vivem duas famílias. Uma das propriedades é de uso agrícola leiteira e a outra de uso residencial. Ambas tem preocupações em relação ao projeto devido ao aumento do fluxo de veículos e a percepção da insegurança às propriedades que esse fluxo ocasiona.

As evidências das consultas realizadas com os afetados estão disponíveis no Anexo A. Não foram incluídos os resultados das duas consultas mencionadas, pois estas apresentam dados pessoais e privados dos entrevistados.

Como informado anteriormente, a linha de base será completada com a realização do Cadastro Físico das Propriedades e do Cadastro Socioeconômico que são necessários para identificar o tipo de público a ser contemplado pelo Plano de Reassentamento, de um perfil básico, para a posterior definição das ações mais adequadas para cada parte afetada.

É importante considerar que todos os afetados devem ser contemplados por estes cadastros, sejam esses proprietários, posseiros ou ocupantes.

Os cadastros podem ser realizados conjuntamente numa mesma etapa, durante o Projeto Executivo de Engenharia.

Os cadastros objetivam:

- Identificar o tipo de público a ser contemplado pelo Plano de Reassentamento e construir uma linha de base social e de um perfil básico, para a posterior definição das ações mais adequadas para cada parte afetada; e
- Dimensionar os custos de desapropriação e reintegração e fornecer subsídios para definição das alternativas de reposição de perdas ou de promoção de melhorias das condições de vida dos afetados, principalmente, daqueles vulneráveis.

O *Cadastro Físico das Propriedades* deve conter informações suficientes para o cálculo da indenização, tal qual os critérios definidos pela IN 16, compreendendo:

- Levantamento de todas as propriedades afetadas pela faixa de domínio dos projetos, com a localização e a identificação das matrículas e das benfeitorias e edificações a serem removidas, bem como o nome do proprietário e a identificação das famílias que ocupam e/ou residem na propriedade, independentemente de seu vínculo com o proprietário. Desse modo, famílias de trabalhadores, arrendatários e outros vínculos devem ser consideradas;
- Data da realização do cadastro, de modo que as informações obtidas sejam utilizadas como referências nos contatos e processos posteriores, evitando assim, quaisquer responsabilidades, caso o total de pessoas e propriedades aumente durante o desenvolvimento do projeto;
- Descrição de todas as propriedades afetadas, área total da propriedade e área afetada pelo projeto, topografia, uso da propriedade (agrícola, residencial, comercial ou misto); tipologia de ocupação e padrões das construções, zoneamento aprovado para o local, caso exista;
- Detalhamento do uso econômico da área, como p.ex. uso agrícola e pecuária (quantidade de culturas, área ocupada por cada cultura, quantidade de animais por tipo) e detalhamento da área comercial como equipamentos, móveis, espaço ocupado, número de empregados, etc.;
- Descrição das edificações e benfeitorias existentes na propriedade: usos, área, cômodos, detalhes dos materiais empregados e estado de conservação;
- Registro fotográfico das fachadas e outros detalhes que possam subsidiar a definição dos valores de mercado da propriedade; e
- Identificação no Registro de Imóveis e Cadastro Municipal, para levantar os valores de impostos pagos pelo proprietário e comparar os dados existentes na ficha cadastral do imóvel.

Cadastro Socioeconômico

O Cadastro Socioeconômico propõe-se a quantificar e caracterizar o universo de famílias afetadas pelo projeto, a partir das seguintes tipologias: proprietário residente, não residente, famílias agregadas, inquilinos e demais categorias de ocupantes. Ressalta-se que todas as famílias identificadas na propriedade devem ser cadastradas.

A metodologia de levantamento das informações demandadas assemelha-se a um levantamento censitário. Por esse motivo, caso o tempo entre a pesquisa e a efetivação do projeto seja elevado, sugere-se que seja realizado novo levantamento para atualização das informações previamente levantadas.

O cadastro socioeconômico deve incluir:

- Listagem de todos os proprietários e residentes (formais, informais, legais ou ocupantes irregulares);
- Dimensão demográfica: nº de pessoas da família, idade de cada um deles, gênero, composição do grupo familiar, grau de parentesco, problemas de saúde;
- Dimensão econômica: perfil da renda, ocupação dos membros da família, lugar de trabalho, relevância do imóvel na composição da renda, estratégia de subsistência, etc.;
- Dimensão social: acesso a serviços aos serviços públicos e privados de saúde, educação, correlação com outras famílias vizinhas, forma de organização social, tempo de residência no local, etc.; e
- Expectativa da população afetada referente ao projeto e a compensação (permuta, pagamento em dinheiro, etc.).

As informações devem ser suficientes para geração de uma linha de base que permita a, descrição das características sociais, econômicas, demográfica e cultural da população afetada, a identificação de impactos do processo de deslocamento físico e econômico e a definição dos parâmetros de monitoramento das condições de vida após o deslocamento. Também deve permitir a identificação de impactos significativos nos modos de vida de cada família para orientar as medidas para minimizar tais impactos a serem tomadas antes, durante e após o processo de deslocamento físico ou econômico.

O cadastro socioeconômico também deverá levantar informações que permitam a identificação de pessoas vulneráveis ou em situação de vulnerabilidade.

Para isso, pode ser adotada a metodologia⁸ do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) por meio da qual é possível chegar aos índices de vulnerabilidade das famílias afetadas pelos projetos e intervenções rodoviárias. A metodologia define como vulneráveis:

- *Vulnerabilidade Socioeconômica*: (i) Família registrada no Cadastro Único do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário; (ii) Edificação pesquisada localizada às margens de córrego/rio em situação de risco e/ou ao lado de lixões/aterros sanitários/valas de esgoto; (iii) renda *per capita* até R\$ 85,00 por mês; e
- *Classe Especial de Vulnerabilidade*: Mesmo sendo classificadas como não vulneráveis socioeconomicamente, são unidades familiares que possuem no imóvel/edifício em questão a única moradia, e pesando a imprudência

⁸ Metodologia - Pesquisa Básica de Vulnerabilidade Socioeconômica. Disponível em: <<https://189.9.128.64/download/planejamento-e-pesquisa/desapropriacao-e-reassentamento/metodologia.pdf>>.

em demandar a reintegração de posse, uma vez que tal ação ensejaria o “deslocamento” de um problema social de *déficit* habitacional e estaria em desconformidade com os direitos à moradia e à dignidade humana.

Outro exemplo de vulneráveis são as mulheres, especialmente quando estão na condição de chefes de família. Isso porque a sua condição de gênero pode agravar outros tipos de vulnerabilidade social e econômica, e dificultar melhorias em sua qualidade de vida. Também podem ser considerados vulneráveis portadores de deficiência e crianças em situação de risco social.

Após a definição da vulnerabilidade, deverá ser feita análise tendo em vista os riscos e impactos decorrentes dos projetos para cada família.

Dessa maneira, é fundamental que o PAR a ser elaborado para os projetos tenha informações precisas a respeito desse público, do seu grau de vulnerabilidade social e em relação ao projeto e ao processo de reassentamento, para que sejam propostas medidas e ações específicas.

No caso de famílias afetadas que não estejam em situação de vulnerabilidade e que tenham poder aquisitivo suficiente para a recomposição de suas condições de vida dispensando quaisquer tipos de auxílio externo, poderá ser adotado processo indenizatório simples, em conformidade com os dispositivos constitucionais e legislação específica, desde que em comum acordo entre as partes. Ainda assim, deverá ser realizado monitoramento posterior, conforme detalhado no item 6.2.11.

É importante que a linha de base contenha as evidências referente a consulta com os afetados, como registros fotográficos das consultas, questionários utilizados, mapas com a localização das propriedades afetadas etc.

6.2.6 *Identificação dos impactos do reassentamento sobre as pessoas, propriedades e modos de vida*

Os dados preliminares relatados acima potencialmente indicam que haverá deslocamento físico decorrente do projeto. Todavia, essa informação somente poderá ser confirmada na fase dos cadastros.

Os dados produtivos levantados até o momento indicam que haverá perdas de áreas de cultivo, o que caracteriza o deslocamento econômico. Todavia, essas informações devem ser confirmadas após a realização do cadastro.

O levantamento realizado até o momento não apontou a existência de grupos tradicionais e indígenas ou grupos vulneráveis.

Após a realização do Cadastro Socioeconômico e o Cadastro Físico das Propriedades, as informações obtidas deverão ser analisadas considerando a ocorrência dos seguintes impactos potenciais:

- Interferências na infraestrutura urbana e rural;
- Interferências em terras com usos residencial, comercial, agropecuário e turístico;
- Interferências na produção agropecuária;
- Interferências nas atividades comerciais;
- Interferências nos modos de vida;
- Interferência no patrimônio histórico, cultural e natural;
- Interferências na valorização das residências e terras; e
- Violação de direitos humanos.

Os dois cadastros deverão ser confrontados e comparados para se chegar a uma Análise do Risco de Empobrecimento, que deverá conter informações sobre:

- Níveis de riscos do projeto decorrentes dos impactos diretos do reassentamento (perda de moradia e terra cultivável, mudanças no emprego, alterações na renda e no acesso a recursos e aos meios de produção, possibilidade de exclusão social etc.);
- Existência de atividades comerciais e de serviços cuja viabilidade seja prejudicada pelo projeto;
- Potencial de desarticulação de redes sociais; e
- Perda do acesso à educação.

Especial atenção deverá ser dada a questões relacionadas a gênero e etnia.

Após a avaliação dos impactos e das condições de trabalho, habilitação e elegibilidade das famílias, define-se:

- Número de proprietários a serem desapropriados ou indenizados, com a estimativa dos recursos destinados a este fim; e
- Número total de famílias habilitadas ao reassentamento: proprietários, famílias agregadas, ocupantes por arrendamento ou outro tipo de contrato, invasores, entre outros.

6.2.7

Crêterios de elegibilidade e data de corte

A defini o de elegíveis deve ser definida em conjunto com os afetados e seus critérios deverá compor o PAR.

Os atores devem cumprir as seguintes condi es mínimas para serem considerados elegíveis, como, por exemplo:

- Tenham propriedade ou interesses legítimos e comprovados sobre bens imóveis situados no perímetro identificado como afetado. Deverão ser considerados aqueles que:
 - Tenham propriedade legal e formal e direito de uso reconhecido pela legisla o brasileira; e
 - Propriedade informal ou tradicional e direitos de uso reconhecidos pela legisla o brasileira.
- Comprovarem desenvolvimento de atividades econ micas e produtivas no perímetro afetado, como, por exemplo:
 - Perda ou suspensão de emprego realizado dentro da  rea;
 - Atividades Agrícolas;
 - Atividades Pecuárias;
 - Atividade Extrativista;
 - Pesca;
 - Turismo;
 - Comércio; e
 - Indústria.
- Tenham perda de acessos físicos e acesso aos recursos naturais, tais como água, resultante do projeto; e
- Forem incluídos nos cadastros, até a data de corte, a ser estabelecida dentro do PAR.

  importante definir a data de corte, ou seja, até quando a pessoa pode ser incluída no processo para ser considerada elegível. A data de corte pode ser definida como a do final da realiza o do Cadastro Físico das Propriedades e o Cadastro Socioeconômico, ou outra definida no PAR.

6.2.8

Matriz de Compensação

Uma vez que tenham sido estabelecidos critérios gerais de elegibilidade, será desenvolvida uma matriz de compensação. Este também deverá ser desenvolvida com os afetados e integrada ao PAR.

A matriz de compensação abaixo deve ser usada unicamente como ponto de partida para as discussões com os afetados e deverá ser revisada pela SEIL/DER como resultado das atividades acima descritas.

Elementos básicos a serem abordados na matriz de compensação incluem:

- Terrenos, casas e outros;
- Estabelecimentos comerciais ou produtivos;
- Infraestrutura de serviços;
- Edifícios institucionais; e
- Recomposição dos modos de vida.

A reparação pode ocorrer por uma das formas abaixo ou por um conjunto dessas:

- Indenização financeira;
- Indenização por outro bem equivalente;
- Medidas específicas para grupos vulneráveis; e
- Outros subsídios.

O Quadro 6.2 contém um exemplo genérico de uma matriz das compensações usualmente praticadas pela SEIL/DER em processos que ocasionam a desapropriação/reintegração de posse. Esta matriz deverá ser adaptada no PAR para os impactos identificados, resultando do Cadastro Socioeconômico e Cadastro Físico das propriedades.

Quadro 6.2 Matriz de Compensação

Parte Interessada	Tipo de Impacto	Compensação	
Proprietário ou posseiro (usucapião)	Perda de terrenos (urbano/rural)	Terra passível de exploração econômica	Indenização do valor de mercado da terra nua. Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável. Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
		Terra sem exploração econômica	Indenização do valor de mercado da terra nua. Indenização de possíveis benfeitorias.
	Perda de residência principal	Indenização do valor de mercado da edificação	
	Perda de residência secundária	Residência uso próprio/cedida	Indenização do valor de mercado da edificação
	Perda da residência (única moradia)	Indenização do valor de mercado da edificação. Em caso de família sócio-vulnerável reconstrução de nova moradia. Apoio no restabelecimento de acesso a serviços públicos em caso de família vulnerável.	
	Perda de edificação com atividade econômica	Uso próprio / Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Indenização do valor de mercado da edificação. Compensação monetária com base na projeção de lucro.
	Interrupção temporária da atividade econômica	Uso próprio / Alugado (comercio/atividade industrial/residência)	Compensação monetária com base na projeção de lucro
Posseiro	Supressão de área (urbano/rural)	Terra passível de exploração econômica	Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável. Assistência técnica e suporte para restauração de atividade econômica.
		Terra sem exploração econômica	Indenização de possíveis benfeitorias
	Perda de residência principal	Indenização do valor de mercado da edificação	
	Perda de residência secundária	Residência uso próprio/cedida	Indenização do valor de mercado da edificação
	Perda da residência (única moradia)	Indenização do valor de mercado da edificação. Em caso de família sócio vulnerável reconstrução de nova moradia.	
Arrendatário	Perda de renda por diminuição da área do imóvel	Indenização de benfeitorias. Compensação monetária com base na projeção de lucro, quando aplicável.	
Inquilino/locatário	Perda de moradia por interrupção de contrato de aluguel	Auxílio mudança. Auxílio na identificação de outra moradia.	

Parte Interessada	Tipo de Impacto	Compensação
	Perda do ponto comercial por interrupção de contrato de aluguel	Auxílio mudança. Compensação monetária com base nas perdas e danos. Em caso de família vulnerável, assistência técnica e capacitação para melhorar a atividade econômica em outro lugar.
Cedido (funcionário/não funcionário)	Perda de moradia	Reconstrução da edificação em área remanescente, quando possível, desde que o proprietário da edificação concorde com a permuta da indenização. Quando não houver acordo para permuta da indenização pela reconstrução da edificação pelo proprietário, auxílio aluguel por tempo determinado em caso de família sócio vulnerável. Auxílio mudança. Auxílio na identificação de outra moradia.

6.2.9 *Medidas de restauração dos modos de vida (restauração econômica, produtiva e reintegração social)*

O estabelecimento das medidas de restauração dos modos de vida será necessário caso sejam identificados impactos de perda de renda ou emprego, perda produtiva significativa, pessoas em situação de vulnerabilidade, impactos no relacionamento que formam o tecido social ou outros impactos em direitos humanos.

O planejamento deste processo estará apoiado nas melhores práticas previstas em padrões e convenções internacionais correlatas, incluindo as que tratam dos direitos humanos fundamentais. As medidas devem ter como objetivo reconstruir as comunidades e restaurar modos de vida da população afetada, e, sempre que possível, promover melhorias em elementos de qualidade de vida, que sejam mensuráveis, como medida de alinhamento aos direitos humanos fundamentais a ela relacionados.

Deste modo, o processo visa restaurar as condições de vida dos afetados pré-existentes ao reassentamento, baseado no conceito de reparação no que se referem aos impactos em direitos humanos fundamentais, tais como, direito à propriedade; direito à privacidade; direito de ir e vir; direito a padrões adequados de vida; direito à saúde; direito à educação; e direito à vida.

6.2.10 *Mecanismo de Queixas e Reclamações*

O Mecanismo de Queixas e Reclamações estabelecido para o projeto (Item 6.3) também deve ser usado para as questões relacionadas ao reassentamento, com a análise separada das ocorrências registradas relacionadas a esse tópico. O mecanismo deve estar em funcionamento durante todo o ciclo de vida do PAR.

6.2.11 *Monitoramento e Avaliação*

As medidas de monitoramento e avaliação devem ser utilizadas para verificar impactos decorrentes da desapropriação/reintegração e a sua adaptação e inserção à nova realidade social e habitacional.

As medidas de monitoramento e avaliação deverão ser desenvolvidas caso sejam identificados casos de deslocamento físico (perda da única residência) e/ou econômico significativo⁹ e impacto em grupos vulneráveis.

Para a realização desse monitoramento, devem ser definidos indicadores (quantitativos e qualitativos) capazes de mensurar e identificar, do ponto de vista econômico, social e emocional, tais quais:

- Ganhos ou perdas para as famílias durante o processo;

⁹ O conceito de deslocamento econômico significativo deverá ser desenvolvido pela SEIL/DER.

- Mudanças das condições de vida da população; e
- Resultados dos Programas de Apoio e a necessidade de sua continuidade.

A periodicidade desse monitoramento será variável. Poderá ser feita a cada seis meses nos três anos subsequentes, e anualmente por mais dois anos, ou até que se verifique que as famílias afetadas se encontram em boas condições.

6.2.12 *Cronograma e Custo Estimado*

Para cada projeto, o PAR deverá conter um cronograma que contenha o seguinte:

- Estimativa de data para completar a linha de base e consolidar as evidências das consultas consulta;
- Estimativa de data definição final do desenho do projeto, caso este ainda não tenha sido finalizado antes do desenvolvimento do PAR;
- Data limite para obter do BID a aprovação dos Planos de Reassentamento atualizados. Esta deve ser obtida 90 dias antes do início das atividades de reassentamento;
- Estimativa de data para finalizar as atividades de reassentamento ou medidas temporárias acordadas para desocupar as áreas antes de iniciar a construção em cada frente de trabalho. As obras nos trechos onde as pessoas morem, trabalhem ou frequentem escolas ou outras instalações públicas só podem ser iniciadas após o término das atividades de reassentamento;
- Estimativa de data para finalizar o reassentamento e quaisquer outras atividades associadas. Estas devem ser finalizadas antes do fechamento técnico do projeto; e
- Estimativa de data para terminar a avaliação das medidas de reabilitação de bens e serviços, não antes de um ano depois do fechamento técnico do projeto, e não depois de 3 a 5 anos depois do início do reassentamento.

O Cadastro Físico das Propriedades é iniciado no Projeto Básico de Engenharia e finalizado no projeto durante o Projeto Executivo de Engenharia.

Durante a fase do Projeto Executivo de Engenharia serão realizados o Cadastro Físico das Propriedades e Cadastro Socioeconômico dos seus proprietários e usuários, que comporão o PAR e refinarão o cronograma e orçamento inicialmente definidos.

O custo estimado do PAR deve considerar os custos necessários para a negociação dos imóveis, os custos necessários para o apoio a mudança das famílias e os projetos e programas socioeconômicos necessários para garantir

o restabelecimento das novas condições de vida das famílias, onde aplicável.

O orçamento estimado preliminarmente pela DEIL/PR até o momento é de R\$ 1.974.715, e inclui exclusivamente o valor esperado pela desapropriação das propriedades e compensação por benfeitorias.

Esse valor não inclui custos necessários para o apoio a mudança das famílias e os projetos e programas socioeconômicos necessários para garantir o restabelecimento das novas famílias. Caso sejam identificados grupos vulneráveis afetados ou outros ocupantes além dos proprietários de terra listados anteriormente, o orçamento deverá considerar a devida reparação desses grupos e apoio necessários para o restabelecimento de sua condição de vida, tais quais as compensações definidas na matriz de compensação.

O cronograma inicialmente estimado para o projeto é apresentado no Quadro 6.3.

Quadro 6.3 Cronograma

Principais atividades	Mês												
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13
Ajustes do projeto de desapropriação	■	■	■										
Designação da Comissão Técnica de avaliação			■										
Reunião de documentação e planejamento			■										
Vistoria e caracterização			■										
Coleta de dados mercadológicos			■	■									
Tratamento dos dados				■	■								
Aplicação da metodologia de avaliação				■	■								
Elaboração dos Laudos individuais de avaliação				■	■	■							
Reuniões de negociação com os proprietários					■	■							
Assinatura do termo com os proprietários					■	■							
Encaminhamento do processo à Proc. Jurídica					■	■							
Indenização					■	■	■						

O cronograma apresentado pela SEIL/DER deverá ser revisado para incluir o desenvolvimento do PAR e todas as atividades necessárias para o monitoramento das partes afetadas.

6.2.13 Equipe

O processo de planejamento do reassentamento requer uma equipe técnica especializada dedicada ao projeto. A liderança por profissionais experientes é essencial para buscar a adesão aos padrões internacionais e nacionais, construção de consenso e planejamento participativo.

A equipe para atuação no processo de reassentamento deverá ser multidisciplinar e composta por representantes de diferentes áreas do SEIL/DER.

6.3 MECANISMO DE QUEIXAS E RECLAMAÇÕES

Mecanismo de Queixas

Faz parte do presente Marco de Relações Comunitárias a instituição de um Mecanismo de Queixas que possibilite que as partes interessadas entrem em contato com os responsáveis pela implementação do Programa e dos projetos, sempre que julgarem necessário, para o registro das suas questões, sugestões, críticas e reclamações, e para o encaminhamento de dúvidas.

Ressalta-se que a finalidade desse Mecanismo é receber as questões das partes interessadas e encaminhá-las internamente de modo a garantir que sejam respondidas e que essas respostas sejam enviadas aos solicitantes no menor tempo possível e que sejam rastreáveis pelos interlocutores e tenha seus resultados avaliados.

A SEIL e o DER possuem um canal permanente de comunicação com a sociedade através da Ouvidoria da Controladoria Geral do Estado, CGE.

A Ouvidoria está estruturada de modo a atender aos preceitos do Marco de Relações Comunitárias, caracterizando-se em um espaço de integração do SEIL/DER com o cidadão, as entidades representativas e demais partes interessadas.

A Ouvidoria da CGE atua como canal de comunicação entre a população e o governo do Estado do Paraná, visando receber e dar encaminhamento a solicitações, sugestões, reclamações, denúncias e elogios sobre ações e programas do Poder Executivo estadual.

O acesso dos cidadãos à Ouvidoria da CGE pode ser realizado de segunda a sexta-feira, das 8h30min às 18h, por:

- Telefone - 0800-411113, além dos ramais da equipe da Coordenadoria de Ouvidoria; e
- Envio de cartas ou atendimento presencial - Rua Mateus Leme, 2018, Centro Cívico, Curitiba, Paraná, CEP 80.530-010.

Ou, ainda, em quaisquer dias e horários pela Internet:

- Portal CGE (www.cge.pr.gov.br), SEIL (www.infraestrutura.pr.gov.br) e DER (www.der.pr.gov.br), por intermédio do acesso à Ouvidoria (margem esquerda do site), no link "Registre sua reivindicação".

Ao final de cada registro é disponibilizado ao cidadão um número de atendimento e um código de consulta. Com estes dados é possível acompanhar o andamento desse registro por telefone, através do serviço 0800, ou pelo Portal CGE (www.cge.pr.gov.br), também por intermédio do acesso à Ouvidoria, mas pelo link “Consulte sua reivindicação”.

O tempo de resposta é de 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias.

Nos Portais dos respectivos órgãos e entidades que integram a Rede de Ouvidores do Poder Executivo estadual ou, ainda, no site da CGE – na opção Ouvidoria (margem esquerda), existe uma lista com nomes e telefones dos servidores que integram essa rede, bem como o link de acesso aos sites destes. Neste acesso pode-se encontrar o nome e o contato direto com os ouvidores da SEIL e do SEIL/DER.

Além disso, para o Programa BID foi criado um serviço de atendimento ao público através do telefone 0800-410111 que direciona o solicitante para as diversas ações previstas no Programa seja de responsabilidade da SEIL ou do SEIL/DER.

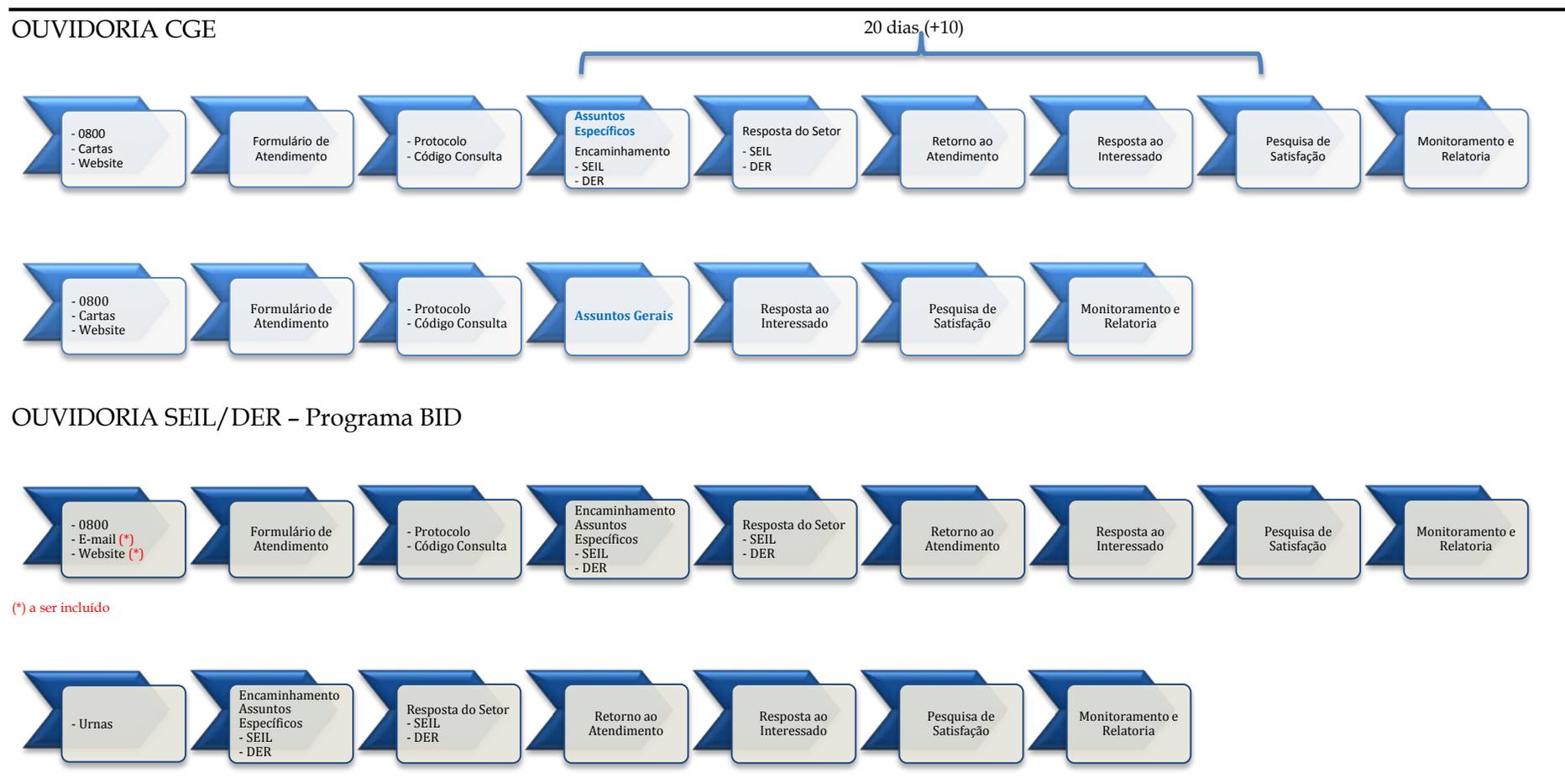
Para a divulgação das obras rodoviárias a partir das primeiras consultas públicas realizadas, foram criados os seguintes canais de comunicação com as partes interessadas:

- Projetos de engenharia nas Superintendências Regionais e respectivos Escritórios Regionais próximos das obras, disponíveis em documentos físicos para o público consultar;
- Telefone das Superintendências Regionais e respectivos Escritórios Regionais próximos das obras, para atendimento; e
- Urnas para depósito de sugestões disponíveis durante as Consultas Públicas e ao longo da execução do Programa instaladas nas Superintendências Regionais e respectivos Escritórios Regionais do DER próximos das obras.

As chamadas telefônicas, os serviços de atendimento por cartas, website ou presencial devem ser registrados pela equipe responsável pelo atendimento que deve proceder ao encaminhamento das questões para as áreas específicas aos temas abordados, fazer o acompanhamento e gestão das respostas, apresentar e registrar a resposta ao interlocutor demandante, registrar o resultado de uma pesquisa de satisfação das respostas e elaborar relatório de acompanhamento e resultados.

O Mecanismo de Queixas e Reclamações suportado pela Ouvidoria da CGE e pelos procedimentos de ouvidoria específicos criados pela SEIL/DER devem atender aos fluxogramas apresentados na Figura 6.1.

Figura 6.1 Fluxo do Mecanismo de Queixas e Reclamações



De forma a complementar os serviços de atendimento por linha telefônica com chamada gratuita (0800), o correio eletrônico (*e-mail*) possibilita o contato remoto a todos aqueles que dispõem de acesso à Internet, e a vantagem de envio imediato da questão do solicitante. Deste modo, a SEIL/DER deve incluir na sua estrutura de atendimento a disponibilização de um endereço de correio eletrônico.

De modo a fortalecer a eficácia do atendimento dos mecanismos de queixas e reclamações, a SEIL/DER deve divulgar em todas as oportunidades de comunicação com as partes interessadas, os números de contato, endereços para correspondência e correio eletrônico, website, distribuição e localização das urnas e os procedimentos de acesso a esses dispositivos disponíveis.

Os Mecanismos de Queixas e Reclamações devem permanecer em funcionamento desde a etapa de planejamento do projeto antecedente às obras de implantação, seguindo pelo período de obras e durante toda a operação das vias, sendo uma importante ferramenta para acompanhamento das partes interessadas, de atualização do Mapeamento de PIs e para o monitoramento e análise periódica, da eficácia da gestão dos assuntos de interesses destas partes.

Essas informações são fundamentais para a realização de análise periódica, com o intuito de identificar situações externas e mudanças de cenário que requerem adequações nas ações de relacionamento e apoiar a tomada de decisão para melhoria do processo.

6.4 AVALIAÇÃO DE RISCOS E DESASTRES

6.4.1 Introdução

Esta Avaliação de Riscos de Desastres Naturais dos Projetos do **Programa BID I - Integração** estabelece medidas de prevenção, controle e resposta para prevenir ou minimizar os danos à integridade física de trabalhadores e contratados pela ocorrência de desastres naturais.

A elaboração dessa avaliação visa atender à Política de Gestão de Risco de Desastre (OP-704) do BID para reduzir a níveis aceitáveis a vulnerabilidade dos projetos a ameaças naturais tais como terremotos, maremotos, deslizamentos de terra, inundações, incêndios florestais, etc.

A avaliação descreve a organização e as ações de prevenção e controle de emergências que serão aplicadas nos Projetos para cada tipo de ameaça identificada, bem como os mecanismos de coordenação com as autoridades locais vinculadas a prevenção, mitigação e atendimento a desastres. O alcance espacial do Marco está circunscrito a área de influência dos Projetos, envolvendo a área diretamente afetada (ADA).

6.4.2

Objetivo

O objetivo geral desta avaliação é assegurar que a SEIL/DER e as empresas contratadas tenham capacidade de responder efetivamente frente a situações diversas provocadas por ameaças naturais na ADA dos Projetos do **Programa BID I – Integração** mediante processos de resposta imediata em coordenação com os núcleos municipais de Defesa Civil do Paraná e outras instâncias, de acordo com a magnitude da emergência.

Os objetivos específicos são os seguintes:

- Estabelecer um Grupo de Atendimento a Emergência e os mecanismos de coordenação entre a Defesa Civil e a SEIL/DER para aplicação das medidas de prevenção e contingência das ameaças identificadas;
- Descrever os procedimentos a serem seguidos antes, durante e após os eventos de ameaças naturais. Estes deverão ser solicitados para a empresa contratada para a execução das obras e, na fase de operação, deverão seguir o preconizado pela Defesa Civil;
- Estabelecer as diretrizes do Programa de Treinamento em prevenção e atendimento a emergências dirigido aos trabalhadores dos Projetos; e
- Coordenar com o município para elaborar um mapa de evacuação e zonas seguras dentro da AID dos Projetos. Conforme artigo 8º, inciso XI da Lei Federal 12.608/2012, atribuiu à responsabilidade para que os municípios elaborem planos de contingência.

6.4.3

Definições

Os desastres naturais podem ser **Geológicos** (terremotos, movimentos de massa, deslizamentos, erosão), **Hidrológicos** (inundações, enxurradas, alagamentos), **Meteorológicos** (ciclones, tornados, vendavais, granizo, temperaturas extremas), **Climatológicos** (seca, estiagem, incêndios florestais) e **Biológicos** (epidemias de doenças contagiosas, infestações e pragas).

A seguir são apresentadas definições dos principais termos e conceitos da Política OP-704 do BID (2007):

Desastre, na conceituação dada ao termo na avaliação atual, significa uma perturbação grave do funcionamento da sociedade, de uma comunidade ou de um projeto que pode causar perdas humanas, materiais, econômicas ou ambientais, consideráveis ou gerais, as quais excedam a capacidade da sociedade, comunidade ou projeto afetados enfrentar esta situação de crise com recursos próprios.

Ameaças Naturais, são os processos ou fenômenos naturais que ocorrem na biosfera e que podem constituir-se em evento prejudicial. Essas ameaças

compreendem terremotos, ventos fortes, furacões, deslizamentos de terra, maremotos, erupções vulcânicas, inundações, incêndios florestais e secas ou uma combinação desses fenômenos. A presente avaliação compreende as ameaças derivadas de variações climáticas como as relacionadas com o fenômeno El Niño.

- **Vulnerabilidade**, é uma condição determinada por fatores ou processos físicos, sociais, econômicos e ambientais que deixam uma comunidade mais exposta aos efeitos das ameaças;
- **Gestão de Risco de Desastres**, é o processo sistemático que integra a identificação, a mitigação e risco, bem como a preparação para reduzir os efeitos de desastres futuros. Compreende a preparação antes do evento, a intervenção em caso de emergência, e as ações de reabilitação e reconstrução para diminuir as consequências dos desastres já ocorridos e evitar que volte a criar uma situação de vulnerabilidade;
- **Áreas de Segurança**, é toda área especialmente designada, livre da ação direta da emergência, na qual se concentram as pessoas para proteger sua integridade física;
- **Tentativa de Incêndio**, fogo iniciado, descoberto e apagado rapidamente e que não ocasiona dano ou os danos são muito leves;
- **Brigadista**, trabalhador de qualquer cargo que atua voluntariamente para dar apoio em situações de emergência, que ponham em perigo a integridade dos demais trabalhadores ou bens da empresa;
- **Emergência**, é uma série de circunstâncias irregulares que ocorrem súbita e inesperadamente, que possam causar lesões nas pessoas, danos a propriedade e/ou ao meio ambiente, e que demandam ação imediata;
- **Evacuação**, é a ação de abandonar uma instalação, serviço ou lugar, em que foi declarado uma emergência;
- **Simulado**, imitação de um desastre natural para conhecer as medidas que devem ser tomadas no caso de uma ocorrência real; e
- **Alerta**, denomina-se alerta ao período anterior a ocorrência de um desastre, declarado com o objetivo de tomar precauções gerais, para evitar a ocorrência de possíveis calamidades e/ou emergências, tais como furacões ou erupções vulcânicas.

6.4.4

Desastres Naturais no Estado do Paraná

Dados históricos mostram a distribuição de eventos climáticos críticos no Brasil e particularmente no Estado do Paraná onde os principais desastres naturais estão relacionados com: estiagem e seca, inundações bruscas e

graduais, granizo, e vendaval e/ou ciclone.

No período 1980 a 2014 foram registrados no Paraná: 1769 tempestades associadas com vendaval; 691 inundações; 685 tempestades associadas com granizo; e 629 enxurradas. No ano de 2014 foram registradas inundações extensas que atingiram 157 municípios.

A Defesa Civil do Paraná

A Defesa Civil do Estado do Paraná foi criada pelo Decreto Estadual n.º 3.002, de 29 de dezembro de 1972, que vigorou até 1992, quando atendendo ao disposto no Art. 51, inciso II da Constituição Estadual, o Governo do Estado passou a Coordenadoria Estadual de Defesa Civil para o âmbito da Casa Militar (conforme Lei n.º 9.943, de 27 de abril de 1992, que deu nova redação ao Art. 17 da Lei n.º 8.485, de 03 de julho de 1987), tendo o Decreto Estadual n.º 1.308, de 04 de maio de 1992, aprovado o Regulamento do Sistema Estadual de Defesa Civil, por intermédio do Decreto Estadual n.º 1.343, datado de 29 de setembro de 1999.

Em 16 de abril de 1995, o coordenador estadual da Defesa Civil instituiu o Conselho de Órgãos Governamentais (COG) e em 16 de agosto do mesmo ano instituiu o Conselho de Órgãos não-Governamentais (CENG), com a participação de diversos segmentos da sociedade paranaense.

O Sistema Estadual de Defesa Civil é representado pela Coordenadoria Estadual de Defesa Civil (COMDEC), junto à Casa Militar do governo do Estado do Paraná, possuindo sob sua responsabilidade 399 (trezentos e noventa e nove) municípios. Todos eles, sem exceção, já possuem coordenadorias municipais estabelecidas legalmente.

Visando a apoiar na operacionalização destas COMDECs, utiliza-se das estruturas do Corpo de Bombeiros, fazendo dos oito grupamentos de Bombeiros distribuídos pelo Estado as coordenadorias regionais de Defesa Civil - COREDECS.

Atuação da Defesa Civil

A atuação da Defesa Civil tem como principal objetivo a redução de riscos e de desastres, e após a lei 12.608/12, compreende cinco tipos de ações distintas e inter-relacionadas, que ocorrem de forma multissetorial e nos três níveis de Governo (Federal, Estadual e Municipal), exigindo uma ampla participação comunitária:

- **Prevenção** - quando são realizados a orientação, educação e esclarecimentos à sociedade quanto às formas de se *evitar* possíveis desastres. São exemplos: a educação ambiental, a conscientização sobre a preservação dos recursos naturais, obras estruturais, entre outros. Essa é a fase para qual deve ser dedicada maior atenção;

- **Mitigação** - é a diminuição ou a limitação dos impactos das ameaças e desastres. Como nem sempre é possível evitar os riscos de desastres e suas consequências, as tarefas preventivas acabam por se transformar em ações mitigatórias (de diminuição de desastres), por essa razão, muitas vezes os termos mitigação e prevenção são usados indistintamente;
- **Preparação** - quando são realizadas as ações de planejamento, prevendo a metodologia de intervenção, capacitação das equipes e disponibilização da infraestrutura necessária para emprego se houver desastre, visando a **minimizar** os danos consequentes do evento. Também é nesse momento que se devem providenciar os meios de monitoramento dos agentes agressores, facilitando o acionamento ágil das equipes. Essa fase é uma das mais importantes, pois, praticamente, define a qualidade da fase posterior (Resposta);
- **Resposta** - fase em que, em razão de um desastre, é colocado em prática todo o planejamento (realizado na etapa anterior) para fazer frente aos efeitos negativos de um evento adverso numa área de risco (vulnerável). É quando devem ser acionadas as ações mitigadoras, ou seja, de socorro imediato e de assistência inicial às vítimas (pessoas, meio ambiente e patrimônio), visando à extinção da ação danosa do evento adverso sobre o ecossistema; e
- **Recuperação** - essa etapa é caracterizada por ser aquela em que são executados procedimentos para o restabelecimento da normalidade no local atingido por desastre. É quando o poder público e a sociedade, unidos, realizam obras estruturais reparadoras, reorganizam a rotina e reconstróem o que foi perdido, buscando o retorno da normalidade o mais rápido e da maneira menos traumática possível.

Danos são os resultados de eventos adversos sobre um cenário (ecossistema) vulnerável. Podem ser antropogênicos (humanos), ambientais (flora e fauna) e materiais (patrimoniais).

6.4.5

Avaliação do Risco de Desastres Naturais

Foram analisados os seguintes desastres naturais que pudessem causar perdas de componentes do projeto: inundações; incêndio florestal; vários tipos de erosão; enxurradas; deslizamentos; corridas de massa; e alagamentos.

Esses tipos de desastres naturais podem afetar a infraestrutura e o serviço das rodovias, como a erosão que danifica a estrutura do pavimento, o acúmulo de lama nos atoleiros, a ruptura da galeria de tubos de concreto, o rompimento da camada superior do pavimento, entre outros, tornando impossível o tráfego devido às condições da estrada.

Em casos extremos, a região pode terminar isolada para o acesso de veículos terrestres de qualquer tipo (inclusive os de emergência) até que a limpeza da

rodovia e obra de recuperação sejam executadas.

Quadro 6.4 *Relatório de Ocorrências no Município de Marechal Cândido Rondon*

Data do Desastre	Tipo	Pessoas Afetadas
24/04/1981 00:00	Inundações	0
1 ocorrência	Totais do município:	0
Fonte: Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil		

Nos últimos cinco anos (2012 a 2016), o município de Marechal Cândido Rondon não registrou nenhuma ocorrência de desastre e, por consequência, não afetou nenhuma pessoa.

Dado a frequência, intensidade e gravidade dos eventos decorridos no município de Marechal Cândido Rondon, a vulnerabilidade e perdas prováveis de componentes do projeto é BAIXA.

6.4.6 *Estrutura de Atendimento a Emergências do Projeto*

Para os Projetos do **Programa BID I - Integração** que envolvam obras de curta extensão territorial e baixo impacto e classificadas pelo BID na Categoria B está prevista uma estrutura bastante otimizada para atendimento a emergências.

A estrutura de atendimento do Projeto visa orientar e coordenar as ações básicas a serem adotadas por entidades ou pessoas envolvidas direta ou indiretamente em situações de emergência.

Essa estrutura será composta de um Grupo de Ação de Emergência constituído de um gerente, um coordenador geral e brigadistas responsáveis por atendimento médico (primeiros socorros), combate a incêndio (incêndios florestais) e evacuação (intempéries, inundações).

As funções e responsabilidades dos membros do Grupo de Ação de Emergência são apresentadas no Quadro 6.5 a seguir:

Quadro 6.5 Funções e Responsabilidades – Grupo de Ação de Emergência (GAE)

Função	Responsabilidade
Engenheiro Fiscal da Obra – SEIL/DER	<ul style="list-style-type: none"> • Manter contato direto com o Coordenador Geral; • Apoiar o processo de comunicação entre SEIL/DER, contratadas, comunidades, defesa civil e demais instituições envolvidas; • Assegurar que os recursos humanos e materiais para execução de todas as atividades previstas no Plano estejam disponíveis; e • No caso da ocorrência de inundações ou incêndios florestais na obra acionar a defesa civil.
Coordenador Geral - Contratada	<ul style="list-style-type: none"> • Comunicar a ocorrência da emergência à SEIL/DER e se for o caso com as demais instituições envolvidas (Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, Prefeituras Municipais, Centros de Saúde, etc.); • Liderar em campo a direção geral das ações a serem executadas pelas brigadas de emergência seguindo as diretrizes do Plano; • Disponibilizar rapidamente transporte para os brigadistas; • Desenvolver, revisar e comunicar anualmente o Plano, bem como o apoio, capacitação e realização de atividades destinadas a sua implementação; • Designar os membros das Brigadas e promover a capacitação desses nas tarefas específicas em caso de emergência, bem como programar a realização de simulações; • Determinar os equipamentos necessários para atendimento a emergências gerenciando sua aquisição; • Coletar e processar informação sobre os danos causados por eventual desastre quanto a magnitude, vítimas, comportamento das pessoas e efetividade da resposta e atividades de encerramento; • Será encarregado de administrar e executar o Plano uma vez declarada a emergência; • Preparar relatórios anuais sobre a execução do Plano e recomendações de melhoria; e • Preparar relatórios depois de cada evento.
Brigadistas	<ul style="list-style-type: none"> • Aplicar os conhecimentos adquiridos durante a capacitação recebida para enfrentar as emergências; • Realizar inspeções periódicas a fim de determinar os riscos e medidas de prevenção a adotar; • Verificar que o equipamento necessário para atendimento a emergências esteja em bom estado, e solicitar reposição em caso contrário; • Realizar os simulados planejados; • Avaliar os danos causados frente um eventual desastre e reportar os mesmos ao Coordenador Geral; • Determinar o melhor momento para evacuação de pessoas depois de avaliar os danos causados; • Garantir que todas as pessoas estão nos pontos de reunião através de uma lista de verificação antes da evacuação; • Levar pessoas acidentadas a lugares seguros e prestar os primeiros socorros e se for o caso conduzir os acidentados para atendimento em centro de saúde mais próximo; e • Informar e solicitar apoio externo ao Coordenador Geral incluindo Defesa Civil.

6.4.7 *Prevenção de Desastres Naturais*

O sistema de prevenção de desastres naturais a ser implantado para os Projetos do **Programa BID I - Integração** contemplam:

- Comunicação SEIL/DER e Coordenador Geral de Emergência; e
- Comunicação Coordenador Geral de Emergência e Defesa Civil.

Comunicação SEIL/DER e Coordenador Geral de Emergência

O Gerente do Grupo de Ação de Emergência (GAE) cuja base operacional será a sede da SEIL/DER deverá estar conectado ao sistema estadual de Defesa Civil para acesso imediato a dados e informações meteorológicas do Instituto Nacional de Meteorologia - INMET.

No caso de aproximação de sistemas meteorológicos que possam afetar a ADA de qualquer um dos Projetos o Gerente do GAE deverá se comunicar imediatamente com o Coordenador Geral de Emergência para dar início ao atendimento as emergências.

A partir desse momento, o Coordenador Geral passará a receber diretamente atualizações do INMET para rastreamento do avanço dos fenômenos meteorológicos e definir com a Brigada as ações de emergência.

Comunicação Coordenador Geral de Emergência e Defesa Civil

Dependendo da intensidade do evento climático o Coordenador Geral entrará em contato direto com o núcleo de Defesa Civil mais próximo do Projeto para, se for o caso, auxiliar na evacuação de áreas sujeitas a alagamento em consonância com as diretrizes da Defesa Civil.

6.4.8 *Programa de Treinamento*

Deve ser elaborado um programa de treinamento para preparar os trabalhadores e contratados para identificar situações potenciais de emergências e estabelecer respostas rápidas e eficazes que garantam a segurança e saúde dos trabalhadores, contratados e comunidades localizadas na área de influência direta do projeto, proteção ao meio ambiente e instalações do projeto. Este programa poderá ser responsabilidade da empresa responsável pela execução da obra, sob orientação da SEIL/DER.

Além disso, o programa de treinamento deverá incluir:

- Realizar treinamento em atendimento a emergência a todos os trabalhadores novos diretos e indiretos que ingressarem no projeto;

- Capacitar os trabalhadores nos procedimentos de resposta a emergência;
- Fazer uma orientação aos visitantes do projeto com relação aos passos a seguir caso ocorra uma emergência;
- Realizar simulados para atendimento as ameaças específicas identificadas na ADA. Os resultados dos simulados deverão ser documentados e fazer parte dos treinamentos; e
- Estabelecer um cronograma para realização dos treinamentos ao longo do ano.

7

CONCLUSÃO

O Estudo Ambiental Complementar do Projeto de Implantação do **Contorno Oeste de Marechal Cândido Rondon** realizou uma análise crítica dos riscos ambientais e sociais relacionados no estudo ambiental e identificou algumas oportunidades de melhoria.

Na avaliação de impactos no Meio Físico foram identificadas lacunas com relação à avaliação de ruídos, análise da qualidade das águas, da qualidade do ar e na avaliação de passivos ambientais.

Na avaliação de impactos no Meio Socioeconômico existem oportunidades relacionadas às expectativas na população quanto às obras, em relação à especulação Imobiliária, alteração na qualidade de vida, melhoria advinda da indenização proveniente dos lotes desapropriados, redução da pressão de tráfego local e melhoria da organização e modificação da taxa de acidentes. Complementarmente foram realizadas consultas públicas para auxiliar na construção da linha de base social que deverá ser atualizada através de um acompanhamento periódico dos seus componentes.

Os Programas Ambientais previstos no estudo ambiental abrangem uma série de medidas mitigadoras para atender as diversas fases das obras e necessitam de um detalhamento executivo dessas medidas para implantação.

Além dos Programas Ambientais, foram propostos outros instrumentos de gestão de impactos e riscos, direcionados a questões de gênero, reassentamento, comunicação e relacionamento e desastres naturais. Esses instrumentos estão sistematizados no formato de Planos de Ação, foram elaborados de acordo com as políticas operacionais do BID e devem ser, portanto, adotados para garantir o atendimento a todos os requisitos do BID no que se refere à gestão de impactos, e o pleno desenvolvimento do Projeto.

Finalmente, deve-se ressaltar que a SEIL/DER mostram através de sua atuação nesse processo possuir capacidade técnica e organizativa para

implementar os projetos e planos aqui avaliados de maneira ambiental e socialmente efetivas.

Anexo A

Relatório das Consultas



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO

CONSULTAS PÚBLICAS

RELATÓRIO SÍNTESE

Maio/2017

1 - APRESENTAÇÃO

O presente relatório tem como objetivo descrever as atividades relacionadas às Consultas Públicas realizadas no âmbito do Programa BID I – Integração, compreendendo as etapas pré-consultas (divulgação e organização), realização das Consultas (registros audiovisuais) e pós-consultas (Memória de Reunião e site).

As mesmas foram realizadas pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER em atendimento às Políticas do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID, visando apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes das regiões envolvidas, informações sobre os empreendimentos rodoviários a serem executados em parceria com este Banco.

O principal propósito foi divulgar e colher opiniões e sugestões, além de dirimir dúvidas e oportunizar o amplo conhecimento das obras a serem realizadas, dando transparência a todo processo.

As consultas de que trata esta etapa referem-se à amostra representativa de cada tipo de obra que será realizada ao longo do Programa, conforme cronograma destacado abaixo, sendo que o presente Relatório Preliminar apresenta a documentação e os resultados das sete Consultas Presenciais até então realizadas, as quais seguiram a mesma metodologia quanto às formas de divulgação e na sua realização.

O Relatório estrutura-se da seguinte forma: na primeira seção apresenta-se um Relatório Síntese das Consultas Públicas por meio do qual se descrevem o público alvo, os principais processos de divulgação (anterior, durante e posterior) à realização das mesmas, bem como a execução das Consultas públicas.

Em anexo apresentam-se os Relatórios de cada Consulta Pública da amostra, na seguinte sequência: Marechal Cândido Rondon, Coronel Domingos Soares, São Mateus do Sul, Irati, Mato Rico, Castro e Colombo.

Cada Relatório contém, em arquivos distintos:

- ✓ Memória (ata) da Reunião da Consulta Pública,
- ✓ Lista de convidados;
- ✓ Convites (ofícios) enviados e recebidos;
- ✓ Divulgação - cartazes e fotos de divulgação (pré e pós evento);



- ✓ Roteiro da Consulta Pública;
- ✓ Slides (apresentação do Programa BID)
- ✓ Slides (apresentação Projeto)
- ✓ Lista de presença,
- ✓ Fichas de pergunta.

2 – CONSULTAS PÚBLICAS

O público alvo das Consultas Públicas foi a população diretamente afetada pelo Projeto (proprietários de áreas a serem desapropriadas) ou indiretamente afetada pelo projeto, entidades e associações representativas de diferentes grupos e setores, os quais foram descritos pelo poder público municipal e pelos escritórios regionais do DER.

Compuseram a lista de convidados as instituições representativas dos municípios diretamente e indiretamente envolvidos, bem como os proprietários de áreas e ou edificações que serão desapropriadas.

Estes atores foram caracterizados em planilha de linha de base social.

2.1 Divulgação

As Consultas Públicas foram divulgadas através de convites nominais (Ofício Circular) direcionados às autoridades e representantes da sociedade nos municípios e também através de cartazes, spots de rádio e publicações em jornais regionais.

2.1.1. Convites

Foram enviados convites nominais aos proprietários das áreas afetadas do projeto. Outros foram direcionados às autoridades e representantes da sociedade civil organizada conforme apresenta a tabela a seguir.

2.1.2. Cartazes

Os cartazes de divulgação das Consultas foram fixados em pontos estratégicos dos municípios, priorizando locais com maior concentração e trânsito de pessoas a pedestres, aumentando assim a eficiência na divulgação.

Os cartazes foram fixados em supermercados, lojas e outros locais de grande circulação de pessoas em pontos estratégicos dos dois municípios.

2.1.3. Rádio

A divulgação das Consultas ocorreu também por meio de *spots* de rádios locais com maior audiência nos municípios.

2.1.4. Publicações em jornais

As Consultas foram divulgadas por meio de publicações em jornais de maior circulação nas áreas de influência do empreendimento, os quais encontram-se destacados nos relatórios individuais de cada Consulta em anexo.

2.1.5. Publicações em sites Pós Consulta

Outro meio de divulgação foi o digital, por meio dos SITES da SEIL e do DER e da Rede Social (Facebook).

Neste veículo disponibilizaram-se, para CONSULTA, os links contendo os seguintes documentos: SÍNTESE DO PROJETO e ESTUDO AMBIENTAL dos Projetos, os quais estarão disponíveis por trinta (30) dias a partir da data de realização da respectiva Consulta Pública Presencial:

Disponibilizou-se também um link que remete ao e-mail da OUVIDORIA do DERE da SEIL, bem como o número de telefone 0800-410111, como garantia da permanência do processo de participação da população nos processos, no período pós Consultas Presenciais, por meio dos quais a população poderá recorrer para dirimir dúvidas, críticas e ou sugestões.

2.2 Realização das Consultas Públicas Presenciais

As Consultas Públicas Presenciais ocorreram no período de 24 de abril a 22 de maio de 2017, sendo realizadas nos municípios onde os empreendimentos integrantes da amostra representativa do Programa BID I – Integração serão amis ão determinantes.

O critério da escolha do município a sediar a realização das Consultas levou em conta a maior interferência ou impacto do empreendimento, ou seja, a realização deu-se no município a ser mais beneficiado com a obra.

No caso do empreendimento em São Mateus-Irati, optou-se por realizar duas Consultas (em São Mateus do Sul e Irati) tendo em vista que ambos os municípios serão beneficiados diretamente pela intervenção rodoviária.

PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO				
CRONOGRAMA DE CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS				
OBRAS	Município	DATA	HORÁRIO	LOCAL
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	MARECHAL CÂNDIDO RONDON	24/4/2017	Das 14 hs às 15h30	ACIMACAR -- Associação Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Av. Rio Grande do Sul, 2700 - Loteamento Acimacar - Mal. Cândido Rondon – PR).
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	CEL. DOMINGOS SOARES	26/4/2017	Das 16 hs às 17h30	Câmara de Vereadores (Rua Afonso de Almeida Rocha, 2075, Centro - Cel Domingos Soares)
Construção: Contorno Pato Branco	PATO BRANCO	27/4/2017	Das 10 hs às 11h30	ACEPB - Associação Comercial e Empresarial de Pato Branco (Rua Xavantes, 315 - Pato Branco)
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	SÃO MATEUS DO SUL	3/5/2017	10 hs às 11h30	Centro da Juventude (Rua João Bettega, nº 2263 - Vila Buaski - São Mateus do Sul)
	IRATI	3/5/2017	16h30 hs às 18h	Auditório da 4ª Regional de Saúde (Rua Dr Munhoz da Rocha, nº 244 - Centro - Irati)
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	MATO RICO	4/5/2017	17 hs às 18:30	Centro Poliesportivo (Av das Araucárias sn Centro)
Pavimentação do Acesso ao Contorno Norte de Castro/PR	CASTRO	5/5/2017	Das 16 hs às 17h30	Centro da Juventude de Castro, Rua Raimundo F Gaião, 359 – Vila Rio Branco, Castro
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	COLOMBO	22/5/2017	19 hs	Câmara Municipal de Colombo - Rua Francisco Busato, 8005 - Centro, Colombo

2.2.1 Estrutura local para os eventos

Os locais utilizados para a realização dos eventos foram sugeridos pelos atores locais (Prefeituras Municipais e Regionais do DER), os quais se encarregaram da logística e apoio operacional.

No *hall* de entrada dos auditórios foram montadas as recepções do evento contendo a mesa de preenchimento da lista de presença e um espaço para café e água. O acesso aos auditórios foi liberado somente após o preenchimento da lista de presença, para melhor controle dos participantes.



Foram utilizados sistemas de som e projeção em telão ao fundo do palco para a realização das apresentações.

2.2.2 Consultas Públicas Presenciais

Compareceram aos eventos representantes das Prefeituras, das Câmaras de Vereadores dos municípios envolvidos diretamente com o empreendimento e de municípios vizinhos, representantes do Ministério Público, de ONGS, de associações e cooperativas, de escolas, hospitais, comerciantes, proprietários das áreas afetadas pelos empreendimentos, representantes de instituições públicas, privadas e para públicas e proprietários de áreas a serem afetadas, além de vários outros interessados da região.

O quadro abaixo apresenta o horário de início e término, bem como o número exato de participantes em cada uma das Consultas Públicas.



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID			
CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	DATA	HORÁRIO	Nº DE PARTICIPANTES
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	24/4/2017	Início: 14h15 Término: 15h20	163
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	26/4/2017	Início: 16h12 Término: 17h22	136
Construção: Contorno Pato Branco	27/4/2017	Início: 10h09 Término: 11h24	79
Pavimentação: São Mateus do Sul -Irati	3/5/2017	Início: 10h22 Término: 12h05	148
	3/5/2017	Início: 16h40 Término: 18h05	103
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	4/5/2017	Início: 17h27 Término: 19h	341
Implantação do Contorno Norte de Castro/PR	5/5/2017	Início: 16h20 Término: 17h15	58
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	22/05/2017	Início: 19h08 Término: 20h52	183



Em todas as Consultas Públicas seguiu-se um mesmo ROTEIRO no qual inicialmente o cerimonial apresentava os objetivos e a programação do evento, dando ênfase aos canais de participação pós consulta presencial.

Na sequência ocorria uma apresentação das principais diretrizes do PROGRAMA BID I – INTEGRAÇÃO. Esta apresentação era realizada por membros da equipe de Coordenação do Programa BID, pela SEIL ou pelo DER

Logo após o(a) Engenheiro(a) - Gerente responsável (Fiscal do Projeto), pelo DER, apresentava os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento (apresentações em anexo)

O quadro abaixo apresenta os respectivos palestrantes responsáveis pelas apresentações nas Consultas Públicas Presenciais:



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID I - INTEGRAÇÃO			
APRESENTAÇÕES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	LOCAL	RESPONSÁVEL	
		Diretrizes do Programa BID	Projeto de Engenharia (DER)
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	Rejane Karam (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	Renata Juliana Bertol (Gerente Técnica da Sup. Regional Oeste do DER)
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	Glauco Lobo (Coordenador Técnico do DER)	Paulo Roberto Melani (Gerente de Operações da Sup. Regional Oeste do DER)
Construção: Contorno Pato Branco	Pato Branco	Glauco Lobo (Coordenador Técnico do DER)	Marcus Vinicius Talamini (Gerente do Escritório Vale do Chopin do DER)
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	São Mateus do Sul	Rejane Karam (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	Glauco Lobo (Coordenador Técnico do DER)
	Irati	Rejane Karam (Chefe de Coordenação de Planejamento da SEIL)	Glauco Lobo (Coordenador Técnico do DER)
Pavimentação Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	Glauco Lobo (Coordenador Técnico do DER)	Eleandro Campos Pereira (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	Glauco Lobo (Coordenador Técnico do DER)	Eleandro Campos Pereira (Engenheiro – Fiscal do Projeto)
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	Glauco Lobo (Coordenador Técnico do DER)	Jefferson Kuster (Engenheiro – Coordenador do Projeto)

E, finalmente, partia-se para a etapa final de debates onde ocorria a participação efetiva da comunidade.

Esta participação foi oportunizada por meio da disponibilidade de FICHAS DE PERGUNTAS por meio da qual o participante inscrevia-se para a manifestação verbal ou escrita.

O quadro abaixo apresenta os resultados das manifestações da plateia, estando as mesmas anexadas a este Relatório.



SECRETARIA DE ESTADO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID			
DEBATES - CONSULTAS PÚBLICAS PRESENCIAIS			
OBRAS	LOCAL	PERGUNTAS	
		VERBAIS	ESCRITAS
Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	Marechal Cândido Rondon	7	4
Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	Coronel Domingos Soares	5	4
Construção: Contorno Pato Branco	Pato Branco	2	4
Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	São Mateus do Sul	3	10
	Irati	4	17
Pavimentação: Pitanga - Mato Rico PR-239	Mato Rico	14	0
Pavimentação do Acesso ao Contorno de Castro (PR-090)	Castro	1	4
Ampliação de Capacidade: Curitiba - Colombo	Colombo	6	15



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A realização das Consultas Públicas permitiu uma primeira aproximação com a comunidade e com atores diretamente afetados pelos projetos.

Oportunizaram, nesse primeiro contato com os diretamente afetados e com as Prefeituras e agentes locais, a possibilidade de atualização das listas e tabelas de desapropriações, tendo em vista que muitas delas foram originárias de projetos de engenharia elaborados há algum tempo atrás.

Os contatos pré-estabelecidos com os proprietários que participaram das Consultas, facilitaram a identificação e aproximação como preparação aos encontros específicos (Consultas) que serão realizadas até meados de julho, entre os proprietários de cada trecho da amostra.

A partir das Consultas foi possível identificar a necessidade de ajuste de alguns projetos de engenharia, com a colaboração daqueles que vivem e conhecem a realidade de seu entorno.

A população e a suas lideranças apontaram, seja na forma escrita ou verbal, suas preocupações e anseios em torno da execução dos projetos.

Os relatórios específicos de cada trecho evidenciam que a população, uma vez conhecedora dos projetos, apontou inúmeras sugestões e até alternativas de engenharia, as quais foram tecnicamente debatidas do ponto de vista técnico, econômico e ambiental com o corpo técnico presente.

Embora esteja apresentado o detalhamento da Consulta Pública realizada em Pato Branco, referente à construção do Contorno daquela cidade, esta obra foi retirada do Programa, durante a Missão de Orientação Estendida, tendo em vista não ter atingido a viabilidade econômica, tornando-se inelegível.



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA ESTRATÉGICO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (BR-L1434)

BID I - INTEGRAÇÃO



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID I - Integração

Datas Relevantes

08/11/2016 – Aprovação COFIEX (Governo Federal)

07/03/2017 – Aprovação Perfil Programa (Diretório BID)

08 a 10/02/2017 – Missão de Identificação

03 a 07/03/2017 – Missão de Orientação

15 a 19/05/2017 – Missão de Análise

Estimativas:

Final de Agosto/2017 – Aprovação Minuta Diretório BID

Final de Setembro/2017 – Assinatura Contrato Empréstimo



CATEGORIAS DE INVERSÃO

1. ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO

1.1. ESTUDOS E PROJETOS

- 1.1.1 Projetos de Engenharia Rodoviária
- 1.1.2 Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental de Rodovias

1.2. ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

- 1.2.1 Apoio Técnico à Preparação e ao Gerenciamento do Programa
- 1.2.2 Auditorias, Avaliação e Monitoramento do Programa

Carteira de Projetos



CATEGORIAS DE INVERSÃO

2. CUSTOS DIRETOS

2.1 AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE RODO E FERROVIÁRIA

- 2.1.1 Reabilitação e Ampliação Capacidade de Rodovias
- 2.1.2 Tratamento de Pontos Críticos em Rodovias
- 2.1.3 Tratamento de Pontos Críticos na Linha Ferrea - FERROESTE

2.2. PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

- 2.2.1 Pavimentação de Rodovias

2.3. CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

- 2.3.1 Construção de Contornos de Cidades

2.4 OBRAS DE REPO TENCIALIZAÇÃO DE TERMINAIS DE CARGAS

- 2.4.1 Acessos Internos
- 2.4.2 Construção Silo

2.5. SUPERVISÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS

Obras Rodoviárias (89%)



CATEGORIAS DE INVERSÃO

3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

3.1. SISTEMAS DE PLANEJAMENTO MULTIMODAL

- 3.1.1 Plano Diretor Rodoviário
- 3.1.2 Planos Diretores Aeroportuários
- 3.1.3 Estudos de Viabilidade - Modal Aquaviário
- 3.1.4 Estudo de Viabilidade dos Centros Logísticos Potenciais
- 3.1.5 Plano Estratégico de Logística e Transportes

3.2. APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO DER

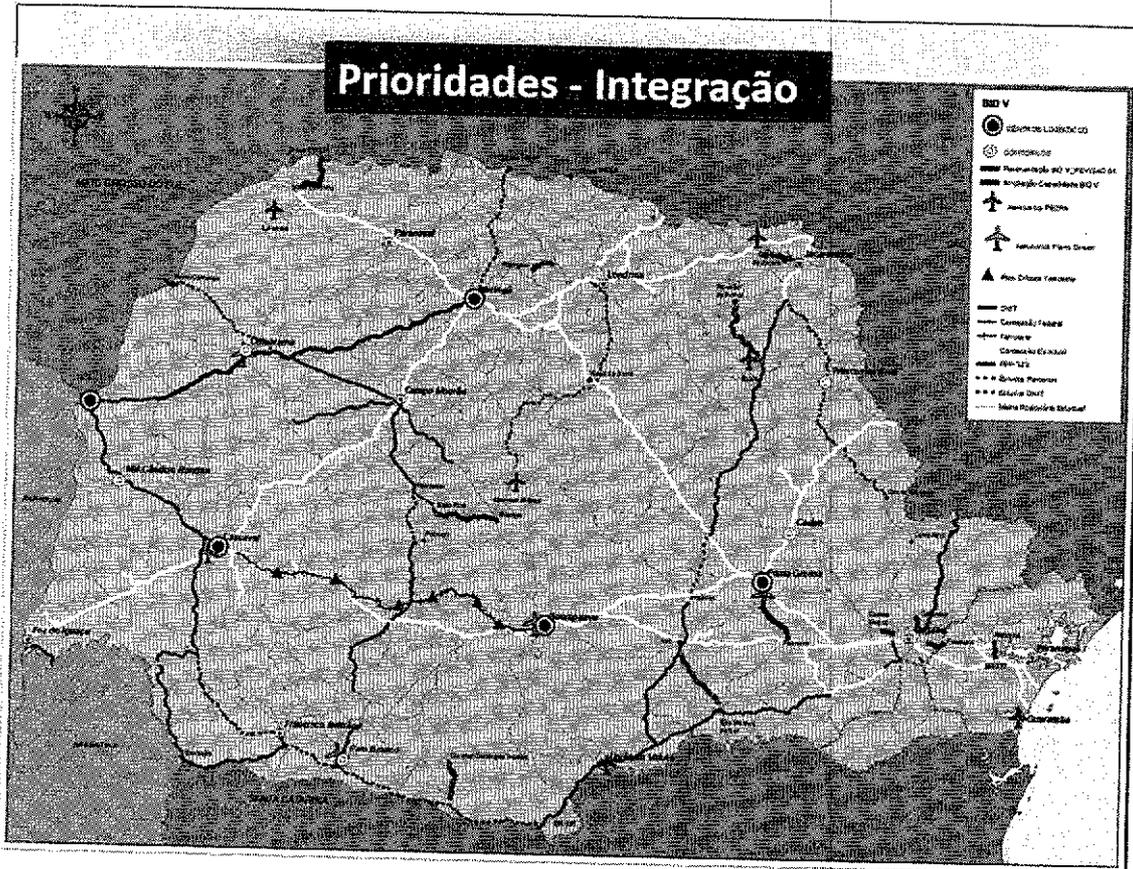
- 3.2.1 Sistemas Informatizados p/ Gestão Sócio-Amb, Projetos Eng. e Prog. Especias
- 3.2.2 Reestruturação e Padronização de Documentos de Licitações
- 3.3.1 Reestruturação das Diretrizes Sócio-Ambientais

Sistemas de Planejamento



BID I - Integração	BID		ESTADO		TOTAL	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
TOTAL DO PROGRAMA	235.000.000	54,0	200.000.000	46,0	435.000.000	100,0

VALORES GLOBAIS DO PROGRAMA



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Obras Rodoviárias

AMOSTRA REPRESENTATIVA

RODOVIA	OBRAS CONSTRUÇÃO	EXT. (km)
CONTORNO	Construção: Contorno de Mal. Cândido Rondon	6,00
CONTORNO	Pavimentação: Contorno de Castro (Lote 2)	2,65
CONTORNO	Construção: Contorno Pato Branco	19,28
PR-912	Pavimentação: Entr. PR-449 - Coronel Domingos Soares	28,00
PR-364	Pavimentação: São Mateus do Sul - Irati	47,71
PR-417	Amp. Cap.: Curitiba - Colombo (Lote 1)	4,24
		107,88



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Preparação do Programa -> SEIL/DER

Execução do Programa -> DER

Valor Global -> U\$ 435 Milhões

Valor Empréstimo -> U\$ 235 Milhões

Prazo de Execução -> 5 anos



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Canais de Comunicação Permanentes

Ouvidoria

www.der.pr.gov.br

Fale Conosco

Escritório Regional Vale do Chopim

Av. Sete de Setembro, 363 – Pato Branco

Fone: (46) 3220-7200



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA ESTRATÉGICO DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA (BR-L1434)

BID I - INTEGRAÇÃO



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



PROGRAMA BID I - Integração

Datas Relevantes

08/11/2016 – Aprovação COFIEX (Governo Federal)

07/03/2017 – Aprovação Perfil Programa (Diretório BID)

08 a 10/02/2017 – Missão de Identificação

03 a 07/03/2017 – Missão de Orientação

15 a 19/05/2017 – Missão de Análise

Estimativas:

Final de Agosto/2017 – Aprovação Minuta Diretório BID

Final de Setembro/2017 – Assinatura Contrato Empréstimo



CATEGORIAS DE INVERSÃO

1. ENGENHARIA E ADMINISTRAÇÃO

1.1. ESTUDOS E PROJETOS

- 1.1.1 Projetos de Engenharia Rodoviária
- 1.1.2 Estudos de Viabilidade Técnica Econômica e Ambiental de Rodovias

1.2. ADMINISTRAÇÃO DO PROGRAMA

- 1.2.1 Apoio Técnico à Preparação e ao Gerenciamento do Programa
- 1.2.2 Auditorias, Avaliação e Monitoramento do Programa

Carteira de Projetos



CATEGORIAS DE INVERSÃO

2. CUSTOS DIRETOS

2.1 AMPLIAÇÃO DA CAPACIDADE RODO E FERROVIÁRIA

- 2.1.1 Reabilitação e Ampliação Capacidade de Rodovias
- 2.1.2 Tratamento de Pontos Críticos em Rodovias
- 2.1.3 Tratamento de Pontos Críticos na Linha Ferrea - FERROESTE

2.2. PAVIMENTAÇÃO DE RODOVIAS

- 2.2.1 Pavimentação de Rodovias

2.3. CONSTRUÇÃO DE RODOVIAS

- 2.3.1 Construção de Contornos de Cidades

2.4 OBRAS DE REPO TENCIALIZAÇÃO DE TERMINAIS DE CARGAS

- 2.4.1 Acessos Internos
- 2.4.2 Construção Silo

2.5. SUPERVISÃO DE OBRAS RODOVIÁRIAS

Obras Rodoviárias (89%)



CATEGORIAS DE INVERSÃO

3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL

3.1. SISTEMAS DE PLANEJAMENTO MULTIMODAL

- 3.1.1 Plano Diretor Rodoviário
- 3.1.2 Planos Diretores Aeroportuários
- 3.1.3 Estudos de Viabilidade - Modal Aquaviário
- 3.1.4 Estudo de Viabilidade dos Centros Logísticos Potenciais
- 3.1.5 Plano Estratégico de Logística e Transportes

3.2. APOIO AO DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL DO DER

- 3.2.1 Sistemas Informatizados p/ Gestão Sócio-Amb, Projetos Eng. e Prog. Especias
- 3.2.2 Reestruturação e Padronização de Documentos de Licitações
- 3.3.1 Reestruturação das Diretrizes Sócio-Ambientais

Sistemas de Planejamento



BID I - Integração	BID		ESTADO		TOTAL	
	US\$	%	US\$	%	US\$	%
TOTAL DO PROGRAMA	235.000.000	54,0	200.000.000	46,0	435.000.000	100,0

VALORES GLOBAIS DO PROGRAMA



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Preparação do Programa -> SEIL/DER

Execução do Programa -> DER

Valor Global -> U\$ 435 Milhões

Valor Empréstimo -> U\$ 235 Milhões

Prazo de Execução -> 5 anos



SECRETARIA DE INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM



Canais de Comunicação Permanentes

Ouvidoria

www.der.pr.gov.br

Fale Conosco

Escritório Regional Vale do Chopim

Av. Sete de Setembro, 363 – Pato Branco

Fone: (46) 3220-7200

0



Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL
Departamento de Estradas de Rodagem- DER
Banco Interamericano de Desenvolvimento



ATA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – Construção do Contorno de Marechal Cândido Rondon

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
24/04/2017	14h15	15h20	ACIMACAR - Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Av. Rio Grande do Sul, 2700 - Loteamento Acimacar - Mal. Cândido Rondon – PR)

2. Participantes

Vide lista de presença anexa.

3. Pauta

Item	Descrição
1	CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - Este evento realizado no âmbito do Programa BID I – Integração que trata da realização de Consulta Pública Presencial para a discussão e publicidade do empreendimento rodoviário “Construção do Contorno de Marechal Cândido Rondon, obra integrante do referido Programa de financiamento externo.

4. Relato da reunião

Cerimonial

Josil Voidela Baptista: Coordenadora de Planejamento da SEIL apresentou os objetivos da Reunião, destacando que o evento atendia a uma política do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Expôs que o principal objetivo era o de abrir um canal de comunicação com a população para dirimir dúvidas e esclarecer acerca da possível execução da obra do Contorno de Marechal Cândido Rondon. Esclareceu sobre a programação da Reunião, alertando que havia a disponibilidade de participação por meio de inscrição junto às atendentes, utilizando-se de fichas para manifestação escrita ou verbal. Alertou sobre a importância de assinatura das listas de presença e esclareceu que a Consulta teria a duração de uma hora e trinta minutos (1h30). Enfatizou que todas as contribuições seriam respondidas pelo contato indicado na ficha de perguntas, a despeito da disponibilidade de tempo.

Apresentou o link da SEIL e do DER no qual seria possível a comunicação com a comunidade pós Consulta Presencial, alertando que o material de consulta (Síntese do Projeto e Estudo Ambiental) estará disponível por trinta dias para consulta pública e apresentou também o link da OUVIDORIA do DER, argumentando que o mesmo se constitui em canal permanente de comunicação com a população.

Rejane Karam: Chefe de Coordenação de Planos e Programas da SEIL apresentou as diretrizes do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística - BID I – Integração. Destacou um cronograma apresentando as datas mais relevantes para a efetivação do Programa, ressaltando que há uma estimativa de Assinatura do Contrato de Financiamento para o mês de Setembro de 2017. Apresentou os quadros com as componentes de categorias de inversão na qual destaca a concentração do Programa (89%) em Obras Rodoviárias mas argumenta que há importantes componentes de fortalecimento institucional e de estudos e ações multimodais a serem executadas no Programa. Revelou os valores globais do Programa, o qual totaliza US\$ 435 milhões, sendo US\$ 235 milhões oriundos de financiamento e US\$ 200 de recursos de contrapartidas do Estado. Destaca, por meio de mapa, as obras a serem executadas pelo Programa, destacando a sua abrangência. Destaca que o Contorno de Mal Cândido Rondon integra um rol de outras seis obras selecionadas como amostra representativa do Programa e finalmente enfatiza que o prazo de execução do programa é de no máximo cinco anos, podendo ser executado em menor tempo.

Renata Juliana Bertol: Gerente Técnica da Sup. Regional Oeste do DER e Engenheira Fiscal do Projeto



ATA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – Construção do Contorno de Marechal Cândido Rondon

“Contorno de Marechal Cândido Rondon” apresentou os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento. Destacou a sua localização, objetivos e principais características técnicas do empreendimento. Demonstrou por meio de imagens as intervenções a serem executadas e ressaltou os principais benefícios do empreendimento: redução considerável do tempo de viagem, melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação, redução da poeira e adores no perímetro urbano dentre outros. Alertou, ainda, a população quanto às possíveis interferências durante a execução da obra: vibração dos equipamentos, poeira e ruídos, desvio de tráfego, mudança de localização da ciclovia e outros. **VIDEO:** Atendendo a um pedido da Comunidade apresentou-se um vídeo (com duração de 3 minutos) produzido pelo Laboratório de Educação Continuada da UNIOESTE o qual evidenciou os impactos negativos do atual trecho rodoviário sobre a atividade educacional nas escolas localizadas neste espaço urbano, em decorrência do alto número de veículos de cargas que transitam defronte à escola Jean Piaget.

DEBATES: Foram inscritas quatro (04) perguntas escritas e seis (06) inscritos para uso da palavra. De acordo com o critério de inscrição e, intercalando-se as duas modalidades, foram estas as intervenções:

- 1) Senhora Anelise Verona – Escola Jean Piaget – fez uso da palavra comentando sobre as condições adversas impostas sobre o aprendizado dos alunos diante da poeira e dos adores decorrentes das cargas transportadas ao longo da rodovia atual que passa em frente à Escola Jean Piaget.
- 2) Senhora Aparecida dará de Souza – APM Escola Jean Piaget leu o texto de alguns alunos que relataram ter problemas de saúde e de aprendizado prejudicados pela rodovia atual.
- 3) Sr Irineu Plínio Gish (Corretora Beira Lago) pergunta: “Quando o Contorno Sul entrará em pauta para tirar o fluxo de veículos da Avenida (central e fora).
 Resposta: Foi respondido que o objeto da consulta pública era o contorno Oeste, que o contorno Sul não havia sido estudado, por se tratar de outra localidade e tráfego envolvidos, no entanto, o prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon pediu a palavra, e informou que a administração municipal vem feito esforços no sentido de viabilizar recursos para a recuperação do contorno Sul.
- 4) Sr Leandro Krauze pergunta “ Qual o critério para escolha do local, sendo possível viabilizar um existente (curvado a linha horizonte)
 Resposta: Foi explicado que esses locais não foram incluídos no estudo, por se tratar de áreas urbanizadas.
- 5) Sr Fredi Rockembach pergunta: “Existem outros acessos que poderiam ser pavimentados (Lira e Curvado) por que não foi pensado nisso antes”
 Resposta: Foi explicado que a estrada do Lira foi uma das opções de traçado estudadas, e que foi preferida por descaracterizar a função de contorno, por estar inserida no perímetro urbano.
- 6) Sr Sr Fredi Rockembach pergunta: “ Quanto à qualidade da pavimentação e fiscalização e acompanhamento: sendo que em outras nações, pavimentações mais antigas apresentam os problemas apresentados em nossas rodovias”
 Resposta: Foi explicado que o acompanhamento será feito com todo o rigor necessário, que além de equipe do DER, haverá acompanhamento dos trabalhos por parte do BID. Ainda, foi explicado que o tipo de modal de transporte utilizado do Brasil é essencialmente rodoviário, diferentemente de outros países, onde o transporte ferroviário é bastante presente, e que esse excesso de carga diminui a vida útil do pavimento.
- 7) Sr Gerson (ACIMACAR) comenta que o objeto de discussão é o Contorno Oeste ressaltando sobre a sua importância.

0



Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL
Departamento de Estradas de Rodagem- DER
Banco Interamericano de Desenvolvimento



ATA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – Construção do Contorno de Marechal Cândido Rondon

- 8) Sr Marcio Rauber (Prefeito Municipal): ressalta que sobre o Contorno Sul está interagindo com o Governo do Estado para viabilizar o projeto e a obra.
- 9) Sra Rosangela Suszek (Eletromais)
- 10) Sra Vanda Martins (UNIOESTE)

Às 15h18, perguntou-se se algum dos presentes tinha mais alguma manifestação.

Às 15h20, a Senhora Josil Voidela Baptista agradeceu, em nome do Governo do Estado do Paraná, a presença e participação de todos, declarando encerrada a sessão de Consulta Pública Presencial em Marechal Cândido Rondon.

5. Responsável pela Ata

0



Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL
Departamento de Estradas de Rodagem- DER
Banco Interamericano de Desenvolvimento



ATA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – Construção do Contorno de Marechal Cândido Rondon

1. Dados da Reunião

Data	Hora inicial	Hora final	Local
24/04/2017	14h15	15h20	ACIMACAR - Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon (Av. Rio Grande do Sul, 2700 - Loteamento Acimacar - Mal. Cândido Rondon – PR)

2. Participantes

Vide lista de presença anexa.

3. Pauta

Item	Descrição
1	CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL - Este evento realizado no âmbito do Programa BID I – Integração que trata da realização de Consulta Pública Presencial para a discussão e publicidade do empreendimento rodoviário “Construção do Contorno de Marechal Cândido Rondon, obra integrante do referido Programa de financiamento externo.

4. Relato da reunião

Cerimonial

Josil Voidela Baptista: Coordenadora de Planejamento da SEIL apresentou os objetivos da Reunião, destacando que o evento atendia a uma política do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID. Expôs que o principal objetivo era o de abrir um canal de comunicação com a população para dirimir dúvidas e esclarecer acerca da possível execução da obra do Contorno de Marechal Cândido Rondon. Esclareceu sobre a programação da Reunião, alertando que havia a disponibilidade de participação por meio de inscrição junto às atendentes, utilizando-se de fichas para manifestação escrita ou verbal. Alertou sobre a importância de assinatura das listas de presença e esclareceu que a Consulta teria a duração de uma hora e trinta minutos (1h30). Enfatizou que todas as contribuições seriam respondidas pelo contato indicado na ficha de perguntas, a despeito da disponibilidade de tempo.

Apresentou o link da SEIL e do DER no qual seria possível a comunicação com a comunidade pós Consulta Presencial, alertando que o material de consulta (Síntese do Projeto e Estudo Ambiental) estará disponível por trinta dias para consulta pública e apresentou também o link da OUVIDORIA do DER, argumentando que o mesmo se constitui em canal permanente de comunicação com a população.

Rejane Karam: Chefe de Coordenação de Planos e Programas da SEIL apresentou as diretrizes do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística - BID I – Integração. Destacou um cronograma apresentando as datas mais relevantes para a efetivação do Programa, ressaltando que há uma estimativa de Assinatura do Contrato de Financiamento para o mês de Setembro de 2017. Apresentou os quadros com as componentes de categorias de inversão na qual destaca a concentração do Programa (89%) em Obras Rodoviárias mas argumenta que há importantes componentes de fortalecimento institucional e de estudos e ações multimodais a serem executadas no Programa. Revelou os valores globais do Programa, o qual totaliza US\$ 435 milhões, sendo US\$ 235 milhões oriundos de financiamento e US\$ 200 de recursos de contrapartidas do Estado. Destaca, por meio de mapa, as obras a serem executadas pelo Programa, destacando a sua abrangência. Destaca que o Contorno de Mal Cândido Rondon integra um rol de outras seis obras selecionadas como amostra representativa do Programa e finalmente enfatiza que o prazo de execução do programa é de no máximo cinco anos, podendo ser executado em menor tempo.

Renata Juliana Bertol: Gerente Técnica da Sup. Regional Oeste do DER e Engenheira Fiscal do Projeto



ATA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – Construção do Contorno de Marechal Cândido Rondon

“Contorno de Marechal Cândido Rondon” apresentou os aspectos técnicos mais relevantes do empreendimento. Destacou a sua localização, objetivos e principais características técnicas do empreendimento. Demonstrou por meio de imagens as intervenções a serem executadas e ressaltou os principais benefícios do empreendimento: redução considerável do tempo de viagem, melhoria do acesso aos serviços de saúde e educação, redução da poeira e adores no perímetro urbano dentre outros. Alertou, ainda, a população quanto às possíveis interferências durante a execução da obra: vibração dos equipamentos, poeira e ruídos, desvio de tráfego, mudança de localização da ciclovia e outros. **VIDEO:** Atendendo a um pedido da Comunidade apresentou-se um vídeo (com duração de 3 minutos) produzido pelo Laboratório de Educação Continuada da UNIOESTE o qual evidenciou os impactos negativos do atual trecho rodoviário sobre a atividade educacional nas escolas localizadas neste espaço urbano, em decorrência do alto número de veículos de cargas que transitam defronte à escola Jean Piaget.

DEBATES: Foram inscritas quatro (04) perguntas escritas e seis (06) inscritos para uso da palavra. De acordo com o critério de inscrição e, intercalando-se as duas modalidades, foram estas as intervenções:

- 1) Senhora Anelise Verona – Escola Jean Piaget – fez uso da palavra comentando sobre as condições adversas impostas sobre o aprendizado dos alunos diante da poeira e dos adores decorrentes das cargas transportadas ao longo da rodovia atual que passa em frente à Escola Jean Piaget.
- 2) Senhora Aparecida dará de Souza – APM Escola Jean Piaget leu o texto de alguns alunos que relataram ter problemas de saúde e de aprendizado prejudicados pela rodovia atual.
- 3) Sr Irineu Plínio Gish (Corretora Beira Lago) pergunta: “Quando o Contorno Sul entrará em pauta para tirar o fluxo de veículos da Avenida (central e fora).
 Resposta: Foi respondido que o objeto da consulta pública era o contorno Oeste, que o contorno Sul não havia sido estudado, por se tratar de outra localidade e tráfego envolvidos, no entanto, o prefeito do Município de Marechal Cândido Rondon pediu a palavra, e informou que a administração municipal vem feito esforços no sentido de viabilizar recursos para a recuperação do contorno Sul.
- 4) Sr Leandro Krauze pergunta “ Qual o critério para escolha do local, sendo possível viabilizar um existente (curvado a linha horizonte)
 Resposta: Foi explicado que esses locais não foram incluídos no estudo, por se tratar de áreas urbanizadas.
- 5) Sr Fredi Rockembach pergunta: “Existem outros acessos que poderiam ser pavimentados (Lira e Curvado) por que não foi pensado nisso antes”
 Resposta: Foi explicado que a estrada do Lira foi uma das opções de traçado estudadas, e que foi preferida por descaracterizar a função de contorno, por estar inserida no perímetro urbano.
- 6) Sr Sr Fredi Rockembach pergunta: “ Quanto à qualidade da pavimentação e fiscalização e acompanhamento: sendo que em outras nações, pavimentações mais antigas apresentam os problemas apresentados em nossas rodovias”
 Resposta: Foi explicado que o acompanhamento será feito com todo o rigor necessário, que além de equipe do DER, haverá acompanhamento dos trabalhos por parte do BID. Ainda, foi explicado que o tipo de modal de transporte utilizado do Brasil é essencialmente rodoviário, diferentemente de outros países, onde o transporte ferroviário é bastante presente, e que esse excesso de carga diminui a vida útil do pavimento.
- 7) Sr Gerson (ACIMACAR) comenta que o objeto de discussão é o Contorno Oeste ressaltando sobre a sua importância.

0



Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL
Departamento de Estradas de Rodagem- DER
Banco Interamericano de Desenvolvimento



ATA DE REUNIÃO

Nome da Reunião: CONSULTA PÚBLICA – Construção do Contorno de Marechal Cândido Rondon

- 8) Sr Marcio Rauber (Prefeito Municipal): ressalta que sobre o Contorno Sul está interagindo com o Governo do Estado para viabilizar o projeto e a obra.
- 9) Sra Rosangela Suszek (Eletromais)
- 10) Sra Vanda Martins (UNIOESTE)

Às 15h18, perguntou-se se algum dos presentes tinha mais alguma manifestação.

Às 15h20, a Senhora Josil Voidela Baptista agradeceu, em nome do Governo do Estado do Paraná, a presença e participação de todos, declarando encerrada a sessão de Consulta Pública Presencial em Marechal Cândido Rondon.

5. Responsável pela Ata

MARECHAL
CÂNDIDO RONDON

CARTAZES
FIXADOS

MARECHAL CANDIDO RONDON



Cartaz afixado na Acimacar

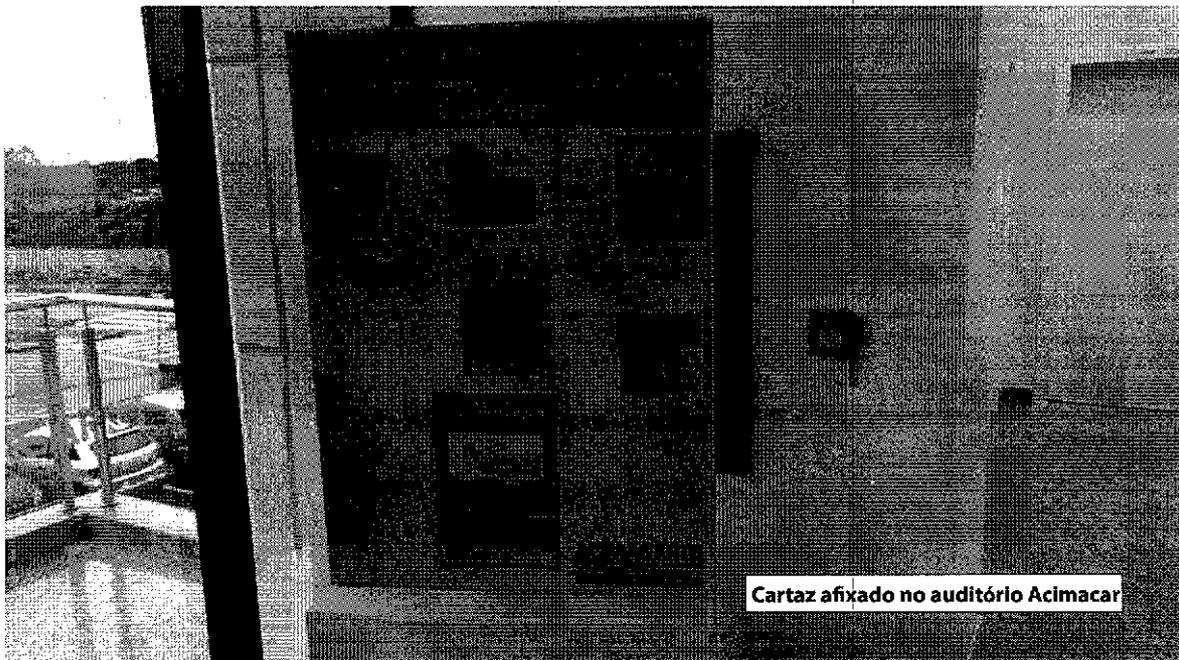


Cartaz afixado na Escola 25 de Março

MARECHAL CANDIDO RONDON

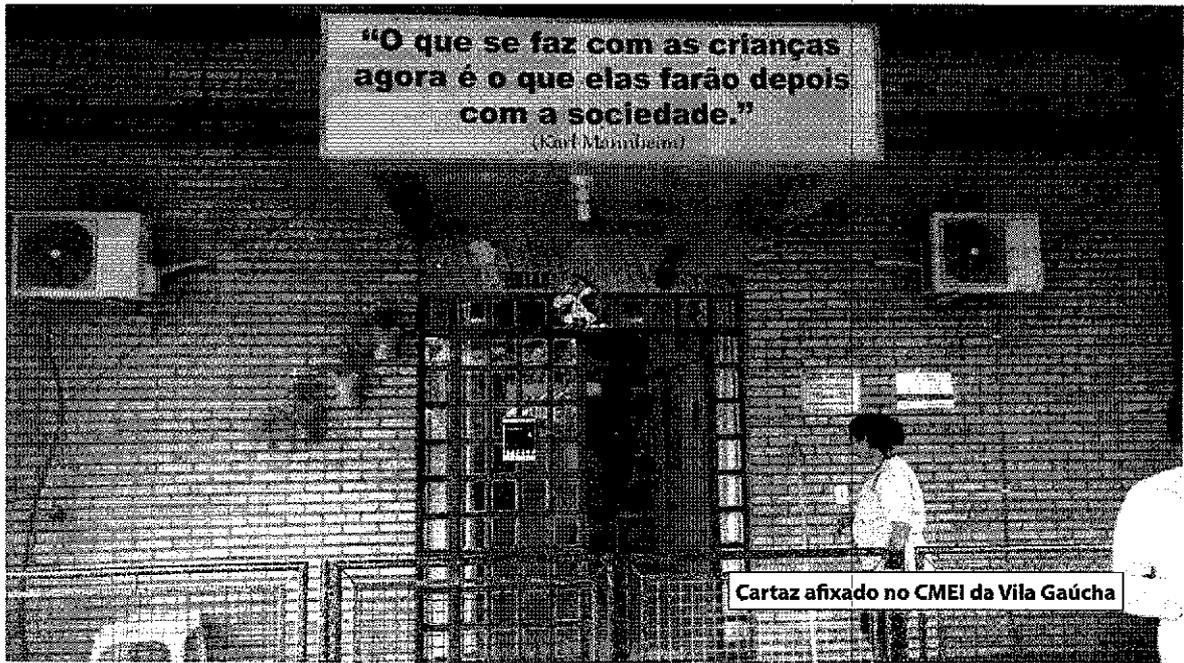


Cartaz afixado na Escola Jean Piaget

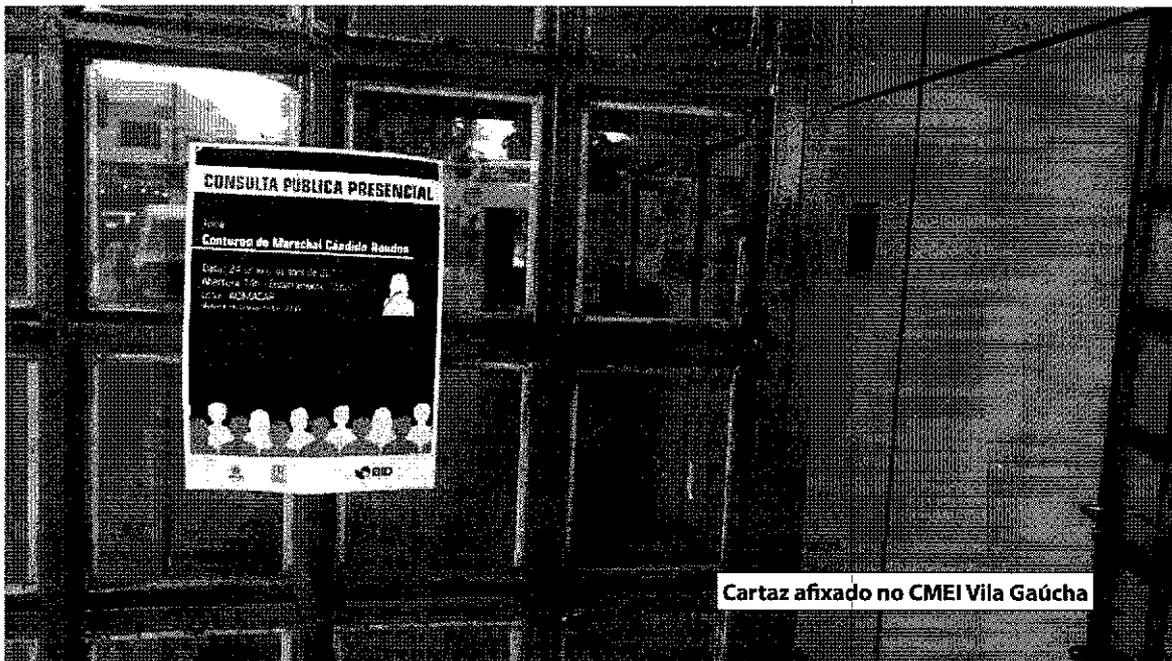


Cartaz afixado no auditório Acimacar

MARECHAL CANDIDO RONDON



MARECHAL CANDIDO RONDON

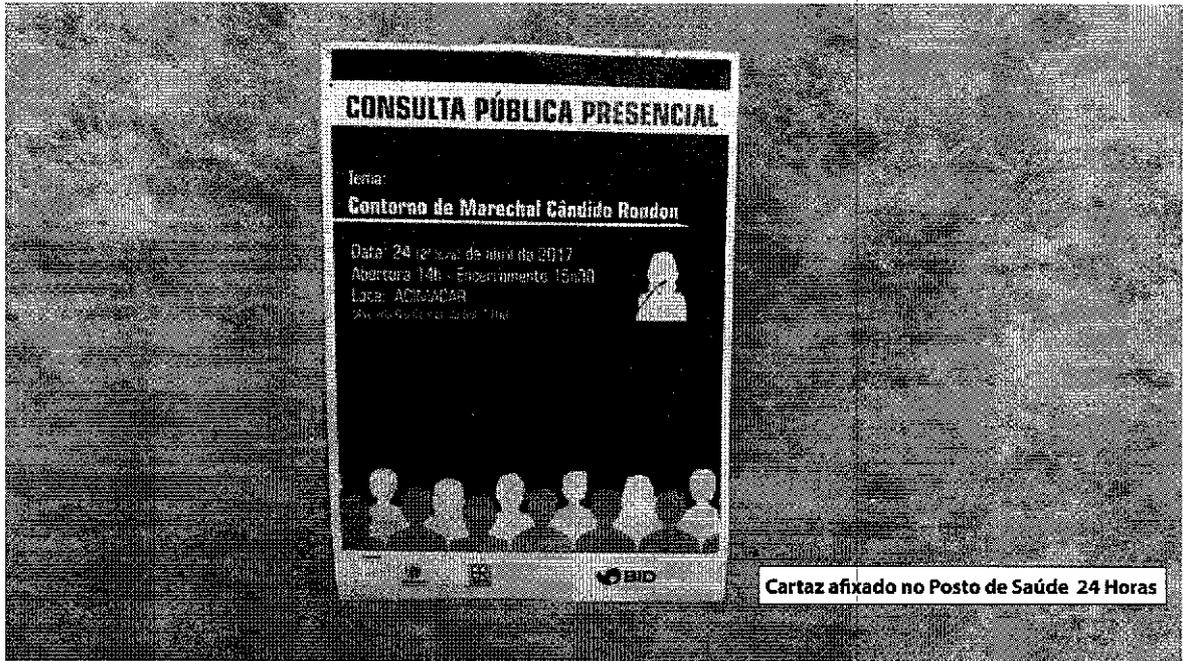


Cartaz afixado no CMEI Vila Gaúcha



Cartaz afixado no mural da prefeitura

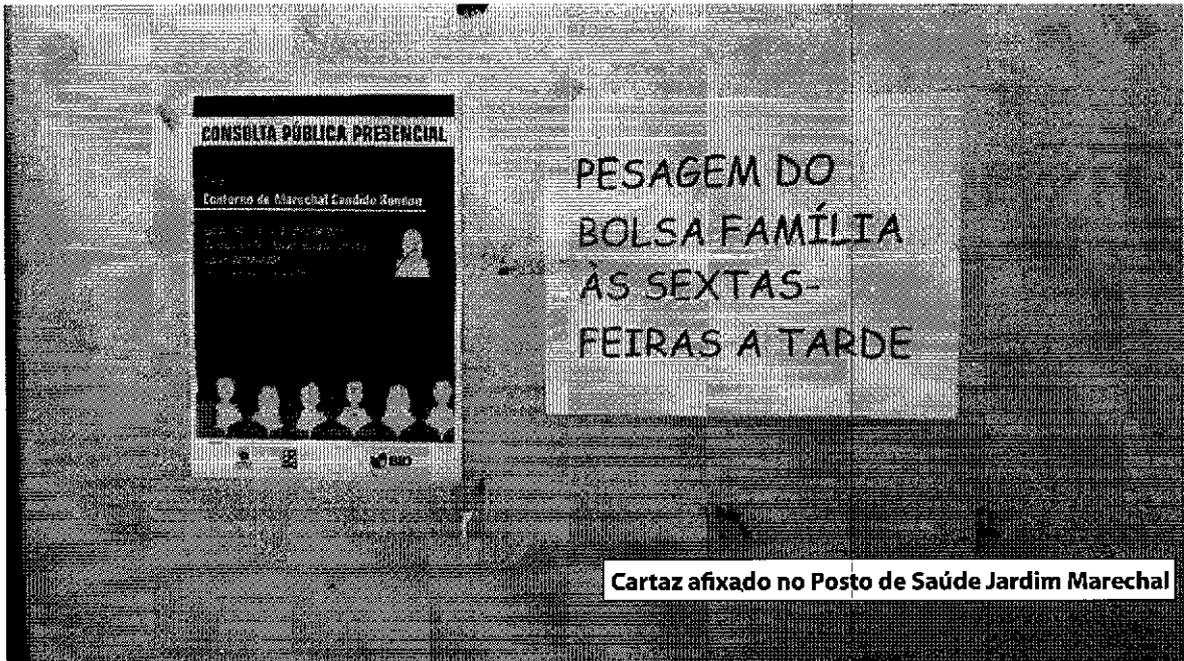
MARECHAL CANDIDO RONDON



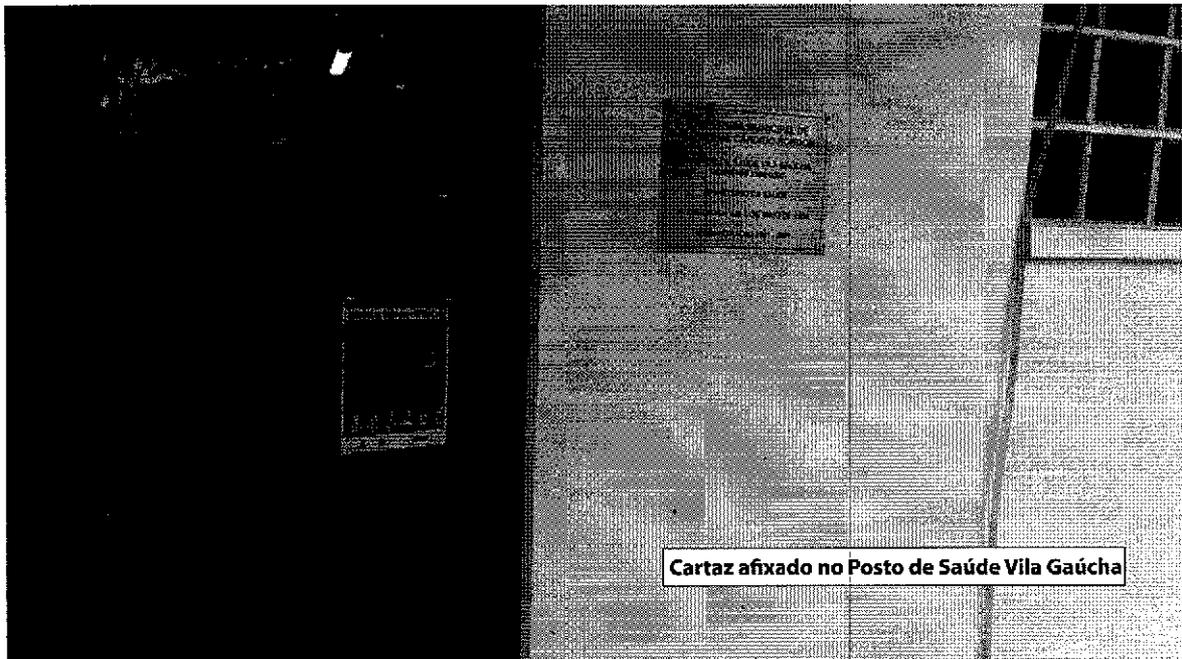
Cartaz afixado no Posto de Saúde 24 Horas



MARECHAL CANDIDO RONDON



Cartaz afixado no Posto de Saúde Jardim Marechal



Cartaz afixado no Posto de Saúde Vila Gaúcha

MARECHAL
CÂNDIDO RONDON

DIVULGAÇÃO
PRÉ-EVENTO



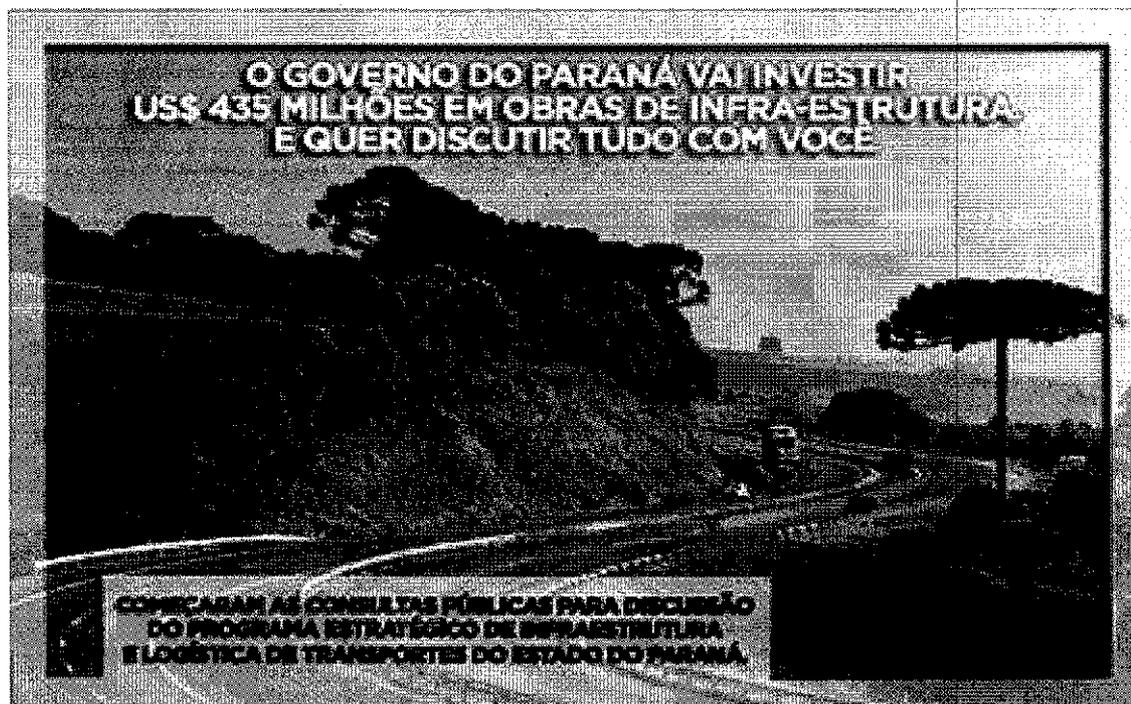
Rossoni

17 h · 🌐

O governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão fazendo audiências públicas para divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes. São US\$ 435 milhões em investimentos. O dinheiro vem de financiamento do BID e de contrapartidas do governo do Paraná.

A primeira consulta pública foi em Marechal Cândido Rondon. Quarta (26) será em Coronel Domingos Soares e quinta (27) em Pato Branco.

c/ Governo do Estado do Paraná



👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar





Prefeitura de Marechal Cândido Rondon

19 de abril às 09:16 · 🌐

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

Veja no site: [https://marechalcandidorondon.atende.net/...](https://marechalcandidorondon.atende.net/)

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema

Contorno de Marechal Cândido Rondon



Data: 24 (quarta) de abril de 2017

Abertura: 14h - Encerramento: 15h30

Local: ACIMACAR

(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)



Parceiros



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



Prefeitura de Marechal Cândido Rondon compartilhou a publicação de Airton Kraemer.

Publicado por Airton Kraemer [?] · 21 de abril às 13:31 · 🌐



Airton Kraemer com César Reck e Adriel Marcelo.

21 de abril às 13:30 · 🌐

Grandes profissionais, César Reck e Adriel Marcelo, na Difusora AM e FM,, mesmo no feriado, ajudando a divulgar a audiência pública de segunda-feira, às 14h, na Acimacar, sobre o contorno oeste de Marechal Rondon.

348 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação



Prefeitura de Marechal Cândido Rondon
@PrefeituraDeMarechalCandidoRondon

- Página inicial
- Sobre
- Fotos
- Curtidas
- Vídeos
- Promoções
- Eventos
- Publicações
- Avaliações
- Serviços
- Loja
- Notas
- Ofertas

Criar anúncio

Curtir Seguinte Compartilhar

Curtir · Responder · Enviar mensagem · 1 · 19 de abril às 13:05
Andreia Tais Hoelscher Cancian Legal, vários assistir
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 2 · 19 de abril às 13:13
Ver mais 2 comentários

Prefeitura de Marechal Cândido Rondon
Publicado por Luiz Fernando Cerri 171 · 19 de abril às 09:16 ·
Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon
Veja no site: [https://marechalcandidorondon.atefnde.net/...](https://marechalcandidorondon.atefnde.net/)

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Contorno de Marechal Cândido Rondon

Data: 24 (quinta) de abril de 2017
Abertura 14h - Encerramento 15h30
Local: ACIMACAR
(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)

1.565 pessoas alcançadas **Impulsionar publicação**

Curtir Comentar Compartilhar
Rômulo Peres Peres, Marcio Cemy e outras 6 pessoas
4 compartilhamentos
Escreva um comentário...

+ Adicionar um botão

Página oficial da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon.

4.505 curtidas
Elizabeth Amorim e outros 2 amigos curtiram isso

0 pessoas estiveram aqui

Sobre Ver tudo

Rua Espírito Santo, 777
85.960-000 Marechal Cândido Rondon
(45) 3284-8828
Normalmente responde em um dia
Enviar mensagem
<http://mcr.pr.gov.br/> **Promover site**
Organização governamental

Pessoas também curtiram

ACIMACAR
Organização

Portal Rondon
Empresa de mídia/notícias

Copagri
Serviços agrícolas

The screenshot shows the website 'A Gazeta Web' with a navigation menu at the top. The main content area features a large black banner with white text for a public hearing. Below the banner, there is a section titled 'CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL' with a sub-header 'Contorno de Marechal Cândido Rondon'. To the right of this section is a text block titled 'MARECHAL CÂNDIDO RONDON' providing details about the hearing. On the far right, there are two smaller images: one showing a map of the city and another showing a person speaking at a podium.

Contorno de Marechal Cândido Rondon

Data: 24 (2ª feira) de abril de 2017
Abertura 14h - Encerramento 15h30
Local: ACIMACAR
(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)
Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Contorno de Marechal Cândido Rondon
Data: 24 de abril de 2017
Abertura: 14h - Encerramento: 15h30
Local: ACIMACAR
(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)

MARECHAL CÂNDIDO RONDON

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar de audiência sobre o contorno do contorno oeste, a audiência para ouvir as opiniões da comunidade sobre o contorno de Marechal Rondon. A audiência pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no salão de reuniões, situado no antigo mercado. A participação é aberta a todos os interessados.

O contorno é uma via de acesso de 500m, interligando o acesso à rodovia BR-163, com o acesso à rodovia BR-163, que está em processo de construção pelo governo municipal de Marechal Rondon.

O plano traçado de caminhos, principalmente os que envolvem áreas verdes, como de salinas e de campos, tem caráter quase decorativo nos moldes da cidade. Para o prefeito Marco Riboldi, é importante que a comunidade se manifeste para que os limites sejam respeitados e o projeto seja de

NOTÍCIAS



Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

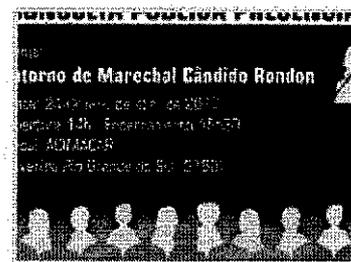
19 de Abril de 2017 às 09:14

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, "é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras".

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.



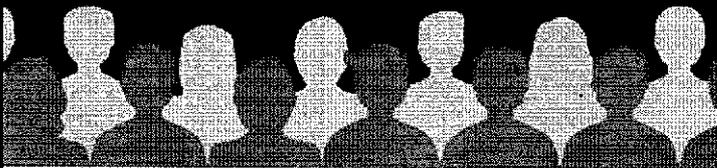
[Clique para ver todas as imagens](#)

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:

Contorno de Marechal Cândido Rondon

Data: 24 (quarta) de abril de 2017
Abertura 14h - Encerramento 15h30
Local: ACIMACAR
(Avenida Rio Branco de São, 2700)



Paraná



Prefeitura de Marechal Cândido Rondon

Página curtida · 18 de abril ·

Curtir Comentar Compartilhar

2

Comentários mais relevantes



Rafael Luiz Se alguém souber de uma vaga em escritório contábil aí em marechal, por favor avisem, experiência área fiscal e RH

Curtir · Responder · 18 de abril às 18:21



Escreva um comentário...

Páginas sugeridas

Ver tudo



Jornal O Presente

11 mil pessoas curtiram isso.

Curtir

Consulta Pública debate sobre Contorno Oeste em Marechal Rondon

Representantes sociais, membros de grupos organizados, representantes políticos e comunidade atenderam ao chamado para o evento

Um projeto viário que atende os anseios de munícipes de Marechal Cândido Rondon e também de cidades vizinhas está se tornando realidade. Um importante passo para a liberação dos recursos foi realizado nesta segunda-feira (24), na sede da Acimacar -Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon-, onde aconteceu a Consulta Pública referente a obra. Representantes sociais, membros de grupos organizados, representantes políticos e comunidade atenderam ao chamado para o evento.

A consulta é uma política do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o qual fará a liberação dos recursos. O objetivo é apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes das regiões envolvidas, informações referentes ao Contorno Oeste, uma rodovia de aproximadamente 6 quilômetros que ligará a BR 163 a PR 467. A implantação tem o objetivo de retirar o tráfego pesado de caminhões das ruas pertencentes à área urbana de Marechal Cândido Rondon.

O deputado estadual Elio Rusch pleiteia a construção do Contorno Oeste há vários anos, agora com a realização da Consulta Pública as ações prévias estão progredindo e a obra está entre as primeiras que serão contempladas com os recursos do BID.

“Foi um evento unicamente técnico, onde os representantes do SEIL e do DER esclareceram os questionamentos dos presentes. Esta Consulta é uma exigência do BID, e estou feliz porque o Contorno Oeste é um projeto pelo qual trabalho há muito tempo e esta consulta é o sinal que as etapas para a implantação estão acontecendo”, confirmou o deputado Elio Rusch.

A Consulta Pública foi um atendimento feito pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, entre os representantes estavam Josil Voidela Baptista, coordenadora de planejamento da SEIL; representante da Superintendência Regional Oeste do DER, Renata Juliana Bertol, e Janice Kazmierczak Soares, engenheira civil da coordenadoria técnica do DER.

A Consulta contou com a presença de um grande público e também representantes da população, entre eles o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Marcio Rauber; vice-prefeito, Ilário Hofstaetter; e vereadores.

Consulta Pública debate sobre Contorno Oeste em Marechal Rondon

A Consulta Pública é uma política do BID para a posterior liberação de recursos.



24/04/2017 às 22:00 - por Da Assessoria

Um projeto viário que atende os anseios de municípios de Marechal Cândido Rondon e também de cidades vizinhas está se tornando realidade. Um importante passo para a liberação dos recursos foi realizado nesta segunda-feira (24), na sede da Acimacar (Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon), onde aconteceu a Consulta Pública referente a obra. Representantes sociais, membros de grupos organizados, representantes políticos e comunidade atenderam ao chamado para o evento.

A consulta é uma política do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o qual fará a liberação dos recursos. O objetivo é apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes das regiões envolvidas, informações referentes ao Contorno Oeste, uma rodovia de aproximadamente 6 quilômetros que ligará a BR 163 a PR 467. A implantação tem o objetivo de retirar o tráfego pesado de caminhões das ruas pertencentes à área urbana de Marechal Cândido Rondon.

O deputado estadual Elio Rusch pleiteia a construção do Contorno Oeste há vários anos, agora com a realização da Consulta Pública as ações prévias estão progredindo e a obra está entre as primeiras que serão contempladas com os recursos do BID. "Foi um evento unicamente técnico, onde os representantes do SEIL e do DER esdarcaram os questionamentos dos presentes. Esta Consulta é uma exigência do BID, e estou feliz porque o Contorno Oeste é um projeto pelo qual trabalho há muito tempo e esta consulta é o sinal que as etapas para a implantação estão acontecendo", confirmou o deputado Elio Rusch.

A Consulta Pública foi um atendimento feito pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, entre os representantes estavam Josil Voidela Baptista, coordenadora de planejamento da SEIL; representante da Superintendência Regional Oeste do DER, Renata Juliana Bertol, e Janice Kazmierczak Soares, engenheira civil da coordenação técnica do DER.

A Consulta contou com a presença de um grande público e também representantes da população, entre eles o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Marcio Rauber; vice-prefeito, Mário Hofstaetter; e vereadores.

REGIÃO

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon



23/04/2017 às 20:00 - Atualizado em 23/04/2017 às 15:42 - por Da Assessoria

A comunidade de Marechal Cândido Rondon está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a esta segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimaçar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, “é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela avenida Rio Grande do Sul, rua Minas Gerais e outras”.

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR-163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

Prefeito quer fazer Anel Viário, mas quer certeza de aporte do Estado

A cada ano o questionamento vem à tona no setor político, empresarial e nas rodas de conversa: até quando o Anel Viário permanecerá em más condições de tráfego? Criado há cerca de 30 anos para desviar veículos de grande porte como caminhões e carretas do centro da cidade, o Contorno Sul, ou Anel Viário, há muito tempo não cumpre sua finalidade. Dessa maneira, é impossível que os veículos “carga pesada” deixem de atravessar a sede urbana de Marechal Cândido Rondon, passando por uma escola e empresas como restaurantes e lanchonetes.

De acordo com o presidente da Câmara de Vereadores, Pedro Rauber, uma obra dessa envergadura foge dos recursos do município. “O prefeito está empenhado, já esteve em Curitiba e o governador se mostrou simpático a essa ideia de resolvermos o problema do Anel Viário. Evidentemente nós tiraríamos o aborrecimento que nos traz o tráfego de cargas vivas passando próximo dos restaurantes, lanchonetes e do comércio. Então não vai faltar empenho para que nós possamos resolver definitivamente esse problema que causa muita dor de cabeça à nossa sociedade e que vem se arrastando por muitos e muitos anos”, diz.

Pedro pede um pouco de paciência à população. “Não é do dia para a noite que nós vamos resolver se em 16 anos não foi resolvido. Mas o empenho do prefeito, o nosso e o empenho do deputado Elio Rusch jamais vai faltar. Eu quero crer que muito em breve a gente possa resolver esse transtorno para a nossa sociedade”, menciona.

Pedido protocolado

Em entrevista ao Jornal O Presente, o prefeito Marcio Rauber declarou ter todo interesse e boa vontade em realizar a obra, mas para isso quer ter a certeza de aporte financeiro do Governo do Estado. Além de oferecer um local adequado para que caminhões e carretas escoem a produção oriunda dos distritos de Margarida e São Roque, o mandatário diz que a obra é essencial para proporcionar segurança aos cidadãos que andam a pé, de bicicleta ou em veículos menores na cidade. “Protocolamos junto ao Governo do Estado, mais especificamente no DER (Departamento de Estradas de Rodagem), um pedido para que esta obra seja refeita. Quase que toda ela precisa ser reconstruída. Houve uma demonstração do diretor do DER, porém ele depende de recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Então, vamos continuar as tratativas à medida que esses recursos forem liberados através de um financiamento que o Governo do Estado está fazendo junto ao BID. O que nós queremos é refazer esta obra importante para retirar o tráfego de caminhões da Avenida Rio Grande do Sul e da Rua Minas Gerais. Nós estamos imbuídos com o intuito de resolver este problema que há muitos anos incomoda os rondonenses”, garante.

Marcio salienta que para reconstruir o Anel Viário é preciso ter sinalização positiva do Governo do Estado, tendo em vista que dois projetos já foram encomendados. “Foi gasto dinheiro com isso por parte do município e também da Associação Comercial. Foram projetos que caíram, mas foi gasto dinheiro com isso. Primeiro eu quero uma sinalização positiva do Governo do Estado para que daí a gente realize um projeto para que seja executada essa obra. Não adianta eu gastar mais uma vez dinheiro sem ter uma sinalização positiva. Primeiro é a tratativa com o Governo do Estado, depois de sinalizado que existe possibilidade, aí sim vamos refazer o projeto para desenvolver todos os trâmites e conseguir recuperar esta obra”, afirma.

O prefeito pontua que não há como determinar um prazo para que a reconstrução seja iniciada, mas diz que vai buscar todas as possibilidades para que o projeto enfim saia do papel. “A comunidade pode ter certeza de que o Anel Viário será recuperado. Em 2017? Não. Mas em 2018, 2019, até o final do nosso mandato essa obra será reconstruída”, enfatiza.

Contorno Oeste será tema de audiência na segunda-feira

A comunidade rondonense está convidada a participar da discussão sobre a construção do Contorno Oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para as 14 horas de segunda-feira (24), no auditório da Acimacar. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição a partir da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em parceria com o governo municipal.

O projeto do DER prevê a construção do traçado rodoviário interligando a PR-467, na região da Unidade Industrial de Aves da Copagrill, à BR-163, nas proximidades do futuro frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. Conforme o deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo Governo do Estado e deve ser iniciada ainda neste ano.

O presidente do Poder Legislativo, vereador Pedro Rauber, menciona que a obra não tem data fixada. “As primeiras medidas foram tomadas, a licitação e os recursos parecem estar alocados. O Contorno Oeste e a ideia de ligar o asfalto ao contorno representam um passo gigantesco a Marechal Rondon. Tenho certeza de que a gente vai ajustando e diminuindo as dificuldades ao povo de Marechal Cândido Rondon”, considera.

Para o prefeito Marcio Rauber, a tendência é de que a obra do Contorno Oeste seja iniciada neste ano. “Os recursos vêm do BID, sendo que nós teremos audiência do Governo do Estado com o BID na segunda-feira. A obra já está licitada, então falta apenas a ordem de serviço. Falta parte do recurso porque existe contrapartida do Estado junto ao financiamento, mas assinado o financiamento com o BID a obra vai sair. Queremos convidar a população para participar dessa audiência convocada pelo Estado para apresentação deste projeto, dos procedimentos que serão adotados e ver se a população tem interesse. É óbvio que tem, porque todos nós temos”, enaltece.

“Tenho certeza de que esta obra vai iniciar este ano porque é muito importante para Marechal Cândido Rondon. Ela é mais importante do que o Contorno Sul porque retira os caminhões que trafegam no centro da cidade com cargas pesadas e cargas vivas”, finaliza.

O deputado Elio Rusch e o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Marcio Rauber receberam confirmação nessa segunda-feira (13), em audiência no DER, de que as obras do Contorno Oeste devem ser iniciadas ainda esse ano.

A informação é dada pelo diretor-geral do DER, Nelson Leal em audiência que também tratou sobre as construções do Anel Viário e a terceira faixa de pista na região da Vila do Curvado. Todos os pleitos, de iniciativa do deputado Elio Rusch, foram nessa ocasião mais uma vez reiterados pelo deputado e agora também pelo novo prefeito do município.

Nelson Leal reforçou o compromisso firmado com o deputado anteriormente e em entrevista à Rádio Difusora de Marechal Rondon, tranquilizou os ouvintes quanto a execução das obras reivindicadas.

"O deputado Elio Rusch, quase que semanalmente tem vindo ao DER buscar respostas sobre o Contorno Oeste e outros pleitos de sua autoria. A execução das obras está licitada. Assim que a secretaria da fazenda liberar receitas, as obras serão iniciadas", disse Nelson Leal

Ele mencionou que outras obras de melhorias na malha viária da região oeste como de Quatro Pontes a Novo Sarandi (em execução) bem como de Marechal Rondon a Pato Bragado e de Entre Rios do Oeste a Santa Helena que serão executadas nos próximos dias.

"Saímos dessa audiência com boas expectativas. As obras são importantíssimas para o município. Estamos acompanhando passo-a-passo os trâmites necessários para a conclusão dos projetos, pleitos que já viemos lutando por sua conquista", disse o deputado Elio Rusch ao reforçar palavras do diretor-geral do DER, Nelson Leal.

"A obra do Contorno Oeste está no orçamento desse ano. Ela está inclusa no financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que esteve no Paraná recentemente representado por uma comissão para analisar essas e outras obras pelo Estado".

O prefeito Marcio Rauber vê com bons olhos a receptividade do diretor-geral do DER e disse que estará constantemente em parceria com o deputado Elio Rusch acompanhando o desenrolar dessa missão.

"Estamos esperançosos de que esse ano iremos ver o início das obras do Contorno Oeste", declarou o prefeito Marcio.

Contorno Oeste no orçamento de 2012

O deputado Elio Rusch anunciou, também, que avançaram os entendimentos com o governador Beto Richa e o secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho (Papa), visando a construção do contorno oeste na cidade de Marechal Cândido Rondon. Segundo ele, nesta semana o governador e o secretário garantiram que no orçamento do estado para 2012 será incluída uma dotação específica para esta importante obra.

O contorno oeste servirá para desviar do centro da cidade o tráfego pesado, ligando a BR-163 (Rodovia Rondon-Gueira) à PR-495 (Rodovia Rondon-Santa Helena). Rusch adiantou que está lutando, ainda, para incluir no projeto a ser elaborado pelo DER uma passagem de nível para o entroncamento do futuro contorno oeste com a BR-163, como forma de oferecer o máximo de segurança aos motoristas.

Da mesma forma, o deputado anunciou que a construção do contorno viário na cidade de Pelotina também será incluída no orçamento do estado para o próximo ano. A confirmação, segundo Rusch, foi feita pelo próprio governador Beto Richa em contato com o deputado nesta semana, levando em conta que a prefeitura pelotinaense já possui o projeto de engenharia para a execução da obra.



19/04/2017 14:32 | Autor: Maguinho

Compartilhar

Audiência pública vai discutir construção do Contorno Oeste em Mal. Rondon

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões.

O encontro será segunda-feira no auditório da Acimacar

A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira, às 14h00, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal.

A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID –Banco Interamericano de Desenvolvimento - instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade.

Para o prefeito Marcio Rauber, “é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras”.

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagri, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte.

De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.



SERVIÇOS

NOTÍCIAS

ACESSO À INFORMAÇÃO



20.04.2017
Escolas municipais rondonenses recebem o projeto



20.04.2017
Marechal Rondon passará a ter CEP para cada rua



20.04.2017
Rotary doa livros infantis para escolas municipais

NOTÍCIAS



Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

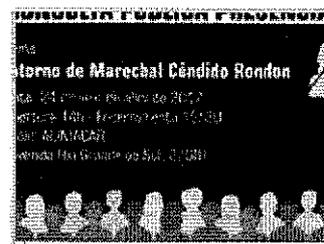
19 de Abril de 2017 às 09:14

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, "é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras".

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.



[Clique para ver todas as imagens](#)

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

Assessoria



Compartilhar 14

Tweealar

G+ 0

19/04/2017 às 15:20 - Atualizado em 19/04/2017 às 15:20

PUBLICIDADE

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID –Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, “é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras”.

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagrill, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

<http://www.opresente.com.br/marechal/2017/04/audiencia-publica-discutira-contorno-oeste-de-marechal-rondon/2357078/>

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte.

19 de abril de 2017 • Marechal Cândido Rondon • Cotidiano

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:
Contorno de Marechal Cândido Rondon

Data: 24 (segunda) de abril de 2017
Abertura 14h - Encerramento 15h30
Local: ACIMACAR
(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID –Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado

de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, "é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras".

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizont

Marechal Cândido Rondon | 19/04/2017 | 10:24 | Assessoria



A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, "é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras".

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

Elio Rusch participa de sessão da Câmara e confirma obras para Marechal Rondon

O deputado estadual Elio Rusch participou na noite desta segunda-feira (17) da 11ª sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. Durante seu pronunciamento (veja na íntegra), o parlamentar – que iniciou sua carreira política há exatos 40 anos quando assumiu o primeiro mandato de vereador no Legislativo rondonense, falou sobre a atual situação econômica do Estado e confirmou o início para breve de importantes obras aguardadas pela população local.

Elio Rusch enfatizou como correta a decisão do governador Beto Richa de promover no início do seu segundo mandato uma série de ajustes fiscais, os quais permitiram que hoje o Paraná seja um dos poucos Estados do país que consegue, apesar da crise econômica, manter os salários do funcionalismo em dia e ainda realizar investimentos em setores prioritários para a população.

Especificamente para Marechal Cândido Rondon, o deputado esclareceu em que situação se encontram os trâmites de três importantes obras, às quais ele assegura estar dispendendo bastante atenção junto ao Governo do Paraná para que sejam concretizadas.

É o caso do Contorno Oeste, que fará a ligação entre a BR-163 e a PR-467, desviando do centro da cidade parte importante do tráfego de caminhões. Elio Rusch informou que a proposta para a liberação de recursos já se encontra no Banco Mundial (BIRD). “Esta é uma realidade. A obra está com a licitação homologada, agora só falta a liberação dos recursos, que deve acontecer nos próximos meses”, anuncia. Antes, atendendo a nova exigência do BIRD para liberar o financiamento, a proposta precisa ser aprovada também em audiência pública, a ser realizada dentro de algumas semanas com a população rondonense.

Com relação à construção da sede própria do Batalhão de Fronteira (BPFron), o projeto também está no BIRD e os recursos já foram depositados, informa o deputado. “O que falta (para o início das obras) é a empresa que elaborou o projeto arquitetônico acertar alguns detalhes para então licitar a obra”, explica.

Em sua manifestação na sessão da Câmara, o parlamentar ainda confirmou que está em andamento a elaboração do projeto para construção da terceira pista na rodovia PR-467, no trecho entre a sede rondonense e a Vila Curvado. De acordo com Elio Rusch, o DER deslocou ainda no ano passado equipe para fazer o levantamento do tráfego desde o trevo de Iguaporã até a cidade de Marechal Cândido Rondon. Porém, ainda não há recursos elencados para a execução da melhoria. Mas, o deputado assegura que continuará trabalhando “para que isso se tome realidade”.



Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:

Contorno de Marechal Cândido Rondon



Data: 24 (2ª feira) de abril de 2017

Abertura 14h - Encerramento 15h30

Local: ACIMACAR

(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)



Realização:



A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados...

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, “é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras”.

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagri, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

MARECHAL
CÂNDIDO RONDON

DIVULGAÇÃO
PÓS-EVENTO

NOTÍCIAS



Comunidade atende ao chamado e discute contorno oeste em Marechal Rondon

24 de Abril de 2017 às 17:19

O auditório da Associação Comercial e Empresarial de Marechal Rondon -Acimacar, ficou lotado na tarde desta segunda-feira (24), na realização da audiência pública para discutir o projeto de construção do contorno oeste, obra que visa desviar do centro da cidade o tráfego de caminhões. O evento foi organizado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, com apoio da administração municipal, por uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo paranaense está viabilizando o financiamento da obra, com custo previsto em cerca de R\$ 21 milhões.

A comunidade rondonense atendeu ao chamado e participou ativamente das discussões sobre o projeto de engenharia. O público foi formado por empresários, lideranças políticas e comunitárias e, principalmente, moradores das vias públicas onde atualmente o trânsito de veículos pesados causa transtornos. Destaque para a participação de professores e diretores de escolas situadas na Avenida Rio Grande do Sul e na Rua Minas Gerais, que apresentaram relatos de alunos em protesto contra a poluição atmosférica e sonora causada pelo intenso tráfego de caminhões.

Pelas manifestações populares, mostrou-se consensual a confirmação da construção do contorno oeste, numa extensão de seis quilômetros, interligando a PR-467, proximidades do frigorífico de aves da Copagrill, à BR-163, nas imediações do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte.

A obra é uma antiga reivindicação da comunidade rondonense. A sua inclusão no plano de investimentos do governo do Paraná é fruto da interveniência e da insistência do deputado estadual Elio Rusch. Após a audiência pública, a SEIL prossegue com os trâmites para dar andamento ao projeto. A estimativa é de que o início da obra aconteça neste ano, com prazo de execução de dezoito meses.



Clique para ver todas as imagens

Imagens Relacionadas





Prefeitura de Marechal Cândido Rondon adicionou 2 novas fotos.

24 de abril às 17:21 · 🌐

Comunidade atende ao chamado e discute contorno peste em Marechal Rondon

Veja no site: [https://marechalcandidorondon.atende.net/...](https://marechalcandidorondon.atende.net/)



👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



Clique para ampliar

Rondon quer contorno para retirar caminhões do centro

Rondon – Líderes dos mais variados setores organizados de Marechal Cândido Rondon participaram de audiência pública, na noite de segunda-feira na Acimacar, para debater sobre o projeto do Contorno Oeste. O objetivo da obra é tirar o tráfego pesado do centro da cidade. O evento foi organizado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística com apoio da administração municipal por uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição que financiará os R\$ 21 milhões necessários para tirar o empreendimento do papel.

A comunidade atendeu ao cha-

mado e participou ativamente das discussões sobre o projeto de engenharia. O público foi formado por empresários, líderes políticos e comunitários e, principalmente, moradores das vias públicas onde atualmente o trânsito de veículos pesados causa transtornos. Destaque para a participação de professores e diretores de escolas situadas na Avenida Rio Grande do Sul e na Rua Minas Gerais, que apresentaram relatos de alunos em protesto contra a poluição atmosférica e sonora causada pelo intenso tráfego de caminhões.

Pelas manifestações populares, mostrou-se consensual a confirmação da construção do

contorno oeste numa extensão de seis quilômetros, interligando a PR-467, proximidades do frigorífico de aves da Copagrill, à BR-163, nas imediações do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. A obra é uma antiga reivindicação da comunidade. A sua inclusão no plano de investimentos do Governo do Paraná é fruto da intervenção e da insistência do deputado estadual Elio Rusch. Após a audiência pública, a Seil prossegue com os trâmites para dar andamento ao projeto. A estimativa é de que o início da obra aconteça neste ano, com prazo de execução de 18 meses.



Governo realiza consulta pública em Marechal Cândido Rondon

25/04/2017 - 20:10



Cerca de 200 moradores de Marechal Cândido Rondon, participaram da primeira de uma série de consultas públicas que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irão promover em todo o Estado nas próximas semanas.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos no estado.

“Estes recursos serão usados em ações de logística e ferrovias, mas 89% se concentram em obras rodoviárias”, explica Rejane Karam,

coordenadora de Gestão de Planos de Programas de Infraestrutura e Logística da Secretaria. O dinheiro vem de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartidas do governo do Paraná.

CONTORNO OESTE - Marechal Rondon vai receber obras no valor de R\$ 21,3 milhões para a implantação do chamado Contorno Oeste, uma nova pista com extensão de seis quilômetros que fará a ligação entre a BR-163 e a PR-467, desviando o tráfego pesado de caminhões das ruas da área urbana do município.

O novo trecho atende a uma antiga reivindicação dos moradores e comerciantes do município. Edson Juliano Teixeira de Moura é proprietário de um restaurante na cidade e aprova a obra. “Os caminhoneiros são muito importantes para a nossa cidade, que tem os frigoríficos e movimentam a economia, mas é importante e urgente fazer este contorno”, disse.

Dúvidas de moradores, como Moura, foram respondidas depois da apresentação dos técnicos da Secretaria da Infraestrutura. As questões que não foram sanadas no evento serão respondidas na sequência, por e-mail.

PRÓXIMAS CONSULTAS - Até o final de maio serão mais seis consultas públicas. Nesta semana, Coronel Domingos Soares e Pato Branco sediam o evento, respectivamente nesta quarta, 26, e quinta-feira, 27.



Governo realiza consulta pública em Marechal Cândido Rondon

Com seis quilômetros, Contorno Oeste receberá R\$ 21 milhões em investimentos

Lideranças, empresários e pessoas da comunidade participaram, ontem (24), de audiência pública, na Associação Comercial e Empresarial (Acimacar), para discutir a construção do Contorno Oeste, obra que será construída com o objetivo de retirar o tráfego de caminhões da zona urbana de Marechal Cândido Rondon.

A engenheira do projeto e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Renata Bertol, destacou que o projeto está elaborado, mas que o prazo de execução depende do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). “Esta apresentação foi uma exigência do BID, sendo que até setembro sai a resposta se o BID libera o financiamento para que o projeto siga os trâmites”, expôs.

A obra receberá investimentos da ordem de R\$ 21.308.478,04 em um traçado de seis quilômetros. “O trajeto inicia na interseção com a PR-467, cerca de 500 metros antes da Unidade Industrial de Aves da Copagril, com extensão aproximada de seis quilômetros, cujo término será na interseção com a BR-163, nas proximidades do frigorífico de suínos”, detalhou.

Renata enfatizou que, além de fazer o trânsito fluir na cidade, o Contorno Oeste também vai proporcionar mais segurança à população. “A função do contorno é retirar o tráfego pesado e de longa distância das ruas do município. Vai melhorar a trafegabilidade no município e a segurança, além de retirar odores, ruídos e vibrações das ruas”, enalteceu.

A comunidade participou em grande número. Além de assistirem à explanação, várias pessoas apresentaram questionamentos. Entre os casos estão representantes da Escola Municipal Jean Piaget, situada na Rua Minas Gerais, local onde caminhões e carretas dificultam as atividades educacionais de professores e alunos.

Agricultores e empresários também usaram a palavra, lembrando de outro acesso que poderia ser asfaltado para receber o Contorno Oeste. O argumento empregado é de que em outro ponto a estrada poderia gerar menos impacto econômico aos produtores.

Benefícios

Entre os benefícios do empreendimento podem ser citados o desvio do tráfego pesado da sede de Marechal Rondon, redução de ruídos, vibração e odores, assim como o aumento da segurança. Também haverá maior vida útil da malha viária da cidade devido à redução da manutenção das vias urbanas. Outros pontos destacados dizem respeito à valorização das propriedades lindeiras e ao encurtamento de percurso.

A obra do Contorno Oeste provocará interferências em alguns pontos, como exemplo implantação de nova via e desvio do tráfego para execução das passagens em desnível (utilização dos acessos dos viadutos) e desvio da ciclovia existente.

Audiência

A audiência pública é uma exigência do BID, instituição a partir da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública foi coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em parceria com o governo rondonense.

O deputado estadual Elio Rusch pleiteia a construção do Contorno Oeste há vários anos, agora com a realização da Consulta Pública as ações prévias estão progredindo e a obra está entre as primeiras que serão contempladas com os recursos do BID.

“Foi um evento unicamente técnico, onde os representantes do SEIL e do DER esclareceram os questionamentos dos presentes. Esta Consulta é uma exigência do BID, e estou feliz porque o Contorno Oeste é um projeto pelo qual trabalho há muito tempo e esta consulta é o sinal que as etapas para a implantação estão acontecendo”, concluiu o deputado Rusch.



Marechal Rondon - 25/04/2017 14h24 - Atualizado em 25/04/2017 14h34

Autoridades discutem construções do Contorno Oeste em Marechal Rondon

Tráfego irá desviar a carga de veículos pesados da região central da cidade



Compartilhe

O encontro aconteceu na sede a Associação Comercial e Empresarial do município e contou com a participação de políticos, agricultores, autoridade, representantes sociais e membros do Departamento de Estradas de Rodagem, e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Em discussão, a construção do Contorno Oeste, que irá desviar o tráfego de veículos pesados da região central de Marechal Cândido Rondon.

Segundo a diretora da Escola Municipal Jean Piaget, localizada no rota dos caminhões, o barulho constante e o mau cheiro das cargas vivas de aves e suínos atrapalham o andamento das aulas. E o problema foi relatado pelos próprios alunos.

Outra parte interessada são os proprietários de terras por onde a estrada deverá passar. Muitos agricultores não concordam com o trajeto escolhido.

Na propriedade da família Gish o receio é que a estrada passe muito perto das casas.

O produtor rural Roque Rockenbach terá aproximadamente 20 mil metros de sua chácara desapropriados. Ele reconhece a importância que o Contorno representará ao município.

A obra será realizada pelo Governo do Estado. E será financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O valor passa R\$ 21 milhões.

Redação Catve.com



Confira matéria acessando o link:
goo.gl/CzJ2RH

<http://catve.com/noticia/6/181625/autoridades-discutem-construcoes-do-contorno-oeste-em-marechal-rondon>

Comunidade discute construção de contorno (MALal. Candido Rondon)



Confira materia acessando o link:
goo.gl/vG9d1b

<http://g1.globo.com/pr/parana/paranativ-1edicao/videos/t/edicoes/v/comunidade-discute-construcao-de-contorno/5825080/>

Comunidade rondonense participa de audiência pública do contorno oeste

O Presente



Compartilhar 6

Tweelar

G+ 0

24/04/2017 às 16:15 - Atualizado em 24/04/2017 às 16:15

FULLPAGE

Joni Lang/OP



Empresários, autoridades e cidadãos de Marechal Cândido Rondon participaram, na tarde desta segunda-feira (24), de uma audiência pública para discutir a construção do Contorno Oeste. A via será construída para desviar o tráfego pesado do centro e da área urbana.

O encontro é uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública foi coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

Contorno Oeste no orçamento de 2012

O deputado Elio Rusch anunciou, também, que avançaram os entendimentos com o governador Beto Richa e o secretário de Infraestrutura e Logística, José Richa Filho (Papa), visando a construção do contorno oeste na cidade de Marechal Cândido Rondon. Segundo ele, nesta semana o governador e o secretário garantiram que no orçamento do estado para 2012 será incluída uma dotação específica para esta importante obra.

O contorno oeste servirá para desviar do centro da cidade o tráfego pesado, ligando a BR-163 (Rodovia Rondon-Gueira) à PR-495 (Rodovia Rondon-Santa Helena). Rusch adiantou que está lutando, ainda, para incluir no projeto a ser elaborado pelo DER uma passagem de nível para o entroncamento do futuro contorno oeste com a BR-163, como forma de oferecer o máximo de segurança aos motoristas.

Da mesma forma, o deputado anunciou que a construção do contorno viário na cidade de Pelotina também será incluída no orçamento do estado para o próximo ano. A confirmação, segundo Rusch, foi feita pelo próprio governador Beto Richa em contato com o deputado nesta semana, levando em conta que a prefeitura pelotinaense já possui o projeto de engenharia para a execução da obra.



19/04/2017 14:32 | Autor: Maguinho

Compartilhar

Audiência pública vai discutir construção do Contorno Oeste em Mal. Rondon

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões.

O encontro será segunda-feira no auditório da Acimacar

A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira, às 14h00, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal.

A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID –Banco Interamericano de Desenvolvimento - instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade.

Para o prefeito Marcio Rauber, “é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras”.

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagri, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte.

De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.



SERVIÇOS

NOTÍCIAS

ACESSO À INFORMAÇÃO

20/04/2017
Escolas municipais rondonenses recebem o projeto

20/04/2017
Marechal Rondon passará a ter CEP para cada rua

20/04/2017
Rotary doa livros infantis para escolas municipais

NOTÍCIAS



Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

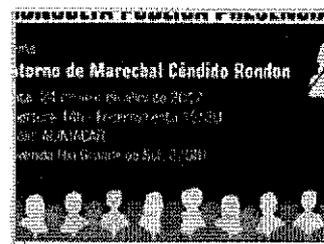
19 de Abril de 2017 às 09:14

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, "é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras".

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.



[Clique para ver todas as imagens](#)

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

Assessoria



Compartilhar 14

Tweealar

G+ 0

19/04/2017 às 15:20 - Atualizado em 19/04/2017 às 15:20

PUBLICIDADE

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID –Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, “é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras”.

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

<http://www.opresente.com.br/marechal/2017/04/audiencia-publica-discutira-contorno-oeste-de-marechal-rondon/2357078/>

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte.

19 de abril de 2017 • Marechal Cândido Rondon • Cotidiano



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:
Contorno de Marechal Cândido Rondon

Data: 24 (segunda) de abril de 2017
Abertura 14h - Encerramento 15h30
Local: ACIMACAR
(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID –Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado

de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, "é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras".

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizont

Marechal Cândido Rondon | 19/04/2017 | 10:24 | Assessoria



A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, "é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras".

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

Elio Rusch participa de sessão da Câmara e confirma obras para Marechal Rondon

O deputado estadual Elio Rusch participou na noite desta segunda-feira (17) da 11ª sessão ordinária da Câmara de Vereadores de Marechal Cândido Rondon. Durante seu pronunciamento (veja na íntegra), o parlamentar – que iniciou sua carreira política há exatos 40 anos quando assumiu o primeiro mandato de vereador no Legislativo rondonense, falou sobre a atual situação econômica do Estado e confirmou o início para breve de importantes obras aguardadas pela população local.

Elio Rusch enfatizou como correta a decisão do governador Beto Richa de promover no início do seu segundo mandato uma série de ajustes fiscais, os quais permitiram que hoje o Paraná seja um dos poucos Estados do país que consegue, apesar da crise econômica, manter os salários do funcionalismo em dia e ainda realizar investimentos em setores prioritários para a população.

Especificamente para Marechal Cândido Rondon, o deputado esclareceu em que situação se encontram os trâmites de três importantes obras, às quais ele assegura estar dispendendo bastante atenção junto ao Governo do Paraná para que sejam concretizadas.

É o caso do Contorno Oeste, que fará a ligação entre a BR-163 e a PR-467, desviando do centro da cidade parte importante do tráfego de caminhões. Elio Rusch informou que a proposta para a liberação de recursos já se encontra no Banco Mundial (BIRD). “Esta é uma realidade. A obra está com a licitação homologada, agora só falta a liberação dos recursos, que deve acontecer nos próximos meses”, anuncia. Antes, atendendo a nova exigência do BIRD para liberar o financiamento, a proposta precisa ser aprovada também em audiência pública, a ser realizada dentro de algumas semanas com a população rondonense.

Com relação à construção da sede própria do Batalhão de Fronteira (BPFron), o projeto também está no BIRD e os recursos já foram depositados, informa o deputado. “O que falta (para o início das obras) é a empresa que elaborou o projeto arquitetônico acertar alguns detalhes para então licitar a obra”, explica.

Em sua manifestação na sessão da Câmara, o parlamentar ainda confirmou que está em andamento a elaboração do projeto para construção da terceira pista na rodovia PR-467, no trecho entre a sede rondonense e a Vila Curvado. De acordo com Elio Rusch, o DER deslocou ainda no ano passado equipe para fazer o levantamento do tráfego desde o trevo de Iguaporã até a cidade de Marechal Cândido Rondon. Porém, ainda não há recursos elencados para a execução da melhoria. Mas, o deputado assegura que continuará trabalhando “para que isso se tome realidade”.



Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:

Contorno de Marechal Cândido Rondon

Data: 24 (2ª feira) de abril de 2017

Abertura 14h - Encerramento 15h30

Local: ACIMACAR

(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)



Realização:



A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados...

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, “é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras”.

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagri, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

MARECHAL
CÂNDIDO RONDON

DIVULGAÇÃO
PÓS-EVENTO

NOTÍCIAS



Comunidade atende ao chamado e discute contorno oeste em Marechal Rondon

24 de Abril de 2017 às 17:19

O auditório da Associação Comercial e Empresarial de Marechal Rondon -Acimacar, ficou lotado na tarde desta segunda-feira (24), na realização da audiência pública para discutir o projeto de construção do contorno oeste, obra que visa desviar do centro da cidade o tráfego de caminhões. O evento foi organizado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, com apoio da administração municipal, por uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo paranaense está viabilizando o financiamento da obra, com custo previsto em cerca de R\$ 21 milhões.

A comunidade rondonense atendeu ao chamado e participou ativamente das discussões sobre o projeto de engenharia. O público foi formado por empresários, lideranças políticas e comunitárias e, principalmente, moradores das vias públicas onde atualmente o trânsito de veículos pesados causa transtornos. Destaque para a participação de professores e diretores de escolas situadas na Avenida Rio Grande do Sul e na Rua Minas Gerais, que apresentaram relatos de alunos em protesto contra a poluição atmosférica e sonora causada pelo intenso tráfego de caminhões.

Pelas manifestações populares, mostrou-se consensual a confirmação da construção do contorno oeste, numa extensão de seis quilômetros, interligando a PR-467, proximidades do frigorífico de aves da Copagril, à BR-163, nas imediações do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte.

A obra é uma antiga reivindicação da comunidade rondonense. A sua inclusão no plano de investimentos do governo do Paraná é fruto da interveniência e da insistência do deputado estadual Elio Rusch.

Após a audiência pública, a SEIL prossegue com os trâmites para dar andamento ao projeto. A estimativa é de que o início da obra aconteça neste ano, com prazo de execução de dezoito meses.



Clique para ver todas as imagens

Imagens Relacionadas





Prefeitura de Marechal Cândido Rondon adicionou 2 novas fotos.

24 de abril às 17:21 · 🌐

Comunidade atende ao chamado e discute contorno peste em Marechal Rondon

Veja no site: [https://marechalcandidorondon.atende.net/...](https://marechalcandidorondon.atende.net/)



👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar



Clique para ampliar

Rondon quer contorno para retirar caminhões do centro

Rondon – Líderes dos mais variados setores organizados de Marechal Cândido Rondon participaram de audiência pública, na noite de segunda-feira na Acimacar, para debater sobre o projeto do Contorno Oeste. O objetivo da obra é tirar o tráfego pesado do centro da cidade. O evento foi organizado pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística com apoio da administração municipal por uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição que financiará os R\$ 21 milhões necessários para tirar o empreendimento do papel.

A comunidade atendeu ao cha-

mado e participou ativamente das discussões sobre o projeto de engenharia. O público foi formado por empresários, líderes políticos e comunitários e, principalmente, moradores das vias públicas onde atualmente o trânsito de veículos pesados causa transtornos. Destaque para a participação de professores e diretores de escolas situadas na Avenida Rio Grande do Sul e na Rua Minas Gerais, que apresentaram relatos de alunos em protesto contra a poluição atmosférica e sonora causada pelo intenso tráfego de caminhões.

Pelas manifestações populares, mostrou-se consensual a confirmação da construção do

contorno oeste numa extensão de seis quilômetros, interligando a PR-467, proximidades do frigorífico de aves da Copagrill, à BR-163, nas imediações do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. A obra é uma antiga reivindicação da comunidade. A sua inclusão no plano de investimentos do Governo do Paraná é fruto da intervenção e da insistência do deputado estadual Elio Rusch. Após a audiência pública, a Seil prossegue com os trâmites para dar andamento ao projeto. A estimativa é de que o início da obra aconteça neste ano, com prazo de execução de 18 meses.



Governo realiza consulta pública em Marechal Cândido Rondon

25/04/2017 - 20:10



Cerca de 200 moradores de Marechal Cândido Rondon, participaram da primeira de uma série de consultas públicas que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irão promover em todo o Estado nas próximas semanas.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos no estado.

“Estes recursos serão usados em ações de logística e ferrovias, mas 89% se concentram em obras rodoviárias”, explica Rejane Karam,

coordenadora de Gestão de Planos de Programas de Infraestrutura e Logística da Secretaria. O dinheiro vem de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartidas do governo do Paraná.

CONTORNO OESTE - Marechal Rondon vai receber obras no valor de R\$ 21,3 milhões para a implantação do chamado Contorno Oeste, uma nova pista com extensão de seis quilômetros que fará a ligação entre a BR-163 e a PR-467, desviando o tráfego pesado de caminhões das ruas da área urbana do município.

O novo trecho atende a uma antiga reivindicação dos moradores e comerciantes do município. Edson Juliano Teixeira de Moura é proprietário de um restaurante na cidade e aprova a obra. “Os caminhoneiros são muito importantes para a nossa cidade, que tem os frigoríficos e movimentam a economia, mas é importante e urgente fazer este contorno”, disse.

Dúvidas de moradores, como Moura, foram respondidas depois da apresentação dos técnicos da Secretaria da Infraestrutura. As questões que não foram sanadas no evento serão respondidas na sequência, por e-mail.

PRÓXIMAS CONSULTAS - Até o final de maio serão mais seis consultas públicas. Nesta semana, Coronel Domingos Soares e Pato Branco sediam o evento, respectivamente nesta quarta, 26, e quinta-feira, 27.



Governo realiza consulta pública em Marechal Cândido Rondon

Com seis quilômetros, Contorno Oeste receberá R\$ 21 milhões em investimentos

Lideranças, empresários e pessoas da comunidade participaram, ontem (24), de audiência pública, na Associação Comercial e Empresarial (Acimacar), para discutir a construção do Contorno Oeste, obra que será construída com o objetivo de retirar o tráfego de caminhões da zona urbana de Marechal Cândido Rondon.

A engenheira do projeto e do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), Renata Bertol, destacou que o projeto está elaborado, mas que o prazo de execução depende do financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). “Esta apresentação foi uma exigência do BID, sendo que até setembro sai a resposta se o BID libera o financiamento para que o projeto siga os trâmites”, expôs.

A obra receberá investimentos da ordem de R\$ 21.308.478,04 em um traçado de seis quilômetros. “O trajeto inicia na interseção com a PR-467, cerca de 500 metros antes da Unidade Industrial de Aves da Copagril, com extensão aproximada de seis quilômetros, cujo término será na interseção com a BR-163, nas proximidades do frigorífico de suínos”, detalhou.

Renata enfatizou que, além de fazer o trânsito fluir na cidade, o Contorno Oeste também vai proporcionar mais segurança à população. “A função do contorno é retirar o tráfego pesado e de longa distância das ruas do município. Vai melhorar a trafegabilidade no município e a segurança, além de retirar odores, ruídos e vibrações das ruas”, enalteceu.

A comunidade participou em grande número. Além de assistirem à explanação, várias pessoas apresentaram questionamentos. Entre os casos estão representantes da Escola Municipal Jean Piaget, situada na Rua Minas Gerais, local onde caminhões e carretas dificultam as atividades educacionais de professores e alunos.

Agricultores e empresários também usaram a palavra, lembrando de outro acesso que poderia ser asfaltado para receber o Contorno Oeste. O argumento empregado é de que em outro ponto a estrada poderia gerar menos impacto econômico aos produtores.

Benefícios

Entre os benefícios do empreendimento podem ser citados o desvio do tráfego pesado da sede de Marechal Rondon, redução de ruídos, vibração e odores, assim como o aumento da segurança. Também haverá maior vida útil da malha viária da cidade devido à redução da manutenção das vias urbanas. Outros pontos destacados dizem respeito à valorização das propriedades lindeiras e ao encurtamento de percurso.

A obra do Contorno Oeste provocará interferências em alguns pontos, como exemplo implantação de nova via e desvio do tráfego para execução das passagens em desnível (utilização dos acessos dos viadutos) e desvio da ciclovia existente.

Audiência

A audiência pública é uma exigência do BID, instituição a partir da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública foi coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em parceria com o governo rondonense.

O deputado estadual Elio Rusch pleiteia a construção do Contorno Oeste há vários anos, agora com a realização da Consulta Pública as ações prévias estão progredindo e a obra está entre as primeiras que serão contempladas com os recursos do BID.

“Foi um evento unicamente técnico, onde os representantes do SEIL e do DER esclareceram os questionamentos dos presentes. Esta Consulta é uma exigência do BID, e estou feliz porque o Contorno Oeste é um projeto pelo qual trabalho há muito tempo e esta consulta é o sinal que as etapas para a implantação estão acontecendo”, concluiu o deputado Rusch.



Marechal Rondon - 25/04/2017 14h24 - Atualizado em 25/04/2017 14h34

Autoridades discutem construções do Contorno Oeste em Marechal Rondon

Tráfego irá desviar a carga de veículos pesados da região central da cidade



Compartilhe

O encontro aconteceu na sede a Associação Comercial e Empresarial do município e contou com a participação de políticos, agricultores, autoridade, representantes sociais e membros do Departamento de Estradas de Rodagem, e da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística.

Em discussão, a construção do Contorno Oeste, que irá desviar o tráfego de veículos pesados da região central de Marechal Cândido Rondon.

Segundo a diretora da Escola Municipal Jean Piaget, localizada no rota dos caminhões, o barulho constante e o mau cheiro das cargas vivas de aves e suínos atrapalham o andamento das aulas. E o problema foi relatado pelos próprios alunos.

Outra parte interessada são os proprietários de terras por onde a estrada deverá passar. Muitos agricultores não concordam com o trajeto escolhido.

Na propriedade da família Gish o receio é que a estrada passe muito perto das casas.

O produtor rural Roque Rockenbach terá aproximadamente 20 mil metros de sua chácara desapropriados. Ele reconhece a importância que o Contorno representará ao município.

A obra será realizada pelo Governo do Estado. E será financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento. O valor passa R\$ 21 milhões.

Redação Catve.com



Confira matéria acessando o link:
goo.gl/CzJ2RH

<http://catve.com/noticia/6/181625/autoridades-discutem-construcoes-do-contorno-oeste-em-marechal-rondon>

Comunidade discute construção de contorno (MALal. Candido Rondon)



Confira materia acessando o link:
goo.gl/vG9d1b

<http://g1.globo.com/pr/parana/paranativ-1edicao/videos/t/edicoes/v/comunidade-discute-construcao-de-contorno/5825080/>

Comunidade rondonense participa de audiência pública do contorno oeste

O Presente



Compartilhar 6

Tweelar

G+ 0

24/04/2017 às 16:15 - Atualizado em 24/04/2017 às 16:15

FULLPAGE

Joni Lang/OP



Empresários, autoridades e cidadãos de Marechal Cândido Rondon participaram, na tarde desta segunda-feira (24), de uma audiência pública para discutir a construção do Contorno Oeste. A via será construída para desviar o tráfego pesado do centro e da área urbana.

O encontro é uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública foi coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.



Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná fez uma transmissão ao vivo.

Publicado por Henrick Loyola Porzycki (?) · 24 de abril às 14:18 · 🌐

Tem início aqui em Marechal Cândido Rondon a primeira de uma série de consultas públicas que a SEIL fará em várias partes do Estado para discutir com a população paranaense os investimentos em obras com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.



1.096 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação



Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná

Publicado por Henrick Loyola Porzycki [?] · 26 de abril às 13:57 ·

Cerca de 200 moradores de Marechal C. Rondon, participaram da primeira de uma série de consultas públicas, que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irão promover em todo o Estado nas próximas semanas. As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado.

Saiba mais: <https://goo.gl/JiIVR8>



676 pessoas alcançadas

[Impulsionar publicação](#)

Curtir

Comentar

Compartilhar



Deputado destaca que Contorno Oeste vai beneficiar municípios da região

A partir da audiência pública realizada semana passada, para discutir e aprovar a construção do Contorno Oeste em Mal Rondon, técnicos do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná dão sequência agora aos trâmites burocráticos para a liberação dos recursos visando o início da obra.

O Contorno custará cerca de 21 milhões de reais, que serão financiados pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nesse valor, não constam os recursos que serão necessários para desapropriação e indenização dos cerca de 20 produtores que terão suas propriedades cortadas pelo Contorno Oeste.

Apesar de alguns questionamentos quanto ao traçado do Contorno Oeste, a audiência pública aprovou a construção da estrada que vai da PRC-467 imediações do BPFRON, até o Frigorífico de Suínos Radar – na BR-163.

O deputado estadual Elio Rusch destaca que o Contorno Oeste não vai beneficiar somente os moradores de Mal Rondon...

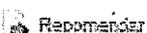
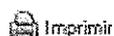
**CONFIRA O AUDIO ACESSANDO O LINK:
goo.gl/uu0dJp**

Governo realiza consulta pública em Marechal Cândido Rondon

Publicado em 24/04/2017 20:00



G+1



Cerca de 200 moradores de Marechal Cândido Rondon, região Oeste do Paraná, participaram da primeira de uma série de consultas públicas que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irão promover em todo o Estado nas próximas semanas.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do programa

Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos no estado.

"Estes recursos serão usados em ações de logística e ferrovias, mas 89% se concentram em obras rodoviárias", explica Rejane Karam, coordenadora de Gestão de Planos de Programas de Infraestrutura e Logística da Secretaria. O dinheiro vem de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartidas do governo do Paraná.

CONTORNO OESTE- Marechal Cândido Rondon vai receber obras no valor de R\$ 21,3 milhões para a implantação do chamado Contorno Oeste, uma nova pista com extensão de seis quilômetros que fará a ligação entre a BR-163 e a PR-467, desviando o tráfego pesado de caminhões das ruas da área urbana do município.

O novo trecho atende a uma antiga reivindicação dos moradores e comerciantes do município. Edson Juliano Teixeira de Moura é proprietário de um restaurante na cidade e aprova a obra. "Os caminhoneiros são muito importantes para a nossa cidade, que tem os frigoríficos e movimentam a economia, mas é importante e urgente fazer este contorno", disse.

Dúvidas de moradores, como Moura, foram respondidas depois da apresentação dos técnicos da Secretaria da Infraestrutura. As questões que não foram sanadas no evento serão respondidas na sequência, por e-mail.

PRÓXIMAS CONSULTAS - Até o final de maio serão mais seis consultas públicas. Nesta semana, Coronel Domingos Soares e Pato Branco sediam o evento, respectivamente quarta (26) e quinta-feira (27).

Infraestrutura e Logística - DER

25/04/2017

Secretaria de Infraestrutura promove consulta pública em Marechal Cândido Rondon

Cerca de 200 moradores de Marechal Cândido Rondon, região Oeste do Paraná, participaram da primeira de uma série de consultas públicas que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irão promover em todo o Estado nas próximas semanas.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos no estado.

"Estes recursos serão usados em ações de logística e ferrovias, mas 89% se concentram em obras rodoviárias", explica Rejane Karam, coordenadora de Gestão de Planos de Programas de Infraestrutura e Logística da Secretaria. O dinheiro vem de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartidas do governo do Paraná.

CONTORNO OESTE- Marechal Cândido Rondon vai receber obras no valor de R\$ 21,3 milhões para a implantação do chamado Contorno Oeste, uma nova pista com extensão de seis quilômetros que fará a ligação entre a BR-163 e a PR-467, desviando o tráfego pesado de caminhões das ruas da área urbana do município.

O novo trecho atende a uma antiga reivindicação dos moradores e comerciantes do município. Edson Juliano Teixeira de Moura é proprietário de um restaurante na cidade e aprova a obra. "Os caminhoneiros são muito importantes para a nossa cidade, que tem os frigoríficos e movimentam a economia, mas é importante e urgente fazer este contorno", disse.

Dúvidas de moradores, como Moura, foram respondidas depois da apresentação dos técnicos da SEIL. As questões que não foram sanadas no evento serão respondidas na sequência, por e-mail.

PRÓXIMAS CONSULTAS - Até o final de maio serão mais seis consultas públicas. Nesta semana, Coronel Domingos Soares e Pato Branco sediam o evento, respectivamente na quarta (26) e quinta-feira (27).



Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná fez uma transmissão ao vivo.

Publicado por Henrick Loyola Porzycki (?) · 24 de abril às 14:18 · 🌐

Tem início aqui em Marechal Cândido Rondon a primeira de uma série de consultas públicas que a SEIL fará em várias partes do Estado para discutir com a população paranaense os investimentos em obras com a participação do Banco Interamericano de Desenvolvimento.



1.096 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação



Secretaria de Infraestrutura e Logística do Paraná

Publicado por Henrick Loyola Porzycki [?] · 26 de abril às 13:57 ·

Cerca de 200 moradores de Marechal C. Rondon, participaram da primeira de uma série de consultas públicas, que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irão promover em todo o Estado nas próximas semanas. As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado.

Saiba mais: <https://goo.gl/JiIVR8>



676 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação

Curtir

Comentar

Compartilhar



Deputado destaca que Contorno Oeste vai beneficiar municípios da região

A partir da audiência pública realizada semana passada, para discutir e aprovar a construção do Contorno Oeste em Mal Rondon, técnicos do Departamento de Estradas de Rodagem do Paraná dão sequência agora aos trâmites burocráticos para a liberação dos recursos visando o início da obra.

O Contorno custará cerca de 21 milhões de reais, que serão financiados pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento.

Nesse valor, não constam os recursos que serão necessários para desapropriação e indenização dos cerca de 20 produtores que terão suas propriedades cortadas pelo Contorno Oeste.

Apesar de alguns questionamentos quanto ao traçado do Contorno Oeste, a audiência pública aprovou a construção da estrada que vai da PRC-467 imediações do BPFRON, até o Frigorífico de Suínos Radar – na BR-163.

O deputado estadual Elio Rusch destaca que o Contorno Oeste não vai beneficiar somente os moradores de MaL Rondon...

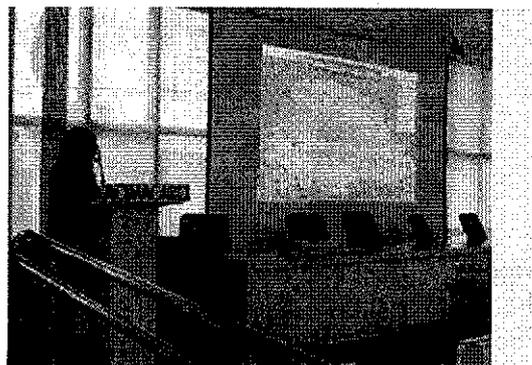
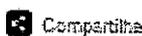
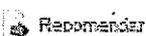
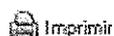
**CONFIRA O AUDIO ACESSANDO O LINK:
goo.gl/uu0dJp**

Governo realiza consulta pública em Marechal Cândido Rondon

Publicado em 24/04/2017 20:00



G+1



Cerca de 200 moradores de Marechal Cândido Rondon, região Oeste do Paraná, participaram da primeira de uma série de consultas públicas que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irão promover em todo o Estado nas próximas semanas.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do programa

Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos no estado.

"Estes recursos serão usados em ações de logística e ferrovias, mas 89% se concentram em obras rodoviárias", explica Rejane Karam, coordenadora de Gestão de Planos de Programas de Infraestrutura e Logística da Secretaria. O dinheiro vem de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartidas do governo do Paraná.

CONTORNO OESTE- Marechal Cândido Rondon vai receber obras no valor de R\$ 21,3 milhões para a implantação do chamado Contorno Oeste, uma nova pista com extensão de seis quilômetros que fará a ligação entre a BR-163 e a PR-467, desviando o tráfego pesado de caminhões das ruas da área urbana do município.

O novo trecho atende a uma antiga reivindicação dos moradores e comerciantes do município. Edson Juliano Teixeira de Moura é proprietário de um restaurante na cidade e aprova a obra. "Os caminhoneiros são muito importantes para a nossa cidade, que tem os frigoríficos e movimentam a economia, mas é importante e urgente fazer este contorno", disse.

Dúvidas de moradores, como Moura, foram respondidas depois da apresentação dos técnicos da Secretaria da Infraestrutura. As questões que não foram sanadas no evento serão respondidas na sequência, por e-mail.

PRÓXIMAS CONSULTAS - Até o final de maio serão mais seis consultas públicas. Nesta semana, Coronel Domingos Soares e Pato Branco sediam o evento, respectivamente quarta (26) e quinta-feira (27).

Infraestrutura e Logística - DER

25/04/2017

Secretaria de Infraestrutura promove consulta pública em Marechal Cândido Rondon

Cerca de 200 moradores de Marechal Cândido Rondon, região Oeste do Paraná, participaram da primeira de uma série de consultas públicas que a Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística (SEIL), o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-PR) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) irão promover em todo o Estado nas próximas semanas.

As consultas têm como objetivo divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do Programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes do Estado. Orçado em US\$ 435 milhões, o programa prevê uma série de investimentos no estado.

"Estes recursos serão usados em ações de logística e ferrovias, mas 89% se concentram em obras rodoviárias", explica Rejane Karam, coordenadora de Gestão de Planos de Programas de Infraestrutura e Logística da Secretaria. O dinheiro vem de financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e de contrapartidas do governo do Paraná.

CONTORNO OESTE- Marechal Cândido Rondon vai receber obras no valor de R\$ 21,3 milhões para a implantação do chamado Contorno Oeste, uma nova pista com extensão de seis quilômetros que fará a ligação entre a BR-163 e a PR-467, desviando o tráfego pesado de caminhões das ruas da área urbana do município.

O novo trecho atende a uma antiga reivindicação dos moradores e comerciantes do município. Edson Juliano Teixeira de Moura é proprietário de um restaurante na cidade e aprova a obra. "Os caminhoneiros são muito importantes para a nossa cidade, que tem os frigoríficos e movimentam a economia, mas é importante e urgente fazer este contorno", disse.

Dúvidas de moradores, como Moura, foram respondidas depois da apresentação dos técnicos da SEIL. As questões que não foram sanadas no evento serão respondidas na sequência, por e-mail.

PRÓXIMAS CONSULTAS - Até o final de maio serão mais seis consultas públicas. Nesta semana, Coronel Domingos Soares e Pato Branco sediam o evento, respectivamente na quarta (26) e quinta-feira (27).

MARECHAL
CÂNDIDO RONDON

CARTAZES
FIXADOS

MARECHAL CANDIDO RONDON



Cartaz afixado na Acimacar

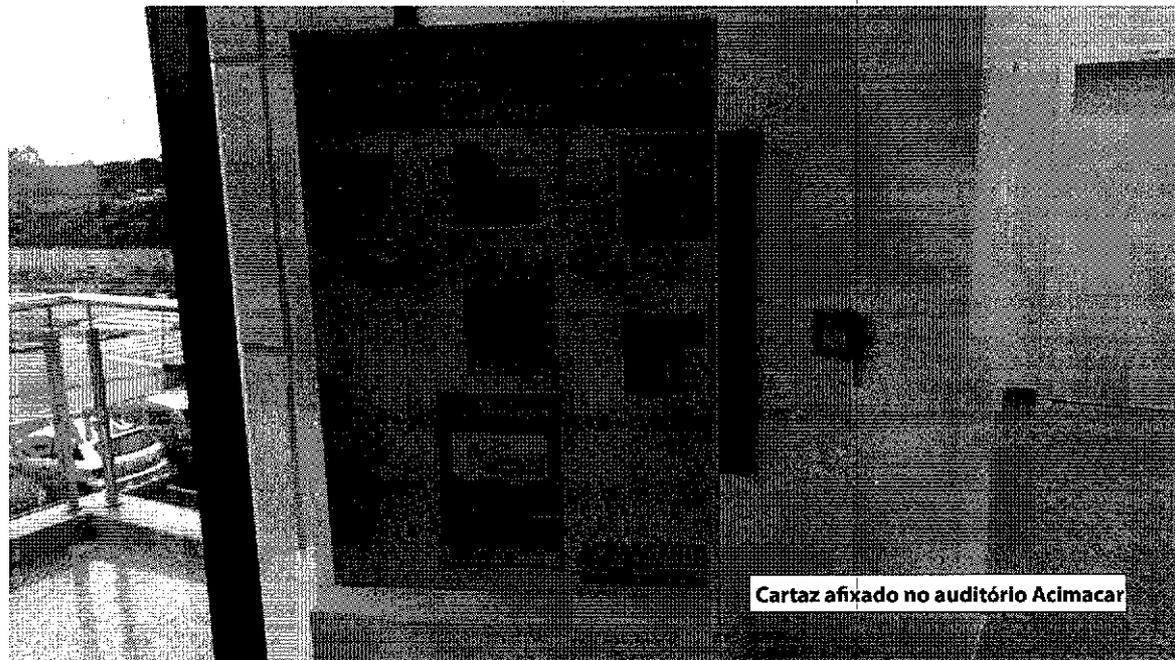


Cartaz afixado na Escola 25 de Março

MARECHAL CANDIDO RONDON

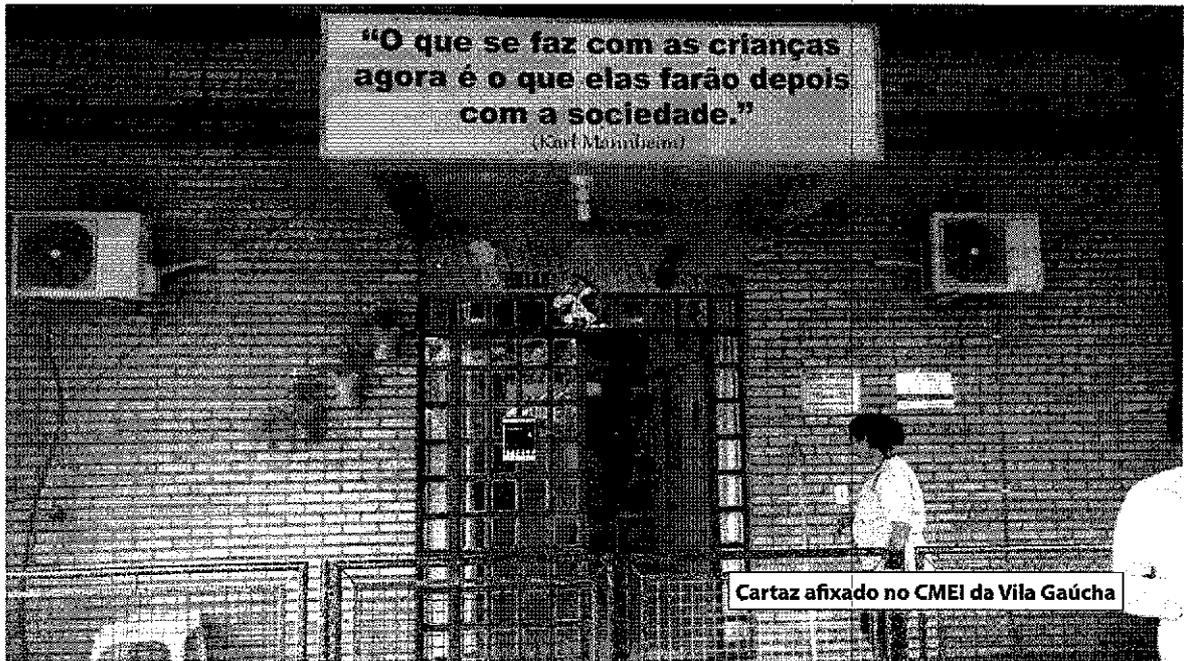


Cartaz afixado na Escola Jean Piaget

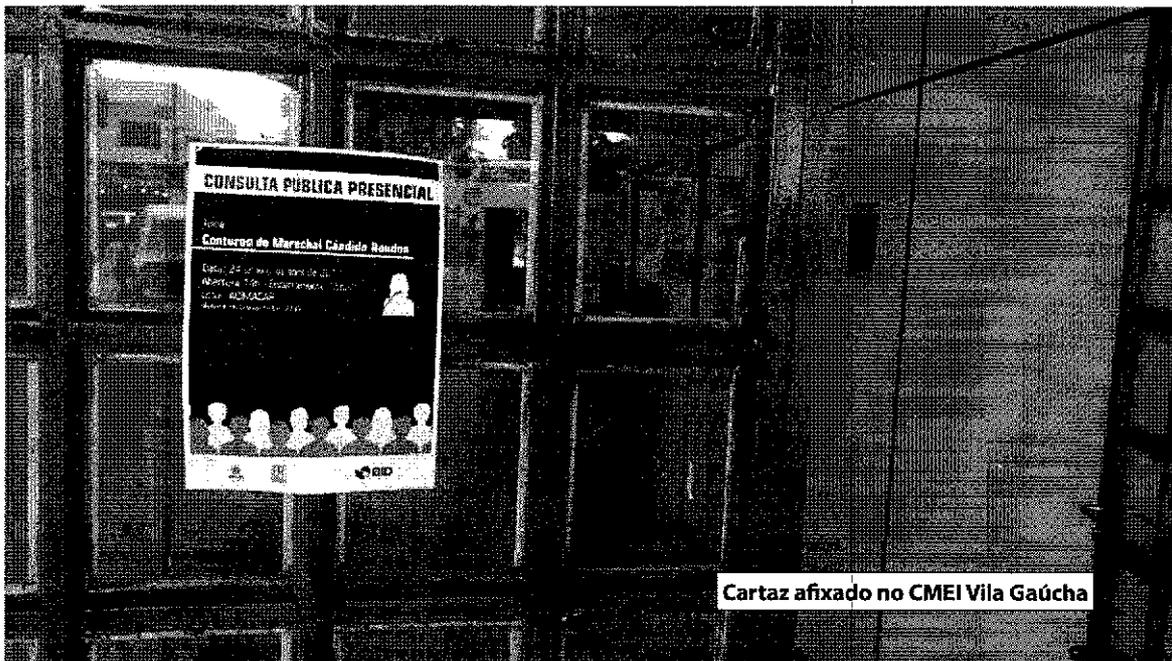


Cartaz afixado no auditório Acimacar

MARECHAL CANDIDO RONDON



MARECHAL CANDIDO RONDON

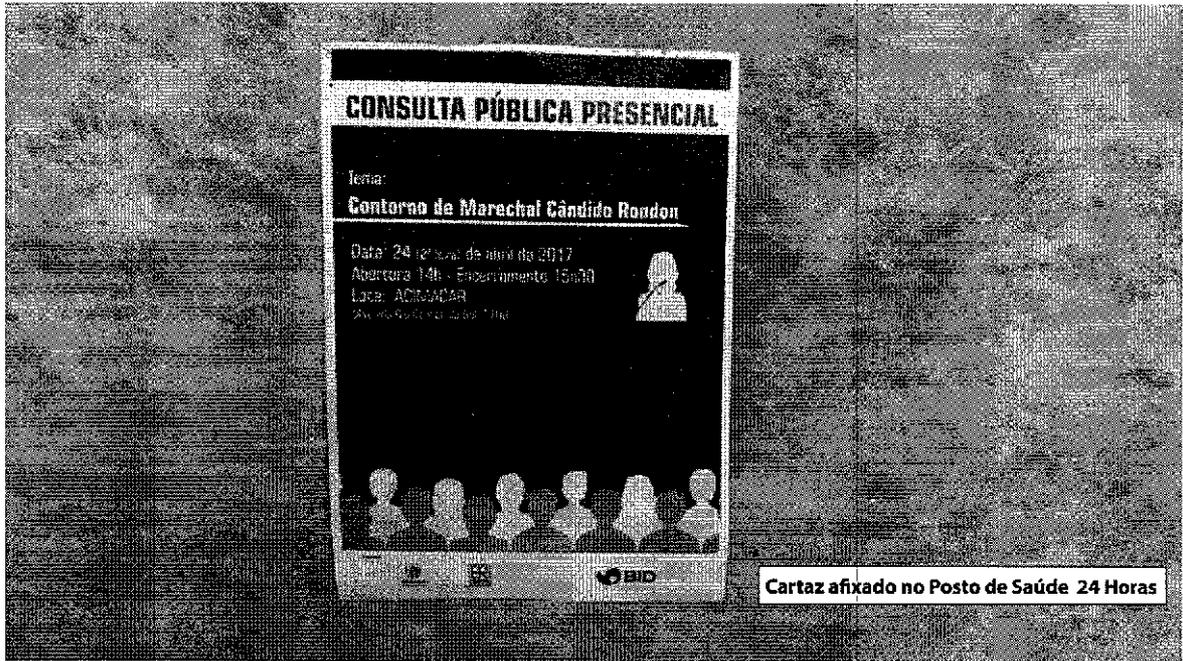


Cartaz afixado no CMEI Vila Gaúcha



Cartaz afixado no mural da prefeitura

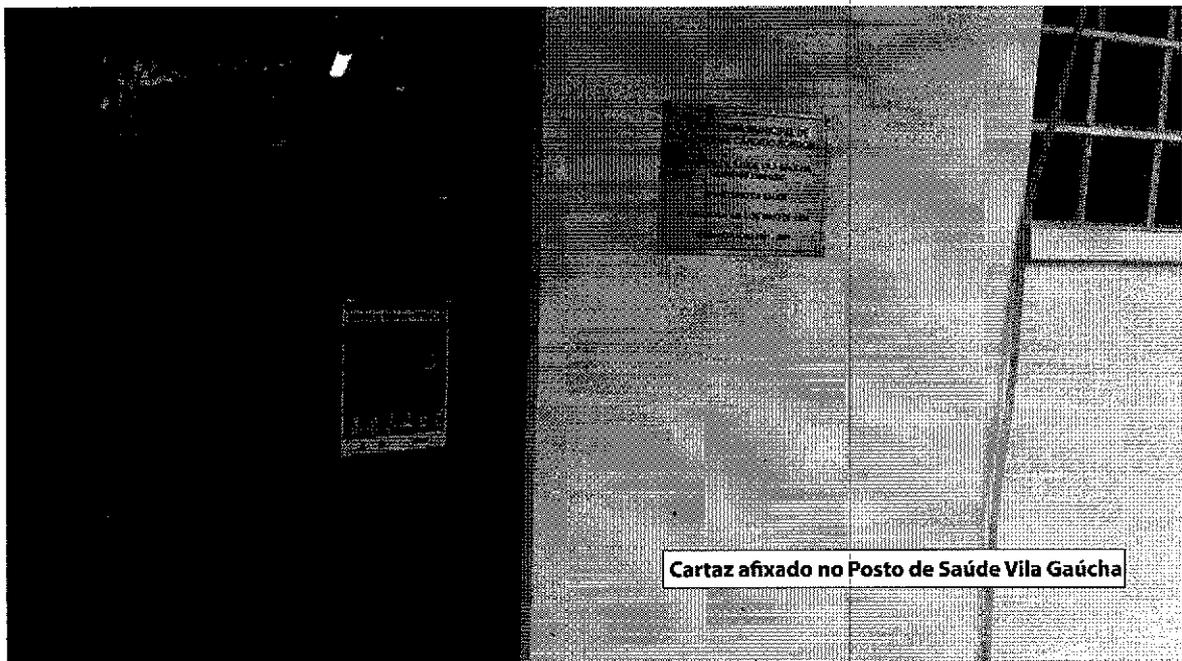
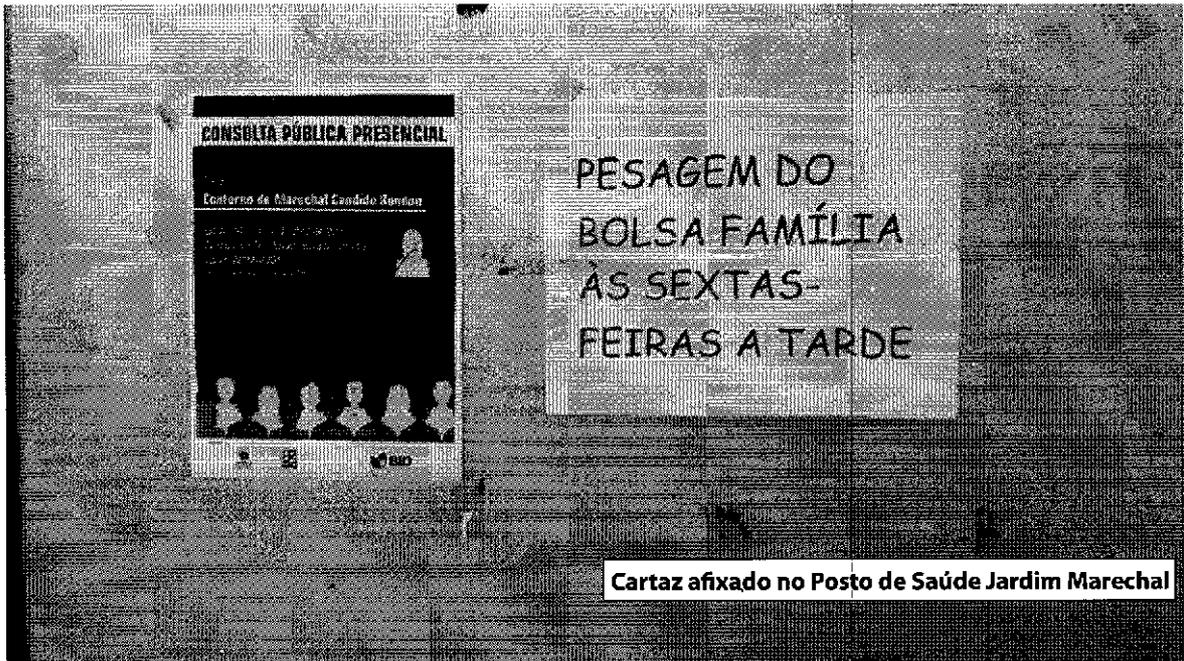
MARECHAL CANDIDO RONDON



Cartaz afixado no Posto de Saúde 24 Horas



MARECHAL CANDIDO RONDON



MARECHAL
CÂNDIDO RONDON

DIVULGAÇÃO
PRÉ-EVENTO



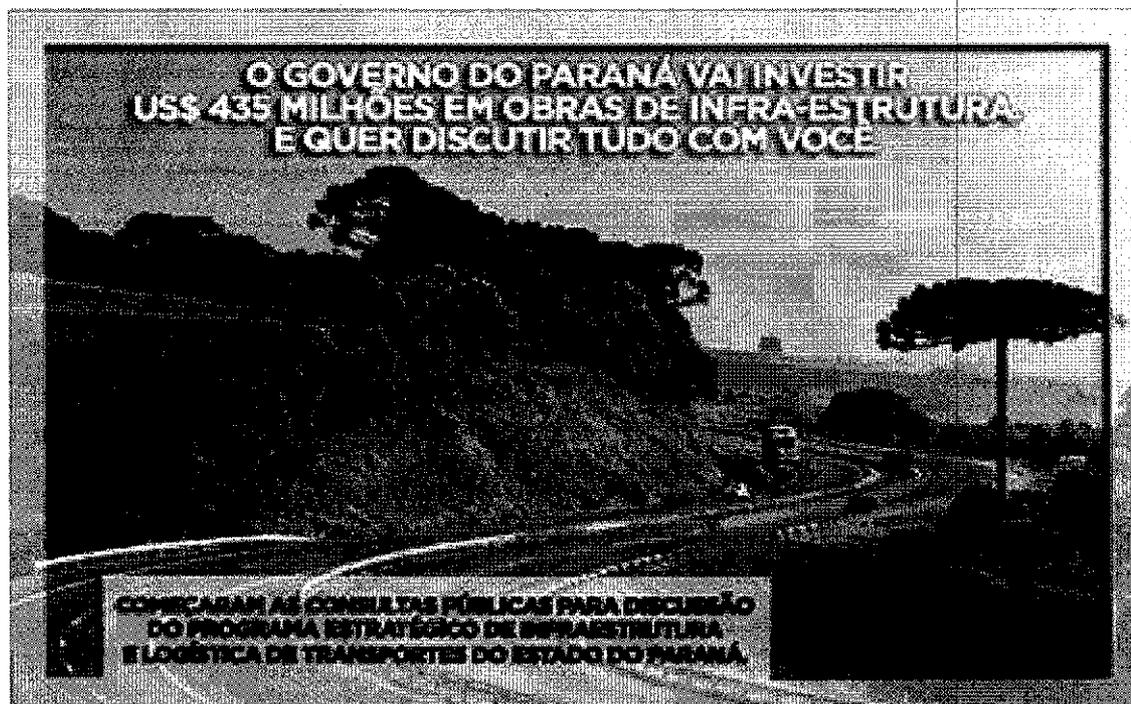
Rossoni

17 h · 🌐

O governo do Estado e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estão fazendo audiências públicas para divulgar e tirar dúvidas da população sobre as obras do programa Estratégico de Infraestrutura e Logística de Transportes. São US\$ 435 milhões em investimentos. O dinheiro vem de financiamento do BID e de contrapartidas do governo do Paraná.

A primeira consulta pública foi em Marechal Cândido Rondon. Quarta (26) será em Coronel Domingos Soares e quinta (27) em Pato Branco.

c/ Governo do Estado do Paraná



👍 Curtir

💬 Comentar

🔗 Compartilhar





Prefeitura de Marechal Cândido Rondon

19 de abril às 09:16 · 🌐

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

Veja no site: [https://marechalcandidorondon.atende.net/...](https://marechalcandidorondon.atende.net/)

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema

Contorno de Marechal Cândido Rondon



Data: 24 (quarta) de abril de 2017

Abertura: 14h - Encerramento: 15h30

Local: ACIMACAR

(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)



Parceiros



👍 Curtir

💬 Comentar

➦ Compartilhar



Prefeitura de Marechal Cândido Rondon compartilhou a publicação de Airton Kraemer.

Publicado por Airton Kraemer [?] · 21 de abril às 13:31 · 🌐



Airton Kraemer com César Reck e Adriel Marcelo.

21 de abril às 13:30 · 🌐

Grandes profissionais, César Reck e Adriel Marcelo, na Difusora AM e FM,, mesmo no feriado, ajudando a divulgar a audiência pública de segunda-feira, às 14h, na Acimacar, sobre o contorno oeste de Marechal Rondon.

348 pessoas alcançadas

Impulsionar publicação



Prefeitura de Marechal Cândido Rondon
@PrefeituraDeMarechalCandidoRondon

- Página inicial
- Sobre
- Fotos
- Curtidas
- Vídeos
- Promoções
- Eventos
- Publicações
- Avaliações
- Serviços
- Loja
- Notas
- Ofertas

Criar anúncio

Curtir Seguinte Compartilhar

Curtir · Responder · Enviar mensagem · 1 · 19 de abril às 13:05
Andreia Tais Hoelscher Cancian Legal, vários assistir
Descurtir · Responder · Enviar mensagem · 2 · 19 de abril às 13:13
Ver mais 2 comentários

Prefeitura de Marechal Cândido Rondon
Publicado por Luiz Fernando Cerri 171 · 19 de abril às 09:16
Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon
Veja no site: [https://marechalcandidorondon.atefnde.net/...](https://marechalcandidorondon.atefnde.net/)

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Contorno de Marechal Cândido Rondon

Data: 24 (quinta) de abril de 2017
Abertura 14h - Encerramento 15h30
Local: ACIMACAR
(Avenida Rio Grande do Sul, 2700)

1.565 pessoas alcançadas **Impulsionar publicação**

Curtir Comentar Compartilhar
Rômulo Peres Peres, Marcio Cemy e outras 6 pessoas
4 compartilhamentos
Escreva um comentário...

+ Adicionar um botão

Página oficial da Assessoria de Comunicação da Prefeitura de Marechal Cândido Rondon.

4.505 curtidas
Elizabeth Amorim e outros 2 amigos curtiram isso

0 pessoas estiveram aqui

Sobre Ver tudo

Rua Espírito Santo, 777
85.960-000 Marechal Cândido Rondon
(45) 3284-8828
Normalmente responde em um dia
Enviar mensagem
<http://mcr.pr.gov.br/> **Promover site**
Organização governamental

Pessoas também curtiram

ACIMACAR
Organização

Portal Rondon
Empresa de mídia/notícias

Copagri
Serviços agrícolas

NOTÍCIAS



Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon

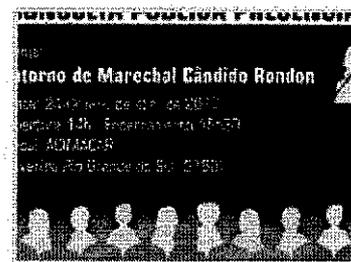
19 de Abril de 2017 às 09:14

A comunidade rondonense está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a próxima segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimacar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do BID -Banco Interamericano de Desenvolvimento, instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, "é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela Avenida Rio Grande do Sul, Rua Minas Gerais e outras".

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR 163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.



[Clique para ver todas as imagens](#)

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL

Tema:

Contorno de Marechal Cândido Rondon

Data: 24 (quarta) de abril de 2017
Abertura 14h - Encerramento 15h30
Local: ACIMACAR
(Avenida Rio Branco de São, 2700)



Paraná



Prefeitura de Marechal Cândido Rondon

Página curtida · 18 de abril ·

Curtir Comentar Compartilhar

2

Comentários mais relevantes



Rafael Luiz Se alguém souber de uma vaga em escritório contábil aí em marechal, por favor avisem, experiência área fiscal e RH

Curtir · Responder · 18 de abril às 18:21



Escreva um comentário...

Páginas sugeridas

Ver tudo



Jornal O Presente

11 mil pessoas curtiram isso.

Curtir

Consulta Pública debate sobre Contorno Oeste em Marechal Rondon

Representantes sociais, membros de grupos organizados, representantes políticos e comunidade atenderam ao chamado para o evento

Um projeto viário que atende os anseios de munícipes de Marechal Cândido Rondon e também de cidades vizinhas está se tornando realidade. Um importante passo para a liberação dos recursos foi realizado nesta segunda-feira (24), na sede da Acimacar -Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon-, onde aconteceu a Consulta Pública referente a obra. Representantes sociais, membros de grupos organizados, representantes políticos e comunidade atenderam ao chamado para o evento.

A consulta é uma política do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o qual fará a liberação dos recursos. O objetivo é apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes das regiões envolvidas, informações referentes ao Contorno Oeste, uma rodovia de aproximadamente 6 quilômetros que ligará a BR 163 a PR 467. A implantação tem o objetivo de retirar o tráfego pesado de caminhões das ruas pertencentes à área urbana de Marechal Cândido Rondon.

O deputado estadual Elio Rusch pleiteia a construção do Contorno Oeste há vários anos, agora com a realização da Consulta Pública as ações prévias estão progredindo e a obra está entre as primeiras que serão contempladas com os recursos do BID.

“Foi um evento unicamente técnico, onde os representantes do SEIL e do DER esclareceram os questionamentos dos presentes. Esta Consulta é uma exigência do BID, e estou feliz porque o Contorno Oeste é um projeto pelo qual trabalho há muito tempo e esta consulta é o sinal que as etapas para a implantação estão acontecendo”, confirmou o deputado Elio Rusch.

A Consulta Pública foi um atendimento feito pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, entre os representantes estavam Josil Voidela Baptista, coordenadora de planejamento da SEIL; representante da Superintendência Regional Oeste do DER, Renata Juliana Bertol, e Janice Kazmierczak Soares, engenheira civil da coordenadoria técnica do DER.

A Consulta contou com a presença de um grande público e também representantes da população, entre eles o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Marcio Rauber; vice-prefeito, Ilário Hofstaetter; e vereadores.

Consulta Pública debate sobre Contorno Oeste em Marechal Rondon

A Consulta Pública é uma política do BID para a posterior liberação de recursos.



24/04/2017 às 22:00 - por Da Assessoria

Um projeto viário que atende os anseios de municípios de Marechal Cândido Rondon e também de cidades vizinhas está se tornando realidade. Um importante passo para a liberação dos recursos foi realizado nesta segunda-feira (24), na sede da Acimacar (Associação Comercial e Empresarial de Marechal Cândido Rondon), onde aconteceu a Consulta Pública referente a obra. Representantes sociais, membros de grupos organizados, representantes políticos e comunidade atenderam ao chamado para o evento.

A consulta é uma política do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento), o qual fará a liberação dos recursos. O objetivo é apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e demais representantes das regiões envolvidas, informações referentes ao Contorno Oeste, uma rodovia de aproximadamente 6 quilômetros que ligará a BR 163 a PR 467. A implantação tem o objetivo de retirar o tráfego pesado de caminhões das ruas pertencentes à área urbana de Marechal Cândido Rondon.

O deputado estadual Elio Rusch pleiteia a construção do Contorno Oeste há vários anos, agora com a realização da Consulta Pública as ações prévias estão progredindo e a obra está entre as primeiras que serão contempladas com os recursos do BID. "Foi um evento unicamente técnico, onde os representantes do SEIL e do DER esdarcaram os questionamentos dos presentes. Esta Consulta é uma exigência do BID, e estou feliz porque o Contorno Oeste é um projeto pelo qual trabalho há muito tempo e esta consulta é o sinal que as etapas para a implantação estão acontecendo", confirmou o deputado Elio Rusch.

A Consulta Pública foi um atendimento feito pelo Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística - SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem - DER, entre os representantes estavam Josil Voidela Baptista, coordenadora de planejamento da SEIL; representante da Superintendência Regional Oeste do DER, Renata Juliana Bertol, e Janice Kazmierczak Soares, engenheira civil da coordenação técnica do DER.

A Consulta contou com a presença de um grande público e também representantes da população, entre eles o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Marcio Rauber; vice-prefeito, Mário Hofstaetter; e vereadores.

REGIÃO

Audiência pública discutirá contorno oeste de Marechal Rondon



23/04/2017 às 20:00 - Atualizado em 23/04/2017 às 15:42 - por Da Assessoria

A comunidade de Marechal Cândido Rondon está sendo convidada a participar da discussão sobre a construção do contorno oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para a esta segunda-feira (24), às 14h, no auditório da Acimaçar, próximo ao lago municipal. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição através da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do DER, em parceria com o governo municipal de Marechal Rondon.

O intenso tráfego de caminhões, principalmente os que transportam cargas vivas, como de suínos e de frangos, tem causado grande desconforto aos moradores da cidade. Para o prefeito Marcio Rauber, “é importante que a comunidade se manifeste, para que os trâmites sejam acelerados e o projeto saia do papel, solucionando o grave problema do trânsito de caminhões pela avenida Rio Grande do Sul, rua Minas Gerais e outras”.

O projeto do DER prevê a construção do contorno oeste, interligando a PR-467, da região do frigorífico de aves da Copagril, à BR-163, nas proximidades do frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. De acordo com informações do deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo governo do estado e deverá ser iniciada ainda neste ano.

Prefeito quer fazer Anel Viário, mas quer certeza de aporte do Estado

A cada ano o questionamento vem à tona no setor político, empresarial e nas rodas de conversa: até quando o Anel Viário permanecerá em más condições de tráfego? Criado há cerca de 30 anos para desviar veículos de grande porte como caminhões e carretas do centro da cidade, o Contorno Sul, ou Anel Viário, há muito tempo não cumpre sua finalidade. Dessa maneira, é impossível que os veículos “carga pesada” deixem de atravessar a sede urbana de Marechal Cândido Rondon, passando por uma escola e empresas como restaurantes e lanchonetes.

De acordo com o presidente da Câmara de Vereadores, Pedro Rauber, uma obra dessa envergadura foge dos recursos do município. “O prefeito está empenhado, já esteve em Curitiba e o governador se mostrou simpático a essa ideia de resolvermos o problema do Anel Viário. Evidentemente nós tiraríamos o aborrecimento que nos traz o tráfego de cargas vivas passando próximo dos restaurantes, lanchonetes e do comércio. Então não vai faltar empenho para que nós possamos resolver definitivamente esse problema que causa muita dor de cabeça à nossa sociedade e que vem se arrastando por muitos e muitos anos”, diz.

Pedro pede um pouco de paciência à população. “Não é do dia para a noite que nós vamos resolver se em 16 anos não foi resolvido. Mas o empenho do prefeito, o nosso e o empenho do deputado Elio Rusch jamais vai faltar. Eu quero crer que muito em breve a gente possa resolver esse transtorno para a nossa sociedade”, menciona.

Pedido protocolado

Em entrevista ao Jornal O Presente, o prefeito Marcio Rauber declarou ter todo interesse e boa vontade em realizar a obra, mas para isso quer ter a certeza de aporte financeiro do Governo do Estado. Além de oferecer um local adequado para que caminhões e carretas escoem a produção oriunda dos distritos de Margarida e São Roque, o mandatário diz que a obra é essencial para proporcionar segurança aos cidadãos que andam a pé, de bicicleta ou em veículos menores na cidade. “Protocolamos junto ao Governo do Estado, mais especificamente no DER (Departamento de Estradas de Rodagem), um pedido para que esta obra seja refeita. Quase que toda ela precisa ser reconstruída. Houve uma demonstração do diretor do DER, porém ele depende de recursos do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento). Então, vamos continuar as tratativas à medida que esses recursos forem liberados através de um financiamento que o Governo do Estado está fazendo junto ao BID. O que nós queremos é refazer esta obra importante para retirar o tráfego de caminhões da Avenida Rio Grande do Sul e da Rua Minas Gerais. Nós estamos imbuídos com o intuito de resolver este problema que há muitos anos incomoda os rondonenses”, garante.

Marcio salienta que para reconstruir o Anel Viário é preciso ter sinalização positiva do Governo do Estado, tendo em vista que dois projetos já foram encomendados. “Foi gasto dinheiro com isso por parte do município e também da Associação Comercial. Foram projetos que caíram, mas foi gasto dinheiro com isso. Primeiro eu quero uma sinalização positiva do Governo do Estado para que daí a gente realize um projeto para que seja executada essa obra. Não adianta eu gastar mais uma vez dinheiro sem ter uma sinalização positiva. Primeiro é a tratativa com o Governo do Estado, depois de sinalizado que existe possibilidade, aí sim vamos refazer o projeto para desenvolver todos os trâmites e conseguir recuperar esta obra”, afirma.

O prefeito pontua que não há como determinar um prazo para que a reconstrução seja iniciada, mas diz que vai buscar todas as possibilidades para que o projeto enfim saia do papel. “A comunidade pode ter certeza de que o Anel Viário será recuperado. Em 2017? Não. Mas em 2018, 2019, até o final do nosso mandato essa obra será reconstruída”, enfatiza.

Contorno Oeste será tema de audiência na segunda-feira

A comunidade rondonense está convidada a participar da discussão sobre a construção do Contorno Oeste, via projetada para desviar do centro da cidade o trânsito de caminhões. A consulta pública presencial está marcada para as 14 horas de segunda-feira (24), no auditório da Acimacar. A participação é aberta a todos os interessados.

O encontro é uma exigência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), instituição a partir da qual o governo estadual está viabilizando os recursos para a obra. A consulta pública será coordenada pela Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística, por meio do Departamento de Estradas de Rodagem (DER), em parceria com o governo municipal.

O projeto do DER prevê a construção do traçado rodoviário interligando a PR-467, na região da Unidade Industrial de Aves da Copagrill, à BR-163, nas proximidades do futuro frigorífico de suínos, próximo a Novo Horizonte. Conforme o deputado estadual Elio Rusch, a obra já está licitada pelo Governo do Estado e deve ser iniciada ainda neste ano.

O presidente do Poder Legislativo, vereador Pedro Rauber, menciona que a obra não tem data fixada. “As primeiras medidas foram tomadas, a licitação e os recursos parecem estar alocados. O Contorno Oeste e a ideia de ligar o asfalto ao contorno representam um passo gigantesco a Marechal Rondon. Tenho certeza de que a gente vai ajustando e diminuindo as dificuldades ao povo de Marechal Cândido Rondon”, considera.

Para o prefeito Marcio Rauber, a tendência é de que a obra do Contorno Oeste seja iniciada neste ano. “Os recursos vêm do BID, sendo que nós teremos audiência do Governo do Estado com o BID na segunda-feira. A obra já está licitada, então falta apenas a ordem de serviço. Falta parte do recurso porque existe contrapartida do Estado junto ao financiamento, mas assinado o financiamento com o BID a obra vai sair. Queremos convidar a população para participar dessa audiência convocada pelo Estado para apresentação deste projeto, dos procedimentos que serão adotados e ver se a população tem interesse. É óbvio que tem, porque todos nós temos”, enaltece.

“Tenho certeza de que esta obra vai iniciar este ano porque é muito importante para Marechal Cândido Rondon. Ela é mais importante do que o Contorno Sul porque retira os caminhões que trafegam no centro da cidade com cargas pesadas e cargas vivas”, finaliza.

O deputado Elio Rusch e o prefeito de Marechal Cândido Rondon, Marcio Rauber receberam confirmação nessa segunda-feira (13), em audiência no DER, de que as obras do Contorno Oeste devem ser iniciadas ainda esse ano.

A informação é dada pelo diretor-geral do DER, Nelson Leal em audiência que também tratou sobre as construções do Anel Viário e a terceira faixa de pista na região da Vila do Curvado. Todos os pleitos, de iniciativa do deputado Elio Rusch, foram nessa ocasião mais uma vez reiterados pelo deputado e agora também pelo novo prefeito do município.

Nelson Leal reforçou o compromisso firmado com o deputado anteriormente e em entrevista à Rádio Difusora de Marechal Rondon, tranquilizou os ouvintes quanto a execução das obras reivindicadas.

"O deputado Elio Rusch, quase que semanalmente tem vindo ao DER buscar respostas sobre o Contorno Oeste e outros pleitos de sua autoria. A execução das obras está licitada. Assim que a secretaria da fazenda liberar receitas, as obras serão iniciadas", disse Nelson Leal

Ele mencionou que outras obras de melhorias na malha viária da região oeste como de Quatro Pontes a Novo Sarandi (em execução) bem como de Marechal Rondon a Pato Bragado e de Entre Rios do Oeste a Santa Helena que serão executadas nos próximos dias.

"Saímos dessa audiência com boas expectativas. As obras são importantíssimas para o município. Estamos acompanhando passo-a-passo os trâmites necessários para a conclusão dos projetos, pleitos que já viemos lutando por sua conquista", disse o deputado Elio Rusch ao reforçar palavras do diretor-geral do DER, Nelson Leal.

"A obra do Contorno Oeste está no orçamento desse ano. Ela está inclusa no financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento) que esteve no Paraná recentemente representado por uma comissão para analisar essas e outras obras pelo Estado".

O prefeito Marcio Rauber vê com bons olhos a receptividade do diretor-geral do DER e disse que estará constantemente em parceria com o deputado Elio Rusch acompanhando o desenrolar dessa missão.

"Estamos esperançosos de que esse ano iremos ver o início das obras do Contorno Oeste", declarou o prefeito Marcio.



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Rudimar Carlos Ostjen	Moroder-pio'z			
Margarete H. Lenzke	Puketena			
Roger Sturmm	Cinetron			
Maxion Souza	Comara Mani.			
Clarice Sauer	Comara			
Ducione Piemonesi	Sicob			
Tadeu dos Reis	Acimacar			
Clodes M. Loch	Morodora			
Silmara Ruzini	Acimacar			
Almir Bergmann	Quinta Seleção			
Friedrich Rieger	Lira			
QUEOMAR LUIS LOPES	EX 250x MARCO			
FLÁVIO DA SILVA KUCH	ESC. COSTA ZIL UNIC			
Maria Gláucia P. Jures	Comar Vila Oper			
Claudia Kuhn	Comara Unid.			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Carlos Henrique Goebel	ABIEC			
Valdemar Colman de Farias	Sindicato Rural			
Hilmar L. Kayser	Acimacar			
Elaine K. Martins	regiões			
Alcides Marauce	Prefeitura			
RICARDO SILVA EAPLA	COPAGRII			
Sirley Plínio José Beno. Jorge Cor. Eng.	Depto. Logis			
Paulo Roberto Meun.	DER-PR			
Irani M. Faria	AMA			
Merton Faria	Associação			
Elma Rubens Gellen	-			
THIAGO MARINHO	SESI/SENAT			
Anderson Loffi Schmoeller	PREFEITURA			
JULIANO D. BORTOLON	PREFEITURA			
WALDIR FORT	AMARA M			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Dondra A. P. Weissmann	Sec. de Educação	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
ILDEMIR KAVITZ	COL. EV. MARTIN LUTHER	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Domenique Aguiar	CURTI P. FOLEGIA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Valeri Fell	Sec. Cultura	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Fernando Torzalone	Particular	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Jairo José Tetzlaff	POSTO TOVIN	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
OSIR RECH	DIFUSORA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Joacul Stiz	OSMEK	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Antonio Almer Guerra	Escola Zumbira	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Resonance Susy K	ELITHOMAN	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Diego O. Loureiro	Tamara	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Carla Regina Bregel	Acimacar	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Nilmar dos Santos	Evoluoft	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Leonir Orsato	mercadora	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]
Genival G. Ramos	PROMOVE	[REDACTED]	[REDACTED]	[Handwritten Signature]



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
JOACIR GIRONI JR	2.259.12.1			
RUBINI KATUNAKI	IMPLANTA F. AP			
MARCIO A. LEEH	Soc. Cultura			
MARTINHO RAUPE	CONSORCIO FARM			
Delmar Fuchs	Com. P. Brag			
VALDIR MAZNA BOSCO	Com. P. Brag			
Yoni Leoir Leir	Forus O. Brag			
Dani Tais Schulz	Acimacar			
Aline Kocher	Aqui Agro			
GERALDO FERREIRA TO	CHEFIA TEPICARIA			
Angela F. Ferreira	Logicus			
ADRIANO ROBERVAL DE SOUZA	ESCOLA MUN. JEAN			
Deja Koch	Esc. Cent. Uni			
Stiane S. Welby	sucesso			
Adelton Noummer	Serviços			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Reinar Seykora	Pref. Marechal	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Ursula SACHSEN	Pref. Marechal	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Luciane Joaquin	MORADOR	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Walmir Marques	Prefeitura	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Kleomar HENSEL	Prefeitura	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Roberto KAUBER	COMUNIDADE	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
MARCOS GUSTAVO HENRIQUE	PRE	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Marcia A. Winkler de Mota	SMED	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Keli Cristina T. Keckhard	SMED	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Lia Seizich	MORADOR	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Anelise W. Verona	Escola	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
HENRIQUE E PAZIOLO	CCATÓLICA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
CARMELINDA DAZONCA	Prefeitura. MUN.	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Leandro Tinjun	Cooper	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
ILARIO HOFSTÄETTER	PREFEITURA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Diego R. S. Schneider	SMEC			
RAFAEL MACARS	URBADA			
Ricardo Letes de Queiroz	ACOMAR			
Leandro Dault	SUAG			
Antônio Oreste	MORADOR			
Cleber Santos Ribeiro	MORADOR			
Claudio Orlando Wajka	Comercio			
Edson Juliano Tettin	Ponto do Lixo			
Rafael Kopp	Grado A. R.			
Reklaine Fardim	Bef. Mun.			
Clavio Miguel Brigal	CAMARA PATO B.			
Douglas Zorillo Gauer	Prof. m. C2			
Adriane Kopp	Prof. Sigtron			
Ailton Kraemer	Prof. Imprensa			
Marcio B. Sestag	Prefeitura			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Paulo Teodoro Cappell	Acimacar	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Wilton N Pinto	Udo Velho	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
VANDA MARGIERA MARTINS	UNIOESTE	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Denise Roesler		[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
VALDELIA C DOTTREIN	CAMARA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Ana Carolina Seybold	ACIMACAR	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
SIRVO PEDRINHO TELEKEN		[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
ADRIANA BATECKE	POSTO BUREAU	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
NEI PEDRINI	DEP. RUSIA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
ELISEU RHEINHEIMER		[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
GUSTÃO MIELKE		[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Ana Paula Baquetti	POSTO CME	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Maurice Benveniste	Sindicato	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Fosue Nandi	TRAFICANTE	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Plene do Carmo Almeida	merced	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Gerson Jairo Froehner	ACIMACAR	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Absson, R. Osken	P. MUNICIPAL	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Roberto G. Guterres	ASSOCIAÇÃO DE P. ELIA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Haroldo Rorizini	SPERAFICO	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
CRISTIANO L. NETZNER	SEC. ESPORTES	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Josiel M. Lima	DELEGADA FM	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
SAMANO J. ZASTROW	ZASTROW	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Sonia A.W. Machado	SMED	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
ROSALI WEGGER	SAGE	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Darci E. SCHITZ	SAAE	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
ROBERTO A. F. de Thomé	ACIMACAR	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Maria Rosa Jomb	Met. Jomb	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Marlene Lunice	Escola Waldomiro	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Ricardo Bressani		[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]
Karyn D.Z.N. Dacosta	P. Municipal	[REDACTED]	[REDACTED]	[Assinatura]



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Data: 24/04/2017

Horário: 14:00

Local: ACIMACAR – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL E EMPRESARIAL DE MAL. CÂNDIDO RONDON

Av. Rio Grande do Sul, 2700 – Loteamento Acimacar – Mal. Cândido Rondon/PR

Nome	Entidade	RG/CPF	Contato (Telefone/Email)	Assinatura
Anderson Clayton Petri	Amara Vera	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
FRANZ D ROCHOWSKI	MGRADU	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Arturo Weber	Empagn	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Luiz Carlos Cardoso	M-C-R.	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
V. ego Lador	CÂMARA	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
William Delle Justina	JCMCR	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
JOTA LORETA ROCHES	ACIMACAR	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
Deivane D. Naves	Sec. M. S.	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
LEANDRO KRUSE	MGRADU	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
ELOAN JOSEPHSON	LIV. Globo	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]
MARCE ROBERTO MARQUES	RPC TV	[REDACTED]	[REDACTED]	[Signature]

PERGUNTAS ESCRITAS

			
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon Data: 24/04/2017 Horário: 14h			
NOME	FREDI ROCKENBACH	RG/CPF	
ENTIDADE	MORADOR RURAL	CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA	<input type="checkbox"/>	ORAL
QUANTO A QUALIDADE DA PAVIMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, SENDO QUE, EM OUTRAS NAÇÕES PAVIMENTAÇÕES MAIS ANTIGAS NÃO APRESENTAM OS PROBLEMAS APRESENTADOS EM NOSSAS RODOVIAS.			

			
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon Data: 24/04/2017 Horário: 14h			
NOME	LEANDRO KRIVUSE	RG/CPF	
ENTIDADE		CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA	<input type="checkbox"/>	ORAL
QUAL CRITÉRIO PARA ESCOLHA DO LOCAL, SENDO POSSÍVEL UTILIZAR UMAS RAISSONES, CURVANDO A LINHA HORIZONTE.			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	Simon Rino Giach	RG/CPF	
ENTIDADE	CORRETORA DE RAÍZES	CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA		ORAL
QUANDO O CONTORNO SUL ENFREMA EM			
PÁVIA PARA DAR O FLUXO DE			
VEÍCULOS DA AVENIDA CENTRAL E PARA.			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	FREDI ROCKEMBAEH	RG/CPF	
ENTIDADE	IMOBILIZADOR	CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA		ORAL
EXISTEM OUTROS ACESSOS QUE PODERIAM			
SER PAVIMENTADOS, LIRA E CURVADO, PORQUE			
NÃO FOI PENSADO NISSO ANTES?			

PERGUNTAS ESCRITAS

			
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon Data: 24/04/2017 Horário: 14h			
NOME	FREDI ROCKENBACH	RG/CPF	
ENTIDADE	MORADOR RURAL	CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA	<input type="checkbox"/>	ORAL
QUANTO A QUALIDADE DA PAVIMENTAÇÃO, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO, SENDO QUE, EM OUTRAS NAÇÕES PAVIMENTAÇÕES MAIS ANTIGAS NÃO APRESENTAM OS PROBLEMAS APRESENTADOS EM NOSSAS RODOVIAS.			

			
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon Data: 24/04/2017 Horário: 14h			
NOME	LEANDRO KRIVUSE	RG/CPF	
ENTIDADE		CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA	<input type="checkbox"/>	ORAL
QUAL CRITÉRIO PARA ESCOLHA DO LOCAL, SENDO POSSÍVEL UTILIZAR UMAS RAISSONES, CURVANDO A LINHA HORIZONTE.			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
 Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	Simon Rino Giach	RG/CPF	
ENTIDADE	CORRETORA DE IMÓVEIS	CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA		ORAL
QUANDO O CONTORNO SUL ENFREMA EM			
PÁVTA PARA DAR O FLUXO DE			
VEÍCULOS DA AVENIDA CENTRAL E PARA.			



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
 Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	FREDI ROCKEMBAEH	RG/CPF	
ENTIDADE	IMOBILIZADOR	CONTATO	
PERGUNTAS			
<input checked="" type="checkbox"/>	ESCRITA		ORAL
EXISTEM OUTROS ACESSOS QUE PODERIAM			
SER PAVIMENTADOS, LIRA E CURVADO, PORQUE			
NÃO FOI PENSADO NISSO ANTES?			

PERGUNTAS ORAIS

		
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon Data: 24/04/2017 Horário: 14h		
NOME	Aparecida Doro de Souza	RG/CPF
ENTIDADE	NPM. Jean Pracet	CONTATO
PERGUNTAS		
ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL

		
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon Data: 24/04/2017 Horário: 14h		
NOME	JANDA M. MERTINS	RG/CPF
ENTIDADE	UNIOESTE	CONTATO
PERGUNTAS		
ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	<i>Peterson</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>ACIMACAR</i>	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		ORAL



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	<i>MARCO RAVENSI</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>PRATENO</i>	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		ORAL



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
 Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	Resonance Suszik	RG/CPF	[REDACTED]
ENTIDADE	Elétrica	CONTATO	[REDACTED]
PERGUNTAS			
ESCRITA		<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
 Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	ADELISE VERONA	RG/CPF	
ENTIDADE	ESCOLA MUN. JEAN PIAGET	CONTATO	
PERGUNTAS			
ESCRITA		<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL
COMENTARIO DA ESCOLA.			

PERGUNTAS ORAIS

		
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon Data: 24/04/2017 Horário: 14h		
NOME	Aparecida Doro de Souza	RG/CPF
ENTIDADE	NPM. Jean Pracet	CONTATO
PERGUNTAS		
ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL

		
CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon Data: 24/04/2017 Horário: 14h		
NOME	JANDA M. MERTINS	RG/CPF
ENTIDADE	UNIOESTE	CONTATO
PERGUNTAS		
ESCRITA	<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	<i>Peterson</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>ACIMACAR</i>	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		<u>ORAL</u>



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	<i>MARCO RIBEIRO</i>	RG/CPF	
ENTIDADE	<i>PRESENCIAL</i>	CONTATO	
PERGUNTAS			
	ESCRITA		<u>ORAL</u>



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
 Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	Resonance Suszik	RG/CPF	[REDACTED]
ENTIDADE	Elitronov	CONTATO	[REDACTED]
PERGUNTAS			
ESCRITA		<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL



CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – CONTORNO DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON
 Local: ACIMACAR – Associação Comercial e Empresarial de Mal. Cândido Rondon

Data: 24/04/2017 Horário: 14h

NOME	ADELISE VERONA	RG/CPF	
ENTIDADE	ESCOLA MUN. JEAN PIAGET	CONTATO	
PERGUNTAS			
ESCRITA		<input checked="" type="checkbox"/>	ORAL
COMENTARIO DA ESCOLA.			

ROTEIRO

CONSULTA PÚBLICA PRESENCIAL – MARECHAL CÂNDIDO RONDON

Em atendimento à política do Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Estado de Infraestrutura e Logística – SEIL e do Departamento de Estradas de Rodagem – DER, inicia uma série de Consultas Públicas com o objetivo de apresentar e discutir com a comunidade, a sociedade civil organizada e representantes das regiões envolvidas, informações sobre os empreendimentos rodoviários a serem executados em parceria com aquele Banco.

O Banco entende de ser fundamental importância a participação de diferentes intervenientes nesses processos, e a Consulta Pública, ainda na fase inicial do empreendimento, permite enriquecer e contar com a voz das comunidades, seja de uma política, de uma estratégia ou de um projeto.

O nosso principal propósito hoje é o de divulgar e colher opiniões, dirimir dúvidas e oportunizar o amplo conhecimento em torno da possibilidade de **Construção do Contorno de Mal. Cândido Rondon**, dando transparência a todo processo.

A nossa reunião acontecerá da seguinte forma:

Primeiro haverá uma breve apresentação do Programa BID;

Logo após apresentaremos os aspectos mais relevantes do Projeto;

E, finalmente abriremos para a etapa das perguntas da plateia:

Os Senhores terão duas formas de se manifestar:

Poderão solicitar a ficha de perguntas às nossas atendentes e registrar suas perguntas por escrito;

Ou se inscrever junto às mesmas para se expressar verbalmente.

Adiantamos que todas as perguntas que não forem respondidas hoje, serão respondidas por e-mail, posteriormente.

Informamos que a Consulta que agora se inicia terá seu encerramento às 15h30.

DEPOIS DAS APRESENTAÇÕES

Informamos ainda que este foi o início do processo de participação. A SEIL/DER disponibilizarão em seus sites um espaço para propiciar a comunicação com a sociedade:

ABRIR SITE (Anderson, Janice)

Informamos ainda, que a consulta ficará disponível por 30 dias a partir do encerramento das consultas presenciais. Reiteramos que existe um canal permanente para a manifestação da população através de nossa Ouvidoria.

O Governo do Estado agradece a colaboração dos atores locais (especialmente a Prefeitura e a Associação e Empresarial de Mal. Cândido Rondon)

E a participação de todos.

Obrigada e declaramos encerrada esta Consulta Pública Presencial.

CONTORNO OESTE DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON

LOCALIZAÇÃO

**INÍCIO: PR-467, Km27+290 (entre a
Estrada do Lira e a Copagril)**

**FIM: BR-163, próximo do frigorífico
Fibrasil**

EXTENSÃO: 6,00KM

LOCALIZAÇÃO



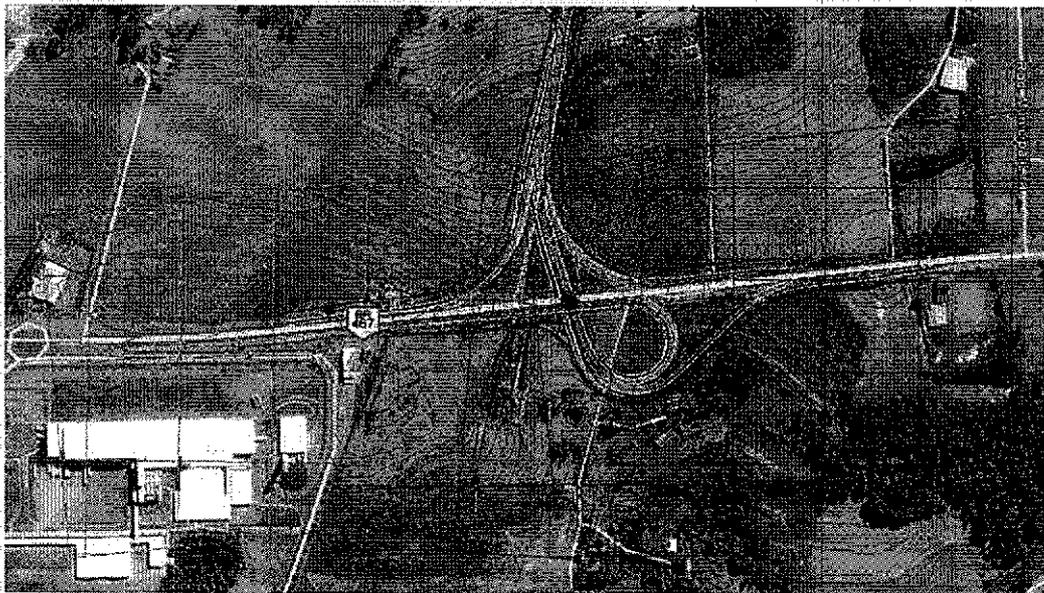
OBJETIVOS DO EMPREENDIMENTO

- Desvio do tráfego pesado de caminhões das ruas pertencentes à área urbana de Marechal Cândido Rondon. O principal tráfego é o proveniente da BR-163, com destino a PR-467 sentido sudoeste do Paraná.

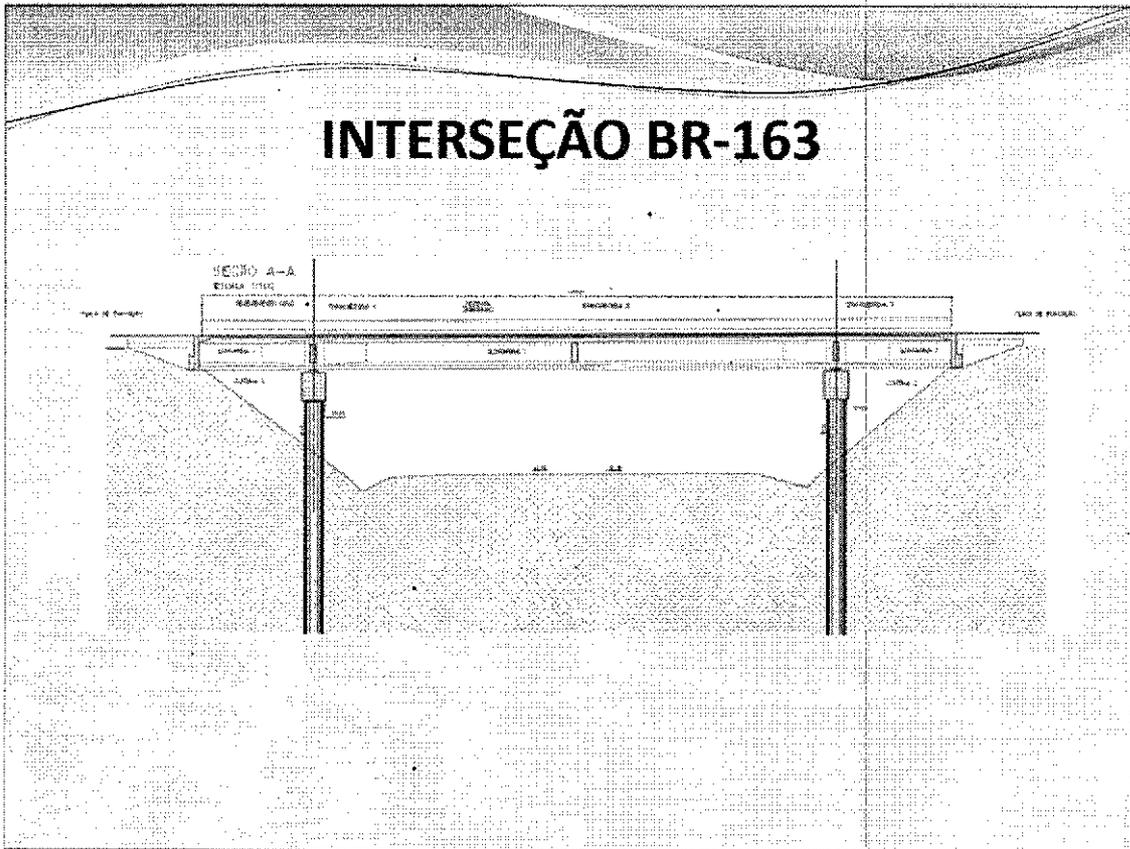
CARACTERÍSTICAS DO PROJETO

- Elaboração do Projeto: Paralela Engenharia Consultiva S/C Ltda.
- Período: 07/08/2013 a 03/06/2014
- Interseções: desnível;
- Largura das faixas de rolamento: 3,60m;
- Largura dos acostamentos: 3,00m;
- Largura da faixa de domínio: 30m;
- Drenagem dos talwegues por bueiros tubulares;
- Pavimento flexível (CBUQ).

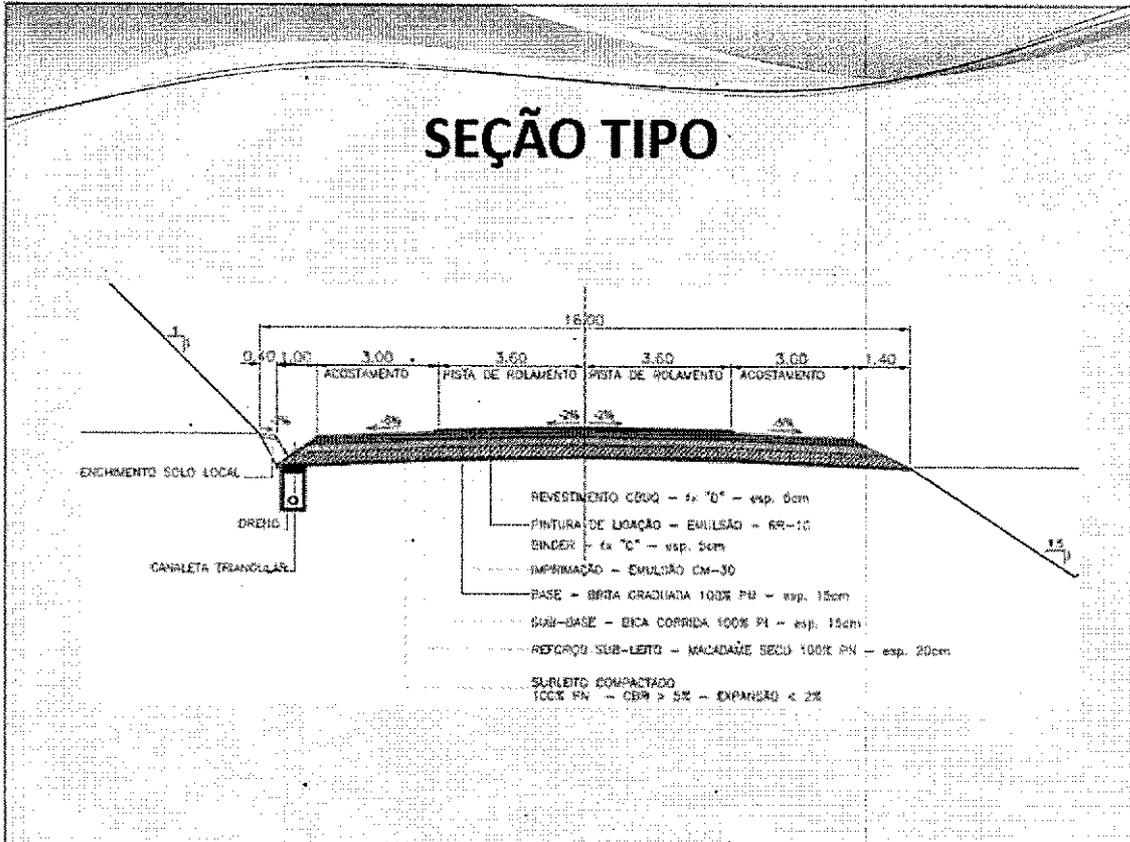
INTERSEÇÃO PR-467



INTERSEÇÃO BR-163



SEÇÃO TIPO



BENEFÍCIOS DO EMPREENDIMENTO

- Desvio do tráfego pesado e de longa distância de ruas do Município;
- Redução de ruídos;
- Redução de vibração;
- Redução de odores;
- Aumento da segurança;
- Redução da manutenção das vias urbanas
- Valorização das propriedades lindeiras;
- Encurtamento de percurso.

INTERFERÊNCIAS DA OBRA

- Implantação de via nova: vibração e poeira;
- Seccionamento de propriedades atingidas;
- Desvio do tráfego para execução das passagens em desnível (utilização dos acessos dos viadutos);
- Desvio da ciclovia existente.

CRONOGRAMA DA OBRA

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ
 CONTORNO DO PAVIMENTO LÁZARIO ALBUQUERQUE - 4,50 KM
 BARRAGEM DE CONTORNO

CRONOGRAMA FÍSICO

CUSTO DA OBRA

Descrição do grupo	Total do grupo
TERRAPLENAGEM	R\$ 1.498.150,43
PAVIMENTAÇÃO	R\$ 6.677.309,09
DRENAGEM E OBRAS ARTE CORRENTES	R\$ 2.643.900,75
SINALIZAÇÃO	R\$ 1.124.553,69
OBRAS DE ARTE ESPECIAIS	R\$ 2.676.025,15
LIGANTES BETUMINOSOS	R\$ 1.783.452,43
PAISAGISMO	R\$ 463.820,56
FORNECIMENTO DE VEÍCULOS	R\$ 218.446,56
Melhoria ambiental (3,00%)	R\$ 512.569,75
Mobilização e desmobilização (2,50%)	R\$ 439.955,71
Total geral	R\$ 18.038.184,12

Data base março/2014

Orçamento atualizado: R\$21.308.478,04

Anexo B

Matriz Preliminar de Partes Interessadas

CATEGORIA DE PARTE INTERESSADA	BREVE DESCRIÇÃO DA PARTE INTERESSADA	IMPACTOS E RISCOS ASSOCIADOS	HISTÓRICO DE RELACIONAMENTO	GRAU DE INFLUÊNCIA	GRAU DE VULNERABILIDADE	AUTORIDADE	POSICIONAMENTO
Proprietário Afetado/Beneficiário	Proprietário de área atingida	a) Seccionamento de propriedades b) Redução de área da propriedade c) Valorização da propriedade em virtude do novo acesso rodoviário d) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores e) Redução no tempo de deslocamento f) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras. i) Redução na qualidade do ar no entorno j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Relacionamento começou em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Média	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Proprietário de área atingida	a) Redução de área da propriedade b) Valorização da propriedade em virtude do novo acesso rodoviário c) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores d) Redução no tempo de deslocamento e) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade f) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos g) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras. h) Redução na qualidade do ar no entorno i) Diminuição de custos de transporte j) Redução dos custos de produtos de consumo	Relacionamento começou em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Proprietário de área atingida	a) Seccionamento de propriedades b) Redução de área da propriedade c) Valorização da propriedade em virtude do novo acesso rodoviário d) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores e) Redução no tempo de deslocamento f) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras. i) Redução na qualidade do ar no entorno j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Relacionamento começou em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Proprietário de área atingida	a) Seccionamento de propriedades b) Redução de área da propriedade c) Valorização da propriedade em virtude do novo acesso rodoviário d) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores e) Redução no tempo de deslocamento f) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras. i) Redução na qualidade do ar no entorno j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Proprietário de área atingida	a) Seccionamento de propriedades b) Redução de área da propriedade c) Valorização da propriedade em virtude do novo acesso rodoviário d) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores e) Redução no tempo de deslocamento f) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras. i) Redução na qualidade do ar no entorno j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Relacionamento começou em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Proprietário de área atingida	a) Seccionamento de propriedades b) Redução de área da propriedade c) Valorização da propriedade em virtude do novo acesso rodoviário d) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores e) Redução no tempo de deslocamento f) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras. i) Redução na qualidade do ar no entorno j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Relacionamento começou em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Proprietário de área atingida	a) Seccionamento de propriedades b) Redução de área da propriedade c) Valorização da propriedade em virtude do novo acesso rodoviário d) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores e) Redução no tempo de deslocamento f) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras. i) Redução na qualidade do ar no entorno j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Proprietário de área atingida	a) Seccionamento de propriedades b) Redução de área da propriedade c) Valorização da propriedade em virtude do novo acesso rodoviário d) Distúrbios durante a implantação da obra, como ruídos e poeiras, movimentação de maquinário e trabalhadores e) Redução no tempo de deslocamento f) Transtorno temporário de deslocamento e acesso à propriedade g) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos h) Possíveis conflitos entre a população local e trabalhadores de outras localidades mobilizados para as obras. i) Redução na qualidade do ar no entorno j) Diminuição de custos de transporte k) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Baixa	Baixa	Não	Favorável

Poder Público	Prefeitura do Município de Marechal Cândido Rondon.	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão pelo contorno e consequente diminuição de tráfego pesado na área urbana</p> <p>d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>g) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>h) Atratividade para novos empreendedores (Comércios e indústrias)</p> <p>i) Aumento da qualidade social do município</p> <p>j) Diminuição de riscos à saúde pública</p> <p>k) Melhoria na trafegabilidade urbana</p> <p>l) Diminuição na degradação do patrimônio público e privado</p>	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foram iniciados os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon.	Alta	Baixa	Sim	Favorável
Poder Público	Câmara Municipal de Vereadores	<p>a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras</p> <p>b) Aumento da arrecadação tributária municipal após a implantação da rodovia, em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção</p> <p>c) Aumento do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão pelo contorno e consequente diminuição de tráfego pesado na área urbana</p> <p>d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto</p> <p>e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>g) Aumento da competitividade econômica municipal</p> <p>h) Atratividade para novos empreendedores (Comércios e indústrias)</p> <p>i) Aumento da qualidade social do município</p> <p>j) Diminuição de riscos à saúde pública</p> <p>k) Melhoria na trafegabilidade urbana</p> <p>l) Diminuição na degradação do patrimônio público e privado</p>	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	<p>Associação</p> <p>Entidade da Classe Empresarial Rondonense que congrega pessoas jurídicas e físicas de todos os setores da atividade econômica (agricultura, pecuária, comércio, indústria e profissionais liberais). Não possui fins lucrativos e sua diretoria exerce seus serviços gratuitamente, sendo que <u>seu maior objetivo é a defesa dos interesses de seus associados e a prestação de serviços para o</u></p>	<p>a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>c) Aumento da qualidade social do município</p> <p>d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Redução nos custos de produtos de consumo</p>	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	<p>Associação</p> <p>A missão do Conselho da Mulher Empresária é atuar com uma visão proativa, <u>de forma a potencializar a mulher, criando oportunidades de aprimoramento profissional e possibilitando a ampliação da sua área de atuação.</u> Dentre outras atividades, organiza semestralmente a Feira Ponta de Estoque.</p>	<p>a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>c) Aumento da qualidade social do município</p> <p>d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Redução nos custos de produtos de consumo</p>	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	<p>Organização Não Governamental</p> <p>O OSB é uma instituição não governamental, sem fins lucrativos, disseminadora de uma metodologia padronizada para a criação e atuação de uma rede de organizações democráticas e apartidárias do terceiro setor. A Rede OSB é formada por voluntários <u>engajados na causa da justiça social e contribui para a melhoria da gestão pública, fazendo uso de uma metodologia de monitoramento das compras públicas em nível municipal, desde a publicação do edital de licitação até o acompanhamento da entrega do produto ou serviço, de modo a agir preventivamente no controle social dos gastos públicos.</u> Além disso, o Observatório Social atua em outras frentes, como:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a educação fiscal, demonstrando a importância social e econômica dos tributos e a necessidade do cidadão acompanhara aplicação dos recursos públicos gerados pelos impostos. • a inserção da micro e pequena empresa nos processos licitatórios, contribuindo para geração de emprego e redução da informalidade, bem como 	<p>a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>c) Aumento da qualidade social do município</p> <p>d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p>	Desconhecido	Alta	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Sindicato	<p>a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>c) Aumento da qualidade social do município</p> <p>d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Redução nos custos de produtos de consumo</p>	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	<p>Associação</p> <p>Câmara ligada à Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (Fecomércio PR). Na Fecomércio PR, elas recebem atenção especial, por meio da Câmara da Mulher Empreendedora e Gestora de Negócios (CMEG), instalada em 20 cidades paranaenses. As filiadas à CMEG <u>participam de cursos, palestras e encontros que incentivam o aprimoramento pessoal e</u></p>	<p>a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.)</p> <p>b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra</p> <p>c) Aumento da qualidade social do município</p> <p>d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos</p> <p>e) Melhoria na segurança de trafegabilidade</p> <p>f) Redução no tempo de deslocamento</p> <p>g) Redução nos custos de produtos de consumo</p>	Desconhecido	Alta	Baixa	Não	Favorável

Poder Público	Conselho *Andressa. Não localizamos exatamente o que é o Conselho, porém eles participam juntamente com Prefeitura e Universidades em campanhas de arrecadação, de combate à violência, participação no Plano Municipal de Políticas para Mulheres (notícia de nov/16)	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento h) Redução nos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Alta	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Serviço Social O Sesi Paraná apoia as indústrias nas suas ações para aprimorar o conhecimento e a capacitação e melhora a competitividade dos trabalhadores, seus familiares e comunidade em geral.	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Serviço Social O Sesc nasceu do esforço da iniciativa privada interessada em promover o bem-estar social e a melhoria da qualidade de vida dos comerciantes, funcionários das empresas que atuam na área do comércio de bens, serviços e turismo, e de seus familiares. A ação educativa, uma das características básicas do trabalho institucional está presente direta ou indiretamente em todas as atividades desenvolvidas pelo Sesc nas áreas de Educação, Saúde, Cultura, Esporte, Lazer e Ação Social.	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Associação Associação sem fins lucrativos que busca atender aos idosos da região Oeste do Paraná	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Associação Associação de caráter beneficente, sem fins econômicos, políticos e religiosos, formada em totalidade por voluntários	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Associação Atua nas Escolas com a realização de oficinas de iniciação e formação musical. A proposta da ABEC sempre foi o de estimular a comunicação, auxiliar na formação da personalidade e da cidadania dos alunos, qualificar e capacitar jovens que poderão encontrar nesta área artística um novo mercado de trabalho, criar um novo perfil de público "assistente" (formação de plateia) e buscar a integração da	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Associação A ARA atua auxiliando ex alcoolotras para se recuperarem e a reinserção dos mesmos na sociedade	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Associação A APS foi fundada em 1971 e tem como missão promover, organizar, difundir e desenvolver a suinocultura no Paraná, propugnar pela solução dos problemas técnico-científicos, sociais, econômicos e políticos inerentes à suinocultura, bem como representar e defender os interesses dos associados nas esferas Municipais, Estaduais e da União.	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Média	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Associação Entidade de classe que representa os produtores de leite, oferecendo assist-ência técnico-veterinária e produtos para nutrição e medicamentos dos bovinos	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento h) Redução nos custos de produtos de consumo i) Diminuição de custos de transporte	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Média	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Associação Objetiva o fortalecimento dos produtores de suínos na região de Marechal Cândido Rodnon	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Transtorno temporário de deslocamento g) Redução no tempo de deslocamento h) Redução nos custos de produtos de consumo i) Diminuição de custos de transporte	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Média	Baixa	Não	Favorável

Organização da Sociedade Civil	Associação Os comitês de Jovens Cooperativistas realizam encontros onde são discutidas, planejadas e avaliadas atividades desenvolvidas no decorrer do ano. Estes encontros envolvem filhos e dependentes de associados e também demais jovens da comunidade podem participar dos comitês e das diretorias, pois são disseminados os princípios da cooperação. São oferecidos gratuitamente diversos cursos e palestras aos jovens associados dos Comitês de Jovens. Estes proporcionam o desenvolvimento pessoal e profissional dos jovens, principalmente para prepará-los para serem futuros líderes em sua comunidade, nos comitês e em especial para formação de futuros líderes da Copagril. A capacitação também tem objetivo de preparar os jovens para assumir a responsabilidade da sucessão familiar e permanecer no campo. Entre as diversas atividades sociais, esportivas e de integração desenvolvidas pelos comitês de jovens, um destaque é a maratona cultural.	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Empresa	Cooperativa Tem como missão Interagir tecnologia e eficiência produtiva, industrializar e comercializar produtos com excelência para satisfazer as necessidades das pessoas.	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Empresa	Cooperativa Fundada com o ideal de promover a agroindustrialização do campo, buscando integrar as forças de cooperativismo, fazer com que os produtores continuassem no campo por meio da produção e diversificação. Fusão de 4 pequenas cooperativas no Sudoeste, objetivando maior competitividade	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Empresa	Cooperativa Tem o compromisso em atender, levando qualidade e energia	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Empresa	Empresa Linhas para suínos e bovinos de leite	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Empresa/Beneficiados	Cooperativa	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Alta	Baixa	Não	Favorável
Empresa/Beneficiados	Cooperativa	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Alta	Baixa	Não	Favorável
Empresa/Beneficiados	Cooperativa	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	*Rever categoria. Ele é vizinho à via? É lindeiro? Andressa. Ela se identificou como moradora de município. Não há precisão do local - Morador é diferente de proprietário	Usuário da rodovia a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Instituição de Ensino	Instituição de Ensino A escola se localiza na área urbana do município., Na principal Via de acesso, que atualmente é a Rodovia BR-467	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e odores b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Sindicato Entidade sem fins lucrativos. Busca a defesa dos interesses dos produtores rurais, articularam a reivindicação do segmento, como melhorias na infraestrutura, crédito e investimentos da cadeia produtiva	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Vereador municipal	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Diminuição do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão na área urbana do município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércios e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável

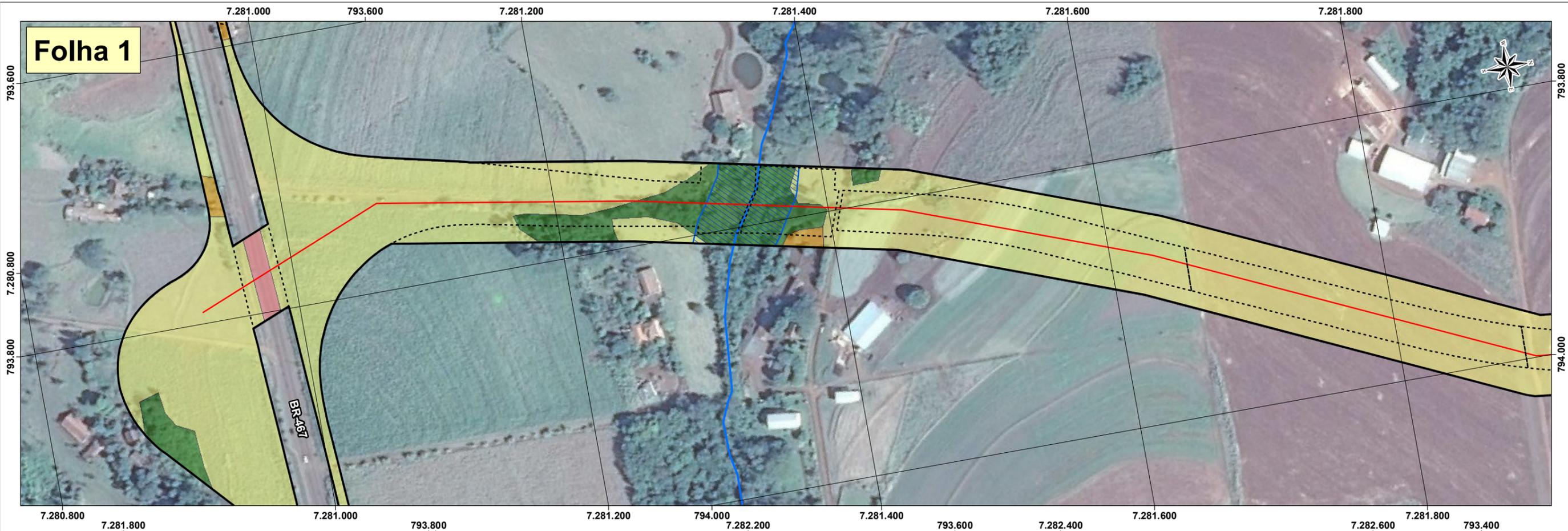
Poder Público	Instituição de Ensino	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e <u>odores</u> b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Instituição de Ensino	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e <u>odores</u> b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Instituição de Ensino	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e <u>odores</u> b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Saneamento	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Saneamento	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Secretário Municipal de Indústria e Comércio	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Instituição de Ensino	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e <u>odores</u> b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Sociedade Civil Organizada	Associação	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Média	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Proprietário Afetado/Beneficiário	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Secretário de Coordenação e Planejamento	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Secretário de Gabinete	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Média	Baixa	Não	Favorável
Beneficiário	Usuário da rodovia	a) Aumento da competitividade comercial b) Diminuição de custos de transporte c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos d) Melhoria no escoamento de produção e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Baixa	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	PRE	a) Diminuição de custos de transporte b) Redução dos custos de produtos de consumo c) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	SMED	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e <u>odores</u> b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	SMAG	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos a serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Instituição de Ensino	Instituição de Ensino Localiza-se nas proximidades da BR-163, no trecho urbano do município	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e <u>odores</u> b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável

Poder Público	Câmara Municipal de Pato Bragado. Andressa. Ele não foi convidado. Porém, a cidade é vizinha de Marechal e provavelmente serão usuários no Contorno.	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Diminuição do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão na área urbana do município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércios e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município	Desconhecido	Alta	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Representante da Secretaria de Segurança de Trânsito - SegTran	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Imprensa da Prefeitura	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Média	Baixa	Não	Favorável
Organização da Sociedade Civil	Associação	a) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) b) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra c) Aumento da qualidade social do município d) Melhoria de acesso para demais locais e acessos à serviços públicos e) Melhoria na segurança de trafegabilidade f) Redução no tempo de deslocamento g) Redução nos custos de produtos de consumo	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Instituição de Ensino	Instituição de Ensino *É uma universidade pública? Andressa. É uma Universidade Estadual (pública). Localiza-se na área urbana do município	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e <u>odores</u> b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Deputado Estadual	a) Aumento da arrecadação tributária municipal durante as obras b) Aumento da arrecadação tributária municipal em decorrência da melhoria das condições de escoamento da produção c) Diminuição do fluxo de pessoas e veículos (de passeio e de carga) que transitarão na área urbana do município d) Redução da arrecadação de impostos devido à perda de áreas das propriedades desapropriadas em função do projeto e) Aumento de solicitações de trabalho durante a execução da obra f) Aumento no fluxo populacional durante as obras, gerando maior pressão nos serviços públicos municipais (saúde, educação, moradia, saneamento, etc.) g) Aumento da competitividade econômica municipal h) Atratividade para novos empreendedores (Comércios e indústrias) i) Aumento da qualidade social do município	Início de relacionamento em 07/08/2013 quando foi iniciado os estudos e projetos para implantação do Contorno de Marechal Cândido Rondon	Alta	Baixa	Não	Favorável
Poder Público	Saneamento Colaborador da SAAE	a) Melhoria na segurança de trafegabilidade b) Redução no tempo de deslocamento c) Aumento da competitividade comercial d) Diminuição de custos de transporte e) Melhoria no escoamento de produção f) Melhoria de acesso para demais locais g) Redução dos custos de produtos de consumo	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável
Instituição de Ensino	Instituição de Ensino *Por que essa escola foi considerada PI? Está próxima da área? Consideramos pelo fato de instituições de ensino possuírem um grau de influência médio, apesar desta estar localizada na área central do município	a) Melhoria na qualidade do ensino em virtude da diminuição de ruído, vibração, poeiras e <u>odores</u> b) Diminuição dos riscos de atropelamento e acidentes c) Melhora na capacidade de aprendizagem dos alunos d) Melhoria na qualidade do transporte escolar e) Diminuição na degradação do patrimônio escolar	Desconhecido	Média	Baixa	Não	Favorável

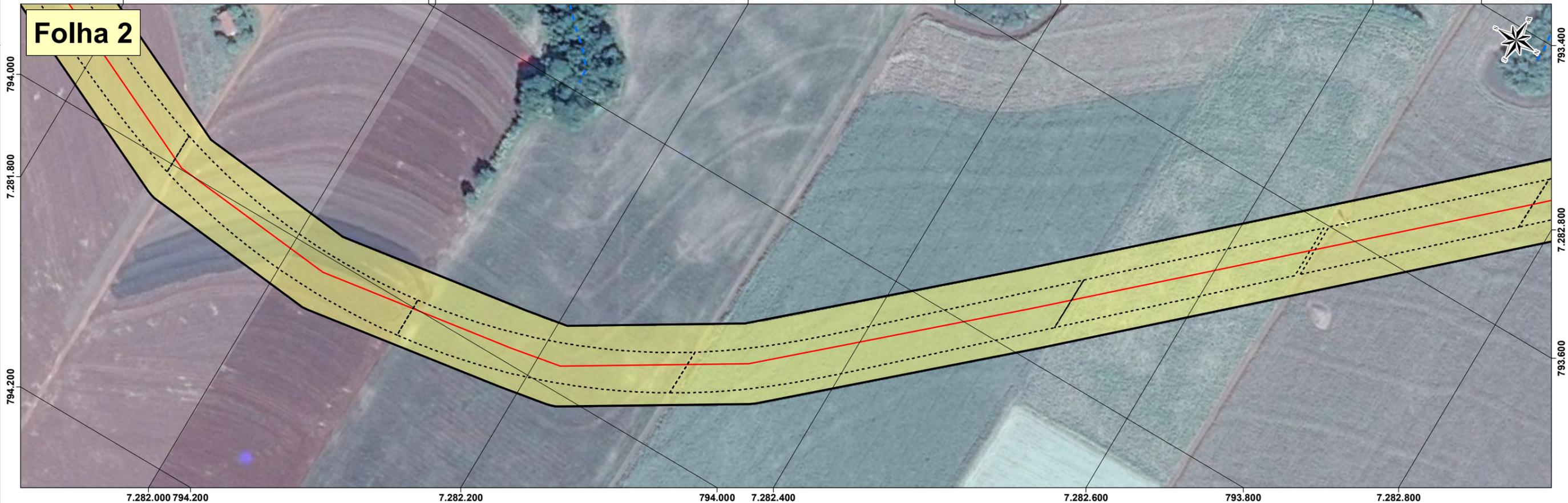
Anexo C

Mapa de Cobertura Vegetal

Folha 1



Folha 2



Legenda

- Eixo
- Área de Estudo
- Desapropriações
- Curso d'Água
- Curso d'Água Inferido
- Área de Preservação Permanente (APP)

Cobertura Vegetal

- Vegetação Nativa
- Reflorestamento
- Campo Antrópico

Uso do Solo

- Área Rural
- Rodovia

Mapa Chave



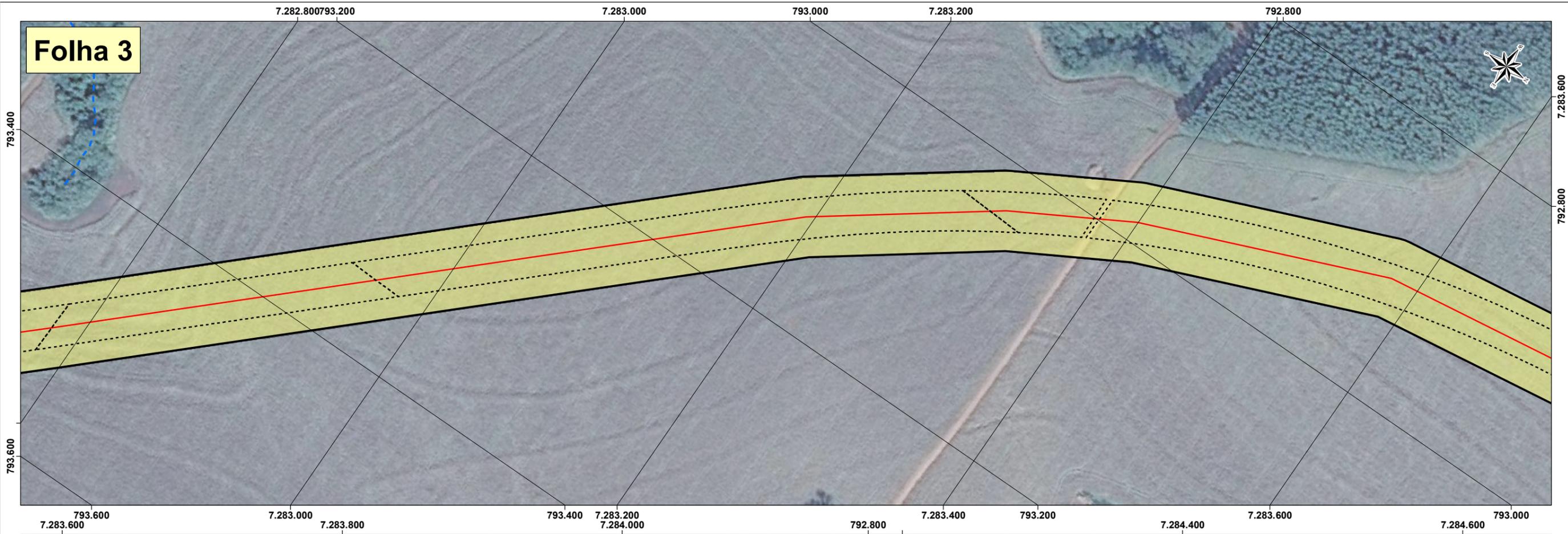
Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 57° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 21 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.
Carta IBGE - Mal. Cândido Rondon - MI-2816-2 - 1:50.000
Imagens Google Earth - Jun/16

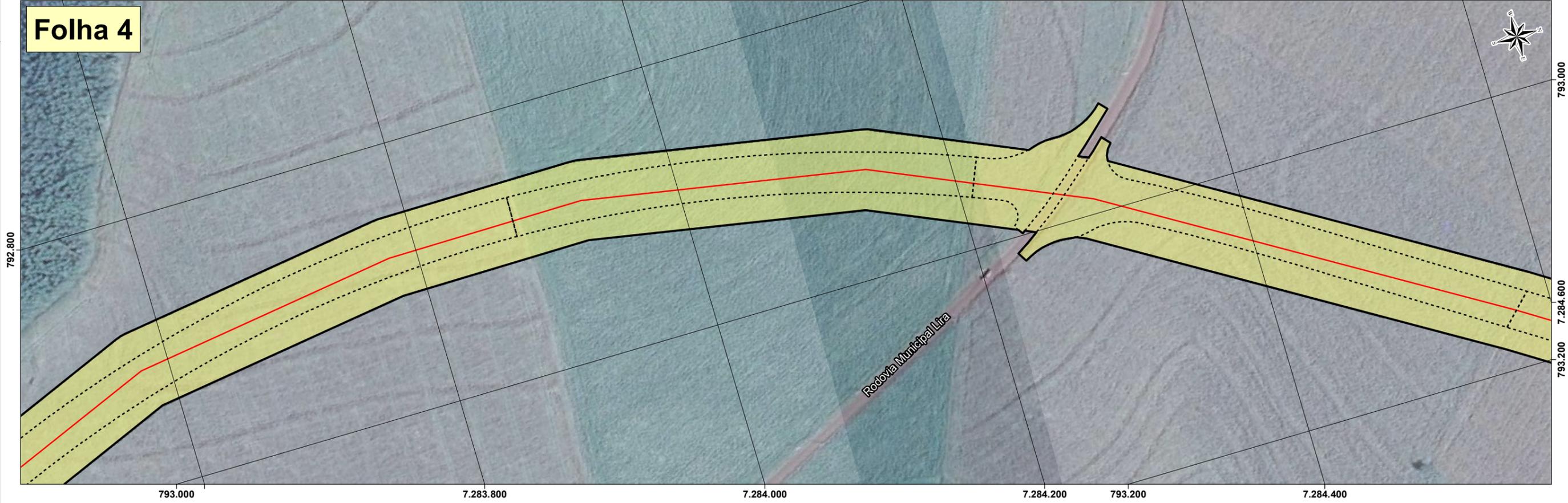
CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 1 e 2 de 5)	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	Construção Contorno de Mal. Cândido Rondon	CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 / EDIÇÃO	FIGURA/ANEXO	Anexo 1
			29/05/2017 / REVISÃO	ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre
				ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPÓSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.	



Folha 3



Folha 4



Legenda

- Eixo
- Área de Estudo
- Desapropriações
- Curso d'Água
- Curso d'Água Inferido
- Área de Preservação Permanente (APP)

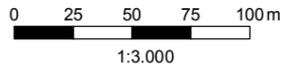
Cobertura Vegetal

- Vegetação Nativa
- Reflorestamento
- Campo Antrópico

Uso do Solo

- Área Rural
- Rodovia

Mapa Chave

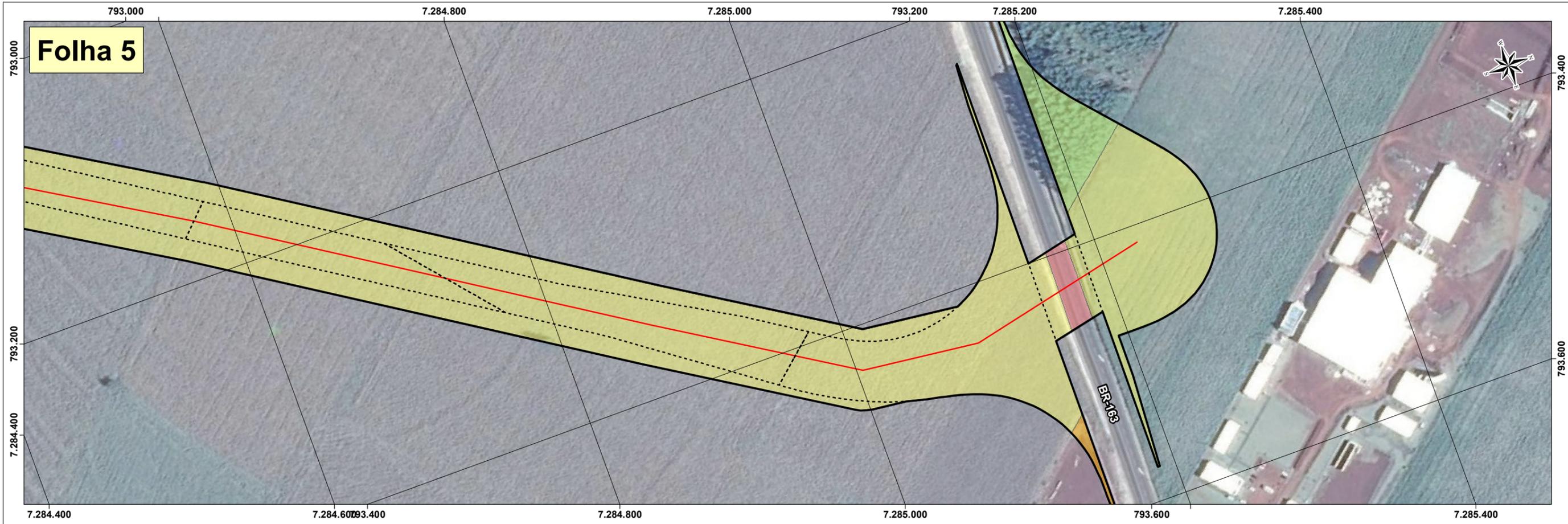


Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 57° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 21 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.
Carta IBGE - Mal. Cândido Rondon - MI-2816-2 - 1:50.000
Imagens Google Earth - Jun/16

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 3 e 4 de 5)	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	Construção Contorno de Mal. Cândido Rondon	CONTROLE DE EDIÇÃO	EDIÇÃO / 29/05/2017 REVISÃO / 29/05/2017	FIGURA/ANEXO	Anexo 1
		ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPOSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.		ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre





Legenda

- Eixo
- Área de Estudo
- Desapropriações
- Curso d'Água
- Curso d'Água Inferido
- Área de Preservação Permanente (APP)

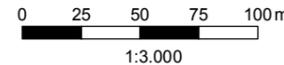
Cobertura Vegetal

- Vegetação Nativa
- Reflorestamento
- Campo Antrópico

Uso do Solo

- Área Rural
- Rodovia

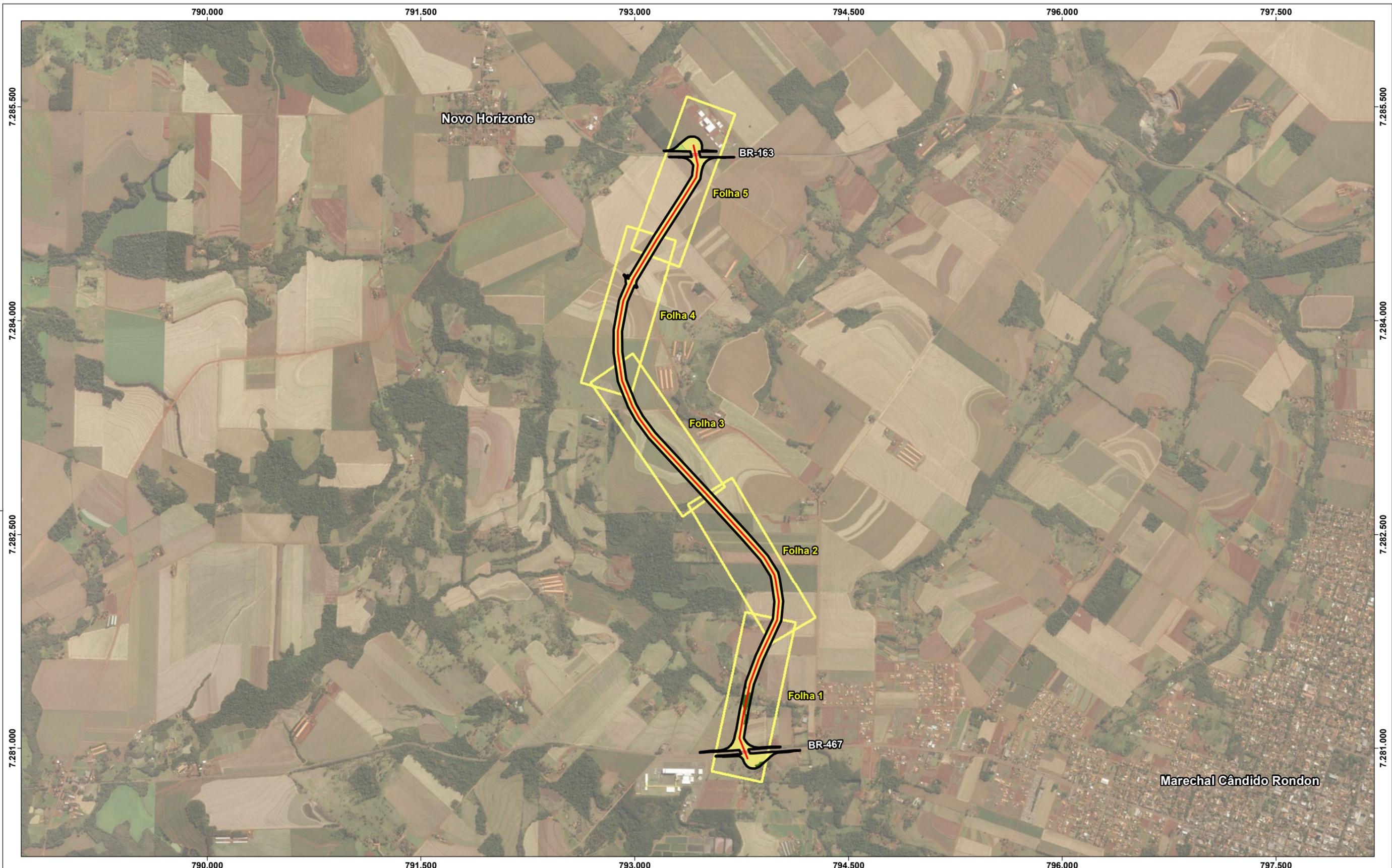
Mapa Chave



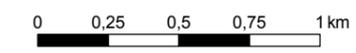
Universal Transversa de Mercator
Meridiano Central 57° WGr
Datum Horizontal: SIRGAS 2000, Zona 21 Sul

Fonte: Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.
Carta IBGE - Mal. Cândido Rondon - MI-2816-2 - 1:50.000
Imagens Google Earth - Jun/16

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	Mapa de Cobertura Vegetal (Folhas 5 de 5)	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	Construção Contorno de Mal. Cândido Rondon	CONTROLE DE EDIÇÃO	EDIÇÃO / REVISÃO	FIGURA/ANEXO	Anexo 1
		29/05/2017 / 29/05/2017		ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre
		ESTE DOCUMENTO É PROPRIEDADE DA ERM BRASIL LTDA E NÃO PODE SER COPIADO, REPRODUZIDO OU TRANSMITIDO POR NENHUM OUTRO MEIO, OU USADO EM DIFERENTE PROPOSITO QUE AQUELE PARA O QUAL O MESMO FOI FEITO.			



- Legenda**
- Eixo
 - Área de Estudo
- Cobertura Vegetal**
- Vegetação Nativa
 - Reflorestamento
 - Campo Antrópico
- Uso do Solo**
- Área Rural
 - Rodovia



1:25.000
 Universal Transversa de Mercator
 Meridiano Central 57° WGr
 Datum Horizontal: SIRGAS 2000
 Zona 21 Sul

Fonte:
 Curso d'água vetorizado a partir da Imagem.
 Carta IBGE - Mal. Cândido Rondon - MI-2816-2 - 1:50.000
 Imagens Google Earth - Jun/16

FORMATO A3 420 x 297 mm

CLIENTE	---	DESCRIÇÃO	Mapa de Cobertura Vegetal (Mapa Chave)	ORDEM DE SERVIÇO	---
PROJETO	Construção Contorno de Mal. Cândido Rondon	CONTROLE DE EDIÇÃO	29/05/2017 EDIÇÃO	FIGURA/ANEXO	Anexo 1
		REVISÃO	29/05/2017	ELABORADO POR	Enrico Gonzales
				APROVADO POR	Guilherme Aguirre